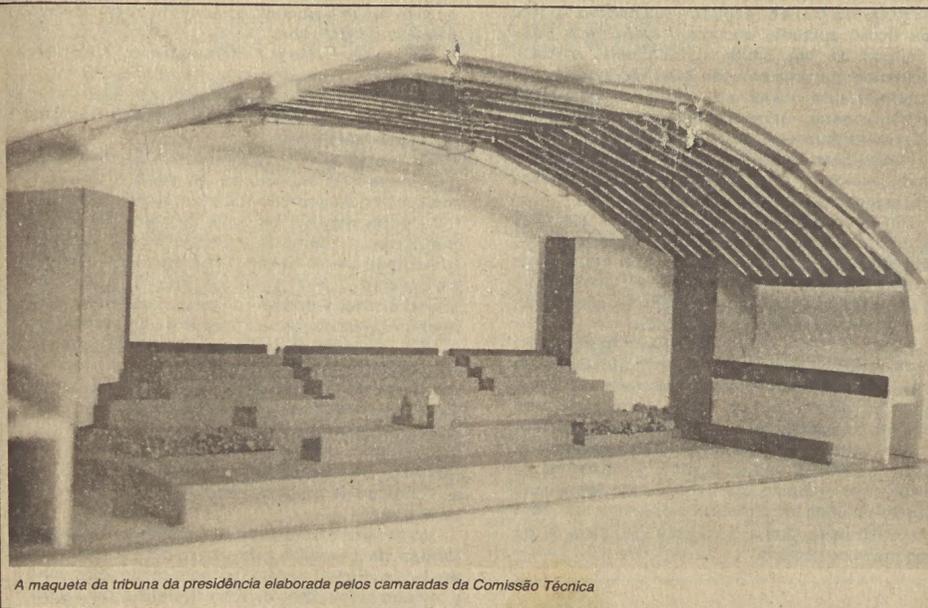


## IX CONGRESSO



A maquete da tribuna da presidência elaborada pelos camaradas da Comissão Técnica



- Preparar o Pavilhão da Quimigal para receber delegados e convidados significa muito trabalho! Importantes tarefas estão a cargo dos camaradas do Barreiro! (Pág. 12)



- O «Avante!» que incluiu as Teses teve uma tiragem de 120 000 exemplares! (Pág. 12)



- Todo o Partido mobilizado na discussão das Teses (pág. 11). É necessário alargar, aprofundar e organizar (pág. 12)



(págs. centrais)

Um aspecto do comício de encerramento da Festa da Amizade em Almada em que falaram os camaradas Jaime Serra e Álvaro Cunhal

**«No quadro das instituições e do regime democrático a reacção está irrevogavelmente condenada à derrota»**

**— afirmou o camarada Álvaro Cunhal no comício de encerramento da Festa da Amizade em Almada**

## 9 DE MAIO DE 1945

**Há 34 anos, a arrancada do glorioso Exército Vermelho terminava com a queda de Berlim. A derrota do nazismo abre o caminho da Paz desejada por todos os povos do mundo**



### 277 300

... tantas foram as assinaturas em apoio da Reforma Agrária entregues na terça-feira à Assembleia da República — Pág. 4



Foi elevada a participação no Encontro promovido pela UEC

### Ensino para a Democracia

As Jornadas sobre o Ensino Unificado promovidas em Lisboa pela UEC proporcionaram um amplo debate sobre a actual situação pedagógica — (Pág. 8)



Os delegados ao Encontro da RN reuniram-se na Voz do Operário

### RODOVIÁRIA NACIONAL

Um passo na defesa das nacionalizações no Sector dos Transportes — (Pág. 5)

## Editorial

## UM GOVERNO NECESSÁRIO PARA A SOLUÇÃO NECESSÁRIA

A solução da crise profunda e generalizada que afecta pesadamente a vida do povo e do País — económica, financeira, social e política — só pode ser viabilizada através de um grande esforço colectivo e patriótico de dinamização e mobilização integral dos recursos e energias nacionais e de uma definição clara de objectivos essenciais.

Esse esforço colectivo e patriótico tem de assentar antes de tudo na participação directa, ampla e consciente dos trabalhadores e das outras classes e camadas do povo directamente intervenientes no processo produtivo, tem de respeitar os pressupostos institucionais, sociais e políticos do regime democrático e da Revolução de Abril, tem de contar, decisivamente, com o trabalho eficaz de um Executivo com o apoio do País.

Isto coloca como objectivo número um a solução da questão do Governo, (o Governo de direita Mota Pinto é uma excrescência no corpo da nação, o objecto da hostilidade quase unânime do País) a formação imediata de um Executivo governamental a título necessariamente transitório mas capaz de criar um clima de dignidade governativa propício à focalização objectiva e serena dos problemas nacionais, um governo apaziguador dos conflitos que assegure até às eleições legislativas de 1980 a gestão democrática eficaz e sem grandes solavancos dos negócios correntes do País, um governo, em suma, que não recorra a métodos inconstitucionais e repressivos para resolver os problemas politicamente mais controversos, é uma necessidade absoluta do momento actual.

Claro que os problemas mais controversos não desaparecerão automaticamente da conjuntura nacional com a simples formação de um governo de gestão democrática. Os interesses de classe continuarão a determinar posições por vezes antagónicas: numa sociedade roída pela crise e pelas contradições de classe os choques sociais serão inevitáveis e a vida nacional não será propriamente uma sucessão de quadros bucólicos.

Mas o governo necessário não deverá deixar chegar até à borda do abismo da confrontação violenta os inevitáveis diferentes, deverá respeitar a Lei Fundamental do País — a Constituição — a qual contém fórmulas de conciliação possível de certos interesses diferenciados (por exemplo, os do sector público e nacionalizado e do sector privado), deverá (o governo) possibilitar um caminho em que muitas vezes os conflitos acabam por perder agudeza,

se atenuam divergências, se abrem vias de diálogo entre forças políticas, órgãos de soberania e forças sociais para a solução de questões controversas.

Este governo dialogante, de ordem democrática, gestor eficaz dos negócios correntes do Estado, pode ser desde já negociado e formado à raiz mesma da remoção do Governo antipopular e antidemocrático de Mota Pinto, exigida no 1.º de Maio por imponentes manifestações e concentrações populares nas ruas de Portugal inteiro.

\* \* \*

A gravidade da situação actual exige a determinação concreta e o consequente isolamento dos principais factores de instabilidade e de desestabilização política como condição prévia a solução dinâmica e sistemática dos problemas nacionais mais instantes.

A estratégia da reacção parte da sua reconhecida incapacidade de resposta para as questões mais candentes da situação nacional, para uma tentativa de inviabilização total do sistema democrático e de impasse constitucional.

Por órgãos de soberania uns contra os outros, nomeadamente a Assembleia da República, o Conselho da Revolução e a Presidência da República, instaurar definitivamente a inconstitucionalidade na prática governativa como forma mais directa de ataque à Constituição e ao regime democrático, criar focos de tensão nas Forças Armadas, são formas comprovadas de favorecer os objectivos principais das forças reacçãoárias.

A existência do Governo de direita Mota Pinto com todo o seu cortejo de ilegalidades, violências e atropelos à Constituição, com a sua provada incompetência, é o principal factor de instabilidade e desestabilização política da situação portuguesa actual.

A sua remoção é uma exigência imediata de defesa do regime democrático, da legalidade constitucional, da própria independência nacional.

O Governo de direita Mota Pinto tem contra si não somente a esmagadora maioria do Povo português como a sua base de apoio parlamentar se restringiu drasticamente. O próprio PSD, com direitos de paternidade sobre o Governo Mota

Pinto, deixou de lhe dar o seu apoio incondicional. Só o CDS se associa ainda mais estreitamente à política e à sorte do Governo, um CDS em curva descendente e em perda de força que sonha regressar ao Governo, numa nova coligação governamental abertamente de direita.

É supinamente ridículo ver a farronca com que o CDS se dá ares de iniciativa política. O prof. Freitas, que antes fez um tiro de pólvora seco ao propor a sua «frente eleitoral democrática», anunciou agora a formação do «governo-sombra» do CDS. O «sombra» do CDS para os Negócios Estrangeiros, Amaro da Costa, deu há dias um ar do que seria a política externa portuguesa sob a direcção do seu partido. Amaro da Costa aplaudiu encomiasticamente a farsa eleitoral de Ian Smith, na Rodésia, e mais: lamentou que uma solução igual não tivesse sido encontrada para as antigas colónias portuguesas, hoje nações independentes, libertadas para sempre do colonialismo.

Quer dizer, a desestabilização política interna somar-se-ia, com Amaro da Costa na pasta dos Estrangeiros, a desestabilização externa.

O Governo Mota Pinto, apoiado pelo CDS e pelos «reformadores», sem raízes no Povo português, e ainda pelas forças mais reacçãoárias do grande capital português e estrangeiro, é um corpo estranho à Revolução portuguesa que deve ser arreadado.

O Governo de direita Mota Pinto que tripudia com a aprovação de um Orçamento Geral do Estado, retido incompreensivelmente até agora sem as alterações de fundo propostas pela maioria da Assembleia da República, procura por todos os meios dilatar a sua existência à frente do País, continuar a sua prática governativa de arbítrio e violência, de negação da legalidade constitucional, para tentar completar a sua obra de destruição das conquistas de Abril e do regime democrático.

\* \* \*

A nota de 2 de Maio da Comissão Política do CC do PCP, reflectindo o profundo sentimento popular de oposição ao Governo Mota Pinto, vigorosamente expresso nas ruas no 1.º de Maio, e a urgência da remoção da sua equipa governativa, representa uma contribuição válida dos comunistas portugueses para uma saída democrática para a situação de anormalidade constitucional em que o País se encontra.

## Difusores do «Avante!» na URSS

No quadro das relações de amizade entre o PCP e o Partido Comunista da União Soviética, e a convite do «Pravda», órgão central do PCUS, visitou a URSS entre 24 de Abril e 6 de Maio uma delegação de activistas do nosso Partido, difusores do «Avante!» — camaradas que, em diversos pontos do país, desenvolvem um abnegado e exemplar esforço na venda e distribuição militante do nosso jornal.

A delegação esteve nas

ciudades de Moscovo, Leninegrado e Almá-Atá, capital do Kazaquistão, tendo visitado museus, locais históricos e fábricas, assistido a espectáculos e participado em diversas reuniões de trabalho, no decorrer das quais foram informados acerca de diversos aspectos da realidade soviética.

Ponto alto da visita foi, naturalmente, o 1.º de Maio. Os nossos camaradas — e disso nos falaram com entusiasmo — assistiram na

Praça Vermelha, em Moscovo, ao desfile de mais de duas horas comemorativo dessa data, e à noite, na ruas da capital pejudas de gente e sob um céu iluminado por feérico fogo de artifício, misturaram-se com os moscovitas na celebração do Dia do Trabalhador.

A delegação foi recebida pelo director e sub-director do «Pravda» tendo oportunidade de visitar memoradamente a redacção e as oficinas gráficas do jornal.



Difusores do «Avante!» na Praça Vermelha, assistindo aos festejos do 1.º de Maio em Moscovo

## Delegação do PCP no Congresso do PCF

A convite do Partido Comunista Francês, encontra-se em Paris, a fim de participar no XXIII Congresso do PCF, uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP e Rosa Rabalais, membro suplente do Comité Central do PCP. No próximo número do «Avante!» daremos mais pormenores sobre este importante acontecimento para os camaradas franceses.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779826/779825

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV - 1000 Lisboa. Tel. 769705 (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal)

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 28938

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pederneira - 3000 Coimbra. Tel. 31286

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779826

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750, Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381057

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044

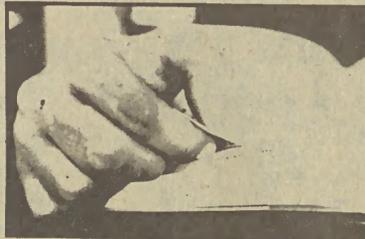
Composto e impresso na Heská Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Tiragem média do mês de Abril: 88 650



Escreva o CÓDIGO POSTAL de sua correspondência

## NOVOS LIVROS



- Karl Marx, Pequena Biografia, 2.ª edição 50500 - 128 pág.
- Ideologia e Política 105000 - 360 pág.
- Economia e Organização da Agricultura na Bulgária 190500 - 428 pág.
- V. I. Lênine, Pequena Biografia, 2.ª edição 100500 - 240 pág.
- Estêrcois, 3.ª edição 50500 - 188 pág.
- Kamposcheva, a Conquista da Liberdade 60500 - 96 pág.
- Dossier Humberto Delgado 90500 - 100 pág.
- O Crime Frenetico 160500 - 312 pág.
- A Vanguarda Revolucionária 80500 - 120 pág.
- Terras Virgens 80500 - 120 pág.
- Desporto, Direito do Povo 100500 - 240 pág.

edições Avante!

CDL a distribuição

UJC

ÓRGÃO CENTRAL DA JUVENTUDE COMUNISTA

LUTAR TRABALHAR ESTUDAR

NESTE NÚMERO:

- Congresso PCP • Entrevista com Sheiks • 1.º Encontro Jovens Op. Agrícolas • Entrevista a Bento (Guarda-redes do Benfica) • Passatempos • Chipre • Contratos a prazo •

DIVULGA O Avante! NO TEU LOCAL DE TRABALHO



linha geral

REVISTA MENSAL DA UEC

A crise Académica de 1969 em Coimbra • Eleições associativas no Superior • Jornadas sobre o ensino unificado • O esquerdismo em crise • Desemprego juvenil em debate • A energia nuclear é segura? • Einstein: o cientista e o cidadão • Espeleologia • Um artista: Gil Teixeira Lopes •

JOGOS OLIMPICOS MOSCOVO 80

\*EXCURSÕES\*

ORGANIZADAS PELA ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-URSS R. de S. CAETANO/30/1200 - LISBOA Tel. 601099/601199

# A quem se dirige o MAP?

Numa nota oficiosa do MAP, difundida no passado fim-de-semana, divulgam-se os números referentes ao ritmo de entregas de terras, desde a tomada de posse do I Governo Constitucional até à presente data. Assim, vem o próprio MAP «esclarecer a opinião pública» sobre a intensificação da ofensiva contra a Reforma Agrária que as forças democráticas e patrióticas tanto têm denunciado e combatido.

Reconhece o MAP nesta nota oficiosa que desde o I Governo Constitucional até à actualidade têm evoluído deste modo (média semanal):

I Governo Constitucional	1200 ha
II Governo Constitucional	800 ha
III Governo Constitucional	1800 ha
IV Governo Constitucional até à exoneração do F. do Amaral	2800 ha
IV Governo Constitucional (com eng. Goulão)	2900 ha

O que pretende o MAP, divulgando de forma tão clara os ritmos crescentes da ofensiva? Esta é uma questão que o observador comum não deixará de pôr. Será mesmo o esclarecimento da opinião

perante a qual se reconhece cada vez mais e mais desacreditado? No entanto, desta vez também, o MAP avança com uma meia verdade: o MAP está de facto interessado em esclarecer uma parte mínima da opinião pública. Mais, o MAP pretende acalmar uma parcela diminuta da opinião pública, ou seja, o MAP pretende tranquilizar a classe a quem serve, a classe dos latifundiários e capitalistas. Se, ao anunciar a evolução em ritmo crescente das reservas, o MAP não pretende dizer nas entrelinhas: «Descansem que mudou o secretário de Estado da Estruturação Agrária mas a política é a mesma», porque essa é uma verdade transparente porque com Ferreira do Amaral ou com Goulão nada altera a linha da CAP no MAP — se assim é, a mensagem do Ministério de Vaz Portugal é diferente e o motivo que leva a esta «tranquilizante» nota oficiosa é outro: enraiza-se na imensa movimentação popular do 25 de Abril e do 1.º de Maio, no protesto generalizado das massas trabalhadoras que vieram à rua em números jamais alcançados — nomeadamente em Beja e Évora — para uma vez mais afirmar «Fora com os agrários, a terra a quem a trabalhar!», «Luta continua, Mota Pinto para a rua!».

Estas movimentações demonstram alguma coisa de fundamental: é que os trabalhadores e particularmente os das UCPS

trabalhadores-estudantes — diz o comunicado, que refere ainda: «Os problemas dos cursos diurnos são bastante diferentes dos que afligem os trabalhadores-estudantes».

Por todos estes motivos, salienta-se a terminar foram criadas dezenas e dezenas de Associações de TE's nas escolas com cursos nocturnos, sendo neste momento Visu o único distrito em que ainda não existe nenhuma Associação de TE's.

## Liceu Alves Martins (Viseu): Associação de Trabalhadores-Estudantes será uma realidade!

Somos um grupo de trabalhadores-estudantes (TE'S) dispostos a lutar pela defesa dos nossos direitos e pela melhoria das condições de ensino para os trabalhadores-estudantes. Todos nós sabemos que só unidos e organizados podemos levar a cabo iniciativas que contribuam para melhorar a difícil situação dos TE's — salienta, em comunicado dirigido a todos os colegas, um grupo de trabalhadores-estudantes do Liceu Alves Martins, de Viseu, onde ainda não existe qual-

quer organismo que represente os alunos nocturnos. Tal situação não se manterá durante muito mais tempo. E o que nos assegura aquele grupo de TE's que, consciente do papel que cabe a uma futura organização unitária, democrática, dinâmica e representativa dos alunos da noite daquele estabelecimento de ensino, decidiu unir-se para avançar com a formação da sua Associação de Trabalhadores-Estudantes, «certos do apoio da maioria dos TE's» daquela escola,

apoio esse que os leva a afirmar determinadamente que a Associação será «uma realidade dentro de pouco tempo».

As associações de estudantes, salientam os subscritores do comunicado, são as estruturas representativas dentro do movimento associativo que melhor podem defender os interesses estudantis. No entanto, está provado que as associações conjuntas (curso diurno e nocturno) não estão em condições de resolver os problemas dos



«Pelo desenvolvimento e progresso da cidade» — um lema que traduz empenhamento numa direcção de trabalho que interessa a todos os lisboetas

## Reforçar as posições da APU em Lisboa — um objectivo para Dezembro

Apesar da APU não ter a presidência de nenhuma das Juntas de Freguesia de Lisboa, os eleitos da «Povo Unido» (comunistas e outros democratas) são aqueles que mais se têm interessado por conseguir um funcionamento eficaz dos órgãos de poder local da capital — esta uma das principais conclusões do encontro de quadros para o trabalho das autarquias de Lisboa, promovido no passado sábado pelo Comité Local de Lisboa do PCP, na Academia de Santo Amaro.

comunistas, têm dado no sentido de estudar os problemas da cidade e de apresentar propostas concretas para a sua resolução. Num levantamento, ainda que sumário, das principais carências e problemas que afectam a capital, referiram-se as enormes diferenças que caracterizam as várias zonas de Lisboa, para além dos problemas comuns de falta de equipamentos, dificuldades de transportes, habitação, etc.

Recordou-se que, nas 53 freguesias de Lisboa, há algumas tão pequenas como a dos Martires — com 728 eleitores — e outras tão grandes como a de Santa Maria dos Olivais — com 44.250 eleitores, número superior ao de 92% dos municípios do país!

Existem no entanto condições para melhorar, e substancialmente, essa representação. Como foi lembrado, nas próximas eleições de Dezembro irão ser eleitos em Lisboa 1031 membros de Assembleias de Freguesia, enquanto nas Juntas de Freguesia irão desempenhar funções 267 cidadãos. Isto significa que, em cada 498 cidadãos, um fará parte de um dos órgãos de poder local de freguesia. Se se tiver em conta que para os órgãos municipais serão eleitos 1400 pessoas, teremos nas autarquias da capital um eleito por cada 462 eleitores.

## Jogos Populares em S. Iria

Por iniciativa do Movimento Unitário Desportivo (MUD), vão realizar-se de 12 a 27 deste mês os primeiros Jogos Populares na freguesia de S. Iria de Azóia (Póvoa de S. Iria), abertos à participação de todos os interessados. Basquetebol, ciclismo, futebol, atletismo, «ping-pong» e xadrez são as modalidades que constituem estes Jogos. As três primeiras são reservadas a crianças de idades compreendidas entre os 8 e os 15 anos, e integram-se nas comemorações do Ano Internacional da Criança (AIC). As restantes modalidades estão abertas a participantes de todas as idades, «respeitando-se no entanto os escalões etários em vigor para estas modalidades», conforme salienta a entidade organizadora.



## «Projecção da literatura portuguesa na Checoslováquia»

Uma comunicação pela dr.ª Pávia Lidmilová, tradutora de muitos autores portugueses contemporâneos, debate com escritores convidados a apresentação do filme «Fernando Namora», realizado por Manuel

Guimarães, constituem os pontos altos da sessão que decorrerá amanhã, a partir das 21 e 30, na sede nacional da Associação Portugal-República Socialista da Checoslováquia (Rua de Artilharia Um, 105, 4.ª Lisboa).

Esta iniciativa, que decorrerá sob o tema «Projecção da Literatura portuguesa na Checoslováquia de hoje», contará com a presença do embaixador daquele país em Lisboa, recentemente chegado a Portugal.

## A Ajuda em festa no sábado à tarde

Por iniciativa da Aliança Povo Unido da Ajuda, esta freguesia de Lisboa vai estar em festa no próximo sábado, dia 12 de Maio.

O ponto de encontro é o Largo do Rio Seco, onde das 15 às 17 horas será dado lugar ao desporto e aos mais jovens, que poderão escolher entre o xadrez e provas de atletismo ou ainda optar pela pintura.

A hora seguinte estará preenchida com a apresentação de uma peça de teatro, a que se seguirá música popular, pelo conjunto «Cantar Maio». Das 18 às 20 horas será o início, para falar da actividade da APU e dos problemas de Lisboa, com especial destaque para os que mais directamente afectam a freguesia. Nele intervirão os camaradas José Casanova, do CC do PCP e da DORL, Silva Graça, vereador da APU a tempo inteiro na Câmara Municipal de Lisboa, e Carlos Alberto, do MDP/CDE e membro da Assembleia de Freguesia da Ajuda.

A festa prosseguirá com música. Para além do Tó Zé e dos conjuntos «Cantar Maio» e «Enigma», o fado terá também um lugar de honra, a partir das 21 horas. A noite de festa terminará com baile, animado por um conjunto popular. E não há que preocupar com o jantar, pois não faltarão as tradicionais barracas de comensais e bebês. O que é preciso é começar já a pensar em não faltar à festa da Ajuda.

## FESTA POPULAR Largo do Rio Seco/Ajuda

Teatro  
Fados - Canções  
Provas Desportivas  
Há Comensais e Bebês

**DIA 12 DE MAIO** 15 horas

Participação do vereador **SILVA GRACA**

## No domingo Encontro de Raparigas do Distrito de Viseu

É já no próximo domingo, dia 13, que se realiza em Viseu o Encontro Distrital de Jovens Raparigas, importante iniciativa do Departamento da Juventude da União dos Sindicatos, cujos trabalhos preparatórios continuam a mobilizar em vários pontos do distrito muitas jovens trabalhadoras da indústria, comércio, serviços e agricultura.

O desemprego, a discriminação social e a falta de apoio às acções culturais, desportivas e recreativas constituem os pontos principais do Encontro, no qual poderão participar todas as jovens interessadas e onde sairá um documento final em que se analisarão todos os problemas relacionados com a actividade das raparigas do distrito.

Os trabalhos do Encontro decorrerão na sede da União dos Sindicatos (Rua Chão do Mestre, 4), com início marcado para as 15 horas.

## Função Pública em luta

Frente ao palácio de S. Bento, em Lisboa, e junto aos governos civis do Porto e Coimbra, realizam-se hoje três concentrações dos trabalhadores da Função Pública da Administração Central, Regional e Local, promovidas pelo Plenário de Direcções Sindicais subscritoras da Proposta Reivindicativa deste sector. A luta dos trabalhadores da Função Pública tem por objectivo exigir ao governo que altere a verba de 10,5 milhões de contos que este tenciona inscrever no Orçamento Geral do Estado para a F. P. (e ao qual se prepara para retirar uma «fatia» de 2,7 milhões de contos para aumentos das Forças Militares e Militarizadas), quando o conjunto das reivindicações dos trabalhadores da FP, de incidência económica, se cifra em 11,5 milhões de contos, sem contar com a Correção de Anomalias, cuja satisfação deveria ter sido em parte coberta pelo Orçamento do ano passado, tornando-se assim imperiosa a alteração adequada do montante referido pelo governo.

# Conferência internacional sobre «Revolução e Democracia» com a participação de uma dirigente do PCP

De 25 a 28 de Abril realizou-se em Tihany, na Hungria, por iniciativa da Revista Internacional «Problemas da Paz e do Socialismo», uma conferência teórica internacional sobre o tema «Revolução e Democracia». O PCP esteve representado pela camarada Maria Piedade Morgadinho, membro do Comité Central.

A importância e utilidade da troca de experiências do movimento comunista internacional, da discussão franca e aberta das questões teóricas da actualidade em ambiente fraternal e «criador» e o significado da conferência seriam destacados no discurso de saudação e abertura dos trabalhos pelo representante da direcção do partido Socialista Operário Húngaro.

«Desde a sua criação — sublinhou — a teoria do socialismo científico evoluiu em estreita ligação com a prática revolucionária. Esta é a razão pela qual o elemento indispensável da nossa actividade teórica é o exame e a generalização ao nível teórico das experiências das lutas dos países socialistas, do movimento comunista e operário, das lutas pela libertação nacional.

«Como resultado da actividade internacional consequente, inefatável e dirigida no mesmo sentido desenvolvida pelas três principais forças revolucionárias (países socialistas, partidos comunistas e operários, movimentos de libertação) assim como por outras forças da paz,

uma realidade variada, ao desenvolvimento criador da nossa teoria científica, com a condição de permanecermos fiéis às ideias herdadas de Marx, Engels e Lenine e se não perdermos nunca de vista os objectivos e os interesses comuns da classe operária internacional, se submetermos continuamente as nossas ideias à prova da prática.

«Na ordem do trabalho» da nossa Conferência figura uma questão teórica que já no passado foi uma das mais importantes questões da luta da classe operária, tanto nos países socialistas como nos países capitalistas, não só do ponto de vista dos debates teóricos, mas também das decisões práticas políticas.

«O nosso Partido defendia que não bastava derrubar o governo e instaurar as liberdades. Para que a democracia portuguesa se tornasse viável era indispensável destruir as bases de apoio da reacção e do fascismo. Era indispensável não apenas destruir o poder político, mas o poder económico dos monopólios e latifundiários. Era indispensável não apenas pôr fim à guerra colonial, mas ao colonialismo. Este é um aspecto essencial da linha política do nosso Partido cuja justiça foi comprovada pelos factos.



M. Piedade Morgadinho, membro do CC do PCP, participou na importante Conferência Internacional realizada na Hungria

«A época histórica que vivemos é a época da passagem do capitalismo ao socialismo. A vitória mundial do socialismo é um processo irreversível. Um processo que se desenrola em condições nacionais e internacionais determinadas. Que se desenvolve na base de leis gerais mas também de condições particulares próprias de cada país.

«Num processo extremamente irregular, contraditório, acidentado, cheio de perigos e ameaças, a revolução portuguesa comprova que há leis objectivas de desenvolvimento, que há características comuns aos

# Semana

1 Terça-feira — Dia Mundial do Trabalhador.



O Povo nas ruas

O "1.º de Maio", Dia Mundial do Trabalhador, é comemorado em todo o país por muitas centenas de milhares de pessoas em realizações promovidas pelo movimento sindical unitário encabeçado pela CGTP-Intersindical Nacional numa jornada que ultrapassou, em termos de participação popular, tudo o que até agora tinha acontecido em Portugal desde o 1.º de Maio de 1974.

2 Quarta-feira 1975 — O salário mínimo nacional é elevado para 4 000\$00.

Um comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP propõe a formação de um governo de gestão até às eleições de 1980 ou até às eleições intercalares, como forma de ultrapassagem da crise política actual. Chega a Lisboa, para uma visita oficial de três dias ao nosso país, o ministro dos NE da República Popular da Polónia, Emil Wojtaszek. O PPD/PSD apresenta um "últimato" ao governo de Mota Pinto na Assembleia da República, exigindo que este declare no prazo de 8 dias que apresentará, na mesma Assembleia, uma moção de confiança após as votações do OGE e do Plano; caso contrário o Partido de Sá Carneiro "estudará todas as possibilidades constitucionais para pôr fim" ao governo Mota Pinto. Na eleição para os corpos gerentes do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa vence folgadoamente a Lista "A", de unidade, vencendo por uma margem de mil votos a Lista "B", esquerdista; a afiliação às urnas rondou os 65% de votantes inscritos nos cadernos eleitorais. Chega a Lisboa uma delegação da Federação Sindical Mundial (FSM), que permanecerá em Portugal até ao próximo dia 10, a convite do Secretariado Nacional da CGTP-Int.

3 Quinta-feira 1925 — Inaugura-se no Largo do Rato, em Lisboa, com a peça "A Severa", o teatro Joaquim de Almeida, mais tarde demolido.



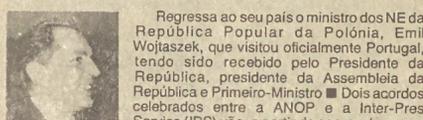
Trocada de "O Século"

O Conselho de Informação para a Imprensa realinha as deliberações anteriores sobre "O Século" quanto à salvaguarda do jornal como órgão de comunicação estatalizado, reafirmando ainda a sua disposição de, apesar de todas as obstruções do Governo, não se demitir das funções que constitucionalmente lhe cabem. O governo Mota Pinto apresenta ao Conselho Nacional do Plano o novo documento das "grandes Opções do Plano" que, no fundamental, é uma "segunda edição" do que foi anteriormente rejeitado. Em comunicado, o Executivo da direcção da Confederação Nacional da Agricultura considera ridículo os aumentos do preço do leite recentemente decretados pelo Governo, sublinhando que estes aumentos vieram apenas beneficiar significativamente os industriais e armazenistas de leite e queijo. O camarada Octávio Pato anuncia na Assembleia da República que o PCP apresentará a curto prazo uma moção de censura ao governo de Mota Pinto, dando assim voz ao amplíssimo movimento de opinião democrática que se opõe à política desastrosa deste Governo.

4 Sexta-feira 1969 — Morre o escritor Manuel Mendes.

Uma nota da Guarda Fiscal informa que foram apreendidos 1300 contos em contrabando nas zonas de Póvoa de Varzim e Chaves. Segundo números revelados pelo Ministério dos Assuntos Sociais, no final do ano passado (1978) as dívidas do patronato à Previdência ascendiam a 22,3 milhões de contos e indicam que no curto espaço de um ano aquela dívida aumentou cerca de vinte vezes, já que em 1977 se cifrava em 1,1 milhões de contos. Segundo um porta-voz da Comissão Intersindical das Minas, a adesão à greve dos trabalhadores das minas da Panásqueira, iniciada no passado dia 2, aumentou para mais de 96%. Em conferência de imprensa o Secretariado da CGTP-Int anuncia que o Movimento Sindical Unitário entregou no passado dia 2 à Comissão Administrativa do INATEL o pedido de requisição do Estádio 1.º de Maio para as comemorações do Dia Mundial do Trabalhador do próximo ano.

5 Sábado 1661 — O povo da cidade do Porto revolta-se contra o imposto do papel selado, dirigindo-se às casas onde havia existência dele, queimando-o.



Regressa ao seu país o ministro dos NE da República Popular da Polónia, Emil Wojtaszek, que visitou oficialmente Portugal, tendo sido recebido pelo Presidente da República, presidente da Assembleia da República e Primeiro-Ministro. Dois acordos celebrados entre a ANOP e a Inter-Prod Service (IPS) vão, a partir de agora, alargar os serviços da agência oficial portuguesa a 14 países da África do Norte, Europa socialista, Médio Oriente e América Latina. O secretário-geral da UGT declarou no seu discurso pronunciado em 1.º de Maio no parque do Alvão se limitou a "defender o caderno reivindicativo e o programa aprovados em congresso", pelo que as pessoas que se feriram com o seu discurso "estão enganadas na UGT e é melhor afastarem-se".

6 Domingo 1975 — Morrem num desastre de viação os militantes comunistas Pedro Soares, membro do CC do PCP, e a sua companheira Maria Luísa Costa Dias.

Discursando na "Festa da Amizade" em Almada, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, afirma que o PCP está pronto a examinar imediatamente a possibilidade da formação de um governo de gestão tanto com o presidente da República, como com o PS ou quaisquer outros partidos, forças ou sectores políticos que queiram considerar uma tal solução. Cerca de 600 estudantes, professores e técnicos de Ensino participam, na Faculdade de Letras de Lisboa, nas primeiras jornadas sobre o Ensino Unificado, tendo analisado e debatido este sector de ensino, apontando perspectivas e propostas para o futuro. Encerra o Encontro dos trabalhadores da Rodoviária Nacional, onde se concluiu, nomeadamente, que a política do governo Mota Pinto está a determinar o agravamento rápido da situação financeira e de tesouraria da RN o que, se não for alterado imediatamente, impedirá a consolidação desta empresa nacionalizada, exigindo os trabalhadores, entre outras reivindicações, que o Governo assumas as suas responsabilidades e cumpra o acordo de saneamento financeiro que firmou com a empresa.

7 Segunda-feira 1831 — São enforcados no Porto dez liberais, condenados pelo regime absolutista e de terror de D. Miguel.

O PCP propõe que a Assembleia da República se reúna, em período suplementar à actual sessão legislativa, de 19 de Junho a 20 de Julho próximos. Uma delegação do PCP avista-se com uma delegação do PS na sequência da aceitação por parte do PS em debater com outros partidos a actual situação política.

8 Terça-feira 1944 — Grandes greves em Lisboa, que se prolongam no dia seguinte; os principais centros são Sacavém, Vila Franca, Lisboa, Barreiro, Loures e Pero Pinheiro. As greves são acompanhadas de manifestações.

Uma nota da Comissão Política do CC do PCP informa que o PCP deliberou adiar de momento a apresentação de uma moção de censura ao governo Mota Pinto, devido aos encontros previstos com o PR e os encontros realizados e previstos com partidos e sectores políticos diversos a fim de considerar a solução da crise política. E entregue na Assembleia da República um documento de protesto contra a ofensiva do MAP na zona de intervenção da Reforma Agrária, contendo 270 000 assinaturas.

# Os Comunistas na Assembleia da República

## Substituição do Governo Mota Pinto continua no ordem do dia

As grandiosas comemorações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio vieram trazer à Assembleia da República o eco do repúdio generalizado pelo Governo Mota Pinto, de tal modo que se pode dizer que a sua substituição foi o tema central dos trabalhos parlamentares após a sessão solene comemorativa do 25 de Abril.

As atenções generalizadas, nomeadamente por parte dos meios de comunicação social, convergiram para a Assembleia da República no início dos trabalhos da passada terça-feira, perante a possibilidade da apresentação de uma moção de censura ao Governo Mota Pinto por parte do Grupo Parlamentar do PCP.

No entanto, ao princípio da tarde, desse dia, tinha sido distribuída à imprensa uma Nota da Comissão Política do CC do PCP na qual se afirmava:

**Como é do conhecimento público, o PCP resolveu apresentar uma moção de**

**censura ao Governo Mota Pinto, chegando a ser considerado o princípio da semana para o efeito. Tendo entretanto em conta os encontros previstos com o Presidente da República e encontros realizados e previstos com partidos e sectores políticos diversos a fim de considerar a solução da crise política, o PCP resolve adiar de momento a data da apresentação da moção.**

O anúncio da disposição do PCP em apresentar uma moção de censura ao Governo Mota Pinto tinha, aliás, sido feito faz hoje oito dias pelo deputado Octávio Pato no decorrer de uma declaração política proferida em nome do Grupo Parlamentar do PCP. Na referida declaração (Ver em **Intervenções**) e analisando a actual situação política, bem como a grandiosidade das comemorações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio, o deputado do PCP enunciou perante a Assembleia as propostas do PCP contidas na

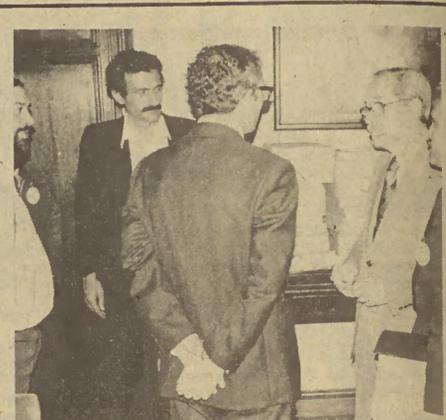
Nota da Comissão Política de 2 de Maio.

Suspensa de momento a apresentação da moção de censura por parte do PCP, e aguardando-se a tomada de posição do PS e do PSD — recorde-se que este último partido, pela voz do seu presidente, deu um prazo, que hoje expira, para que o Governo responda a determinadas questões, nomeadamente se está ou não disposto a apresentar a questão da confiança — a Assembleia da República retomou os seus trabalhos com a discussão do projecto de lei do PS relativo à alienação de bens das empresas nacionalizadas, discussão que se iniciou na passada terça-feira e na qual interveio nesse dia o deputado do PCP Veiga de Oliveira. Este, reconhecendo mérito à iniciativa legislativa do PS, aproveitou a oportunidade para denunciar os escândalos da venda de "O Século" e da recente desnacionalização de bens pertencentes

à Rodoviária Nacional — a este respeito, ver artigo na página 5.

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PCP formalizou já a proposta de que fosse obtido consenso na Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares para que a Comissão Permanente da Assembleia possa convocar um período suplementar de trabalho da actual sessão legislativa, a realizar entre 19 de Junho e 20 de Julho.

Na base da proposta do PCP pesam factos como o volume e a importância das matérias pendentes na Assembleia, bem como a exiguidade do número de reuniões plenárias até ao termo da sessão legislativa — 15 de Junho — uma vez que estas se encontram em grande parte já ocupadas com matérias agendadas com as marcações feitas pelo PS e pelo PCP. Acresce ainda o facto de se avizinharem o debate sobre as propostas de lei do Plano e do OGE.



## 277.300 assinaturas em defesa da Reforma Agrária entregues na AR

O Presidente da Assembleia da República, Teófilo Carvalho dos Santos, recebeu na tarde da passada terça-feira a comissão representativa do movimento de opinião em defesa da Reforma Agrária.

A referida comissão entregou ao Presidente da Assembleia da República o abaixo-assinado contendo 277 300 assinaturas de cidadãos portugueses em defesa da Reforma Agrária.

É o seguinte o texto do abaixo-assinado recebido pelo Presidente da Assembleia da República:

**Os signatários, conscientes de que a Reforma Agrária é parte integrante do regime democrático e constitucional, considerando que as acções de violência e arbitrariedade do MAP contra os trabalhadores agrícolas da zona da Reforma Agrária são um factor de instabilidade social, contrariam e ofendem princípios básicos da vivência democrática do país e comprometem o indispensável esforço produtivo naquela zona, reclamam: 1) que cessem imediatamente os actos de repressão e violência na zona da Reforma Agrária; 2) que se estabeleça uma prática de diálogo efectivo entre o Governo e os trabalhadores, inspirado pelo objectivo patriótico de salvaguardar o êxito da Reforma Agrária, nos termos da Constituição.**

Entre os primeiros subscritores do documento entregue na Assembleia da República encontram-se inúmeros deputados do PS e do PCP, intelectuais e técnicos de renome. De salientar que, entre eles, figuram dois ex-ministros da Agricultura e Pescas (Oliveira Baptista e Lopes Cardoso), um ex-governador-civil de Évora (Manuel da Costa), três ex-secretários de Estado da Estruturação Agrária (António Bica, António Campos e Vítor Louro) e um ex-secretário de Estado do Fomento Agrário (Henrique Seabra).

A comissão que se avistou com o Presidente da Assembleia da República solicitou-lhe a leitura do documento em sessão plenária daquele órgão de soberania.

## Dia a Dia

### Assinalada a derrota do nazi-fascismo

No início da sessão plenária da passada terça-feira, dia 8, o Presidente da Assembleia da República, Teófilo Carvalho dos Santos, evocou a derrota do nazi-fascismo em 1945 e o termo da II Guerra Mundial, cujo 34.º aniversário ocorria nessa data.

Na oportunidade, o Presidente da AR evocou igualmente a criação em Portugal do Movimento de Unidade Democrática (MUD), que desempenhou um papel de relevo no combate à ditadura fascista no nosso país.

No final da sua intervenção, o Presidente da AR foi aplaudido de pé pela maioria da Assembleia. Com efeito, apenas sete deputados do CDS aplaudiram sentados, enquanto que os restantes nove na altura presentes na bancada do CDS optavam pelo mais completo silêncio.

### Criação de novas freguesias

Na Comissão Parlamentar da Administração Interna e Poder Local encontravam-se à espera de parecer, até

à passada terça-feira, trinta e cinco projectos de lei relativos à criação de novas freguesias. Desses trinta e cinco projectos, 14 são da autoria do PS, 10 são da autoria do PCP, 5 do PPD, 4 do CDS e 2 de deputados independentes.

Os dez projectos do PCP propõem a criação das seguintes 16 novas freguesias: Pontinha; Landeira (no concelho de Vendas Novas); Laranjeiro, Feijó e Chameca (todas no concelho de Almada); Outeiro da Cabeça (no concelho de Torres Vedras); Paços Negros (no concelho de Almeirim); Pragal (no concelho de Alcochete); Fors de Arrão (no concelho de Ponte de Sor); Monte Gordo (no concelho de Vila Real de Santo António); Conde (no concelho de Sesimbra); e Fajarda, Branca, Erra, Biscainha e Santana do Mato (no concelho de Coruche).

### Eleita a delegação à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa

O período da ordem do dia das sessões dos dias 2 e 3 de Maio foi totalmente ocupado com a eleição da delegação portuguesa à Assembleia

Parlamentar do Conselho da Europa.

Na origem do acontecimento, o facto de os deputados ex-PSD pretenderem integrar a delegação, com a oposição do PSD. Depois de prolongada discussão, veio a ser eleita uma lista única, que recebeu 145 votos favoráveis, 5 votos contrários, 26 votos brancos e 4 votos nulos.

A delegação, que já se encontra em Estrasburgo, ficou assim constituída: Salgado Zenha, Tito de Morais e Manuel Alegre, do PS; Amândio de Azevedo, do PSD; Cunha Leal, ex-PSD; Lucas Pires, do CDS; e Carlos Carvalhas, do PCP.

### Entrevistas do Grupo Parlamentar do PCP

Desde o passado dia 27 de Março e até ao dia 3 de Maio, foram realizadas pelo Grupo Parlamentar do PCP 42 entrevistas com as seguintes entidades: Comissão Negociadora do CCT da Função Pública; sindicatos, CTs e delegados sindicais da Intercolor; Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa; CT da ECA; CT da Siderurgia Nacional; Associação dos Inquilinos

Lisbonenses; Federação dos Sindicatos da Metalurgia; Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante; CT da AC; Rendeiros do Fundão; Cooperativa Sossimóvil; CT e Comissão Intersindical da CIM; CT da Guérin; Sindicatos dos Pescadores do Norte e Centro; Sindicato da Função Pública; União das Cooperativas de Promoção Camponesa de Grândola; CT da AGPL; CT da Sorefame; CT da CORAME; Sindicato da Indústria Hoteleira do Sul; União dos Sindicatos de Lisboa; Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose; Sindicato dos Magistrados do Ministério Público; Sindicato Têxtil do Porto e Aveiro; Sindicato Livre de Armazém do Norte; CT da Lanalco; Federação do Norte dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo; Sindicato dos Trabalhadores Judiciais de Lisboa; UCP do Sabugueiro; CT da Equimetal; CT da COSEC; CT da Elusial; União dos Sindicatos de Aveiro; Sindicato dos Corticeiros de Santa Maria de Lamas; Grupo de Teatro de Paranhos; STAL; Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis do Norte; Federação dos Sindicatos da Cerâmica de Vidro; Federação dos Sindicatos Ferroviários; Sindicato da Construção Civil.

## Intervenções

### Exigência nacional: pôr fim à actividade de um governo insolente, desacreditado, isolado, repudiado!

O prestígio, o respeito e a autoridade das instituições democráticas nascidas no curso da Revolução de Abril, são inseparáveis da correção e do acerto da política em relação aos problemas, necessidades e interesses nacionais, do exercício pleno das suas funções constitucionais, da sua identificação perante os sentimentos, as aspirações e a vontade que o povo português, em cada momento, exprime através dos legítimos meios de intervenção que o regime democrático lhe assegura.

E a esta luz que consideramos de particular importância trazer a esta Assembleia, neste preciso momento, algumas reflexões sobre o significado das recentes comemorações do 1.º de Maio e dar conta a esta Assembleia de uma nova contribuição do PCP com vista à busca responsável de uma solução democrática que faça frente aos perigos e ameaças que se perfilam na vida nacional.

Apenas a oito dias de distância das memoráveis comemorações do 5.º aniversário do 25 de Abril e mantendo a profunda ligação que entre as duas datas se estabeleceu na história da libertação do povo português, as comemorações do 1.º de Maio deste ano, pela gigantesca participação de massas, pela diversidade e multiplicidade de iniciativas, pelo calor e entusiasmo e combatividade que

nelas se exprimiu, constituem, só por si, uma e elatante afirmação da força do movimento popular, de natureza democrática e patriótica da sua intervenção, do vigor dos ideais libertadores que o inspiram, da plena identificação com o regime democrático e com as conquistas populares em cuja defesa levanta a sua voz e mobiliza as suas energias.

As comemorações do 1.º de Maio trouxeram novamente à luz do dia com inconfundível clareza e vigor a serena condenação e repúdio popular pelo Governo Mota Pinto, e imenso protesto nacional contra a sua política de desastre económico, de agravamento das condições de vida dos trabalhadores e da população laboriosa, de aumento do custo de vida, de repressão patronal, de violações e afrontas às liberdades fundamentais, à legalidade democrática e à ordem constitucional, de sanha destruidora das conquistas históricas da revolução portuguesa.

A jornada de contratenção e luta do 1.º de Maio, organizada sob a égide do movimento sindical unitário, pondo em evidência a triste dimensão das inimizades divisionistas, mostrando uma vez mais que a unidade continua a ser um valor supremo e uma realidade preciosa para o povo português, mostrou também que essa unidade é um factor determinante na luta em defesa do regime democrático e das

conquistas de Abril e uma garantia essencial para a construção e desenvolvimento da sociedade democrática na perspectiva consagrada na lei fundamental do país.

Em conjunto as manifestações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio são um irrefutável desmentido a um vasto arsenal de mistificações e falsificações que a direita procura fazer circular através das posições que ocupou nos órgãos de comunicação social estatalizados.

Comprova-se que não é o regime democrático que está impasse, mas sim a direita e os seus planos para liquidar o regime democrático. Comprova-se que não é a sociedade democrática que está bloqueada, mas sim a direita que se sente bloqueada pela iniciativa democrática e popular.

Comprova-se que não é o povo que está cansado do 25 de Abril e da democracia, mas sim a direita que não se conforma com o 25 de Abril e a democracia. Mas, das grandiosas manifestações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio emergiu sobretudo como instante exigência nacional: afastar e vencer os perigos que pairam sobre o regime democrático; libertar os portugueses das prepotências e arbitrariedades do Governo Mota Pinto; pôr fim à actividade desastrosa para o povo e para o país de um governo insolente, desacreditado, isolado, repudiado; criar condições para

a formação de um governo democrático com uma política democrática. (...) Por estas razões e com estes objectivos, o PCP, seguro de exprimir os sentimentos e a vontade que os trabalhadores e a população em geral muito vêm a manifestar e novamente proclamaram em uníssono no 25 de Abril e no 1.º de Maio, propõe:

1.º A formação de um governo de gestão até às eleições de 1980 ou até às eleições intercalares, que se caracterize por uma política de diálogo, de apaziguamento, de respeito pela ordem e pela legalidade democrática e de eficiência na gestão dos negócios correntes do Estado. O PCP realinha a sua disposição de examinar imediatamente esta possibilidade tanto com o Presidente da República, a quem cabe, constitucionalmente, a decisão da escolha de um novo Primeiro-Ministro, como com o PS ou com quaisquer outros partidos, forças ou sectores políticos interessados nua tal solução.

2.º A realização no mais curto prazo possível de eleições intercalares.

O PCP afirma a sua disposição de examinar imediatamente esta possibilidade tanto com o Presidente da República, a quem cabe, constitucionalmente, a decisão da escolha de um novo Primeiro-Ministro, como com o PS ou com quaisquer outros partidos, forças ou sectores políticos interessados nua tal solução.

3.º A realização no mais curto prazo possível de eleições intercalares. O PCP afirma a sua disposição de examinar imediatamente esta possibilidade tanto com o Presidente da República, a quem cabe, constitucionalmente, a decisão da escolha de um novo Primeiro-Ministro, como com o PS ou com quaisquer outros partidos, forças ou sectores políticos interessados nua tal solução.

Entretanto, correspondendo

à vontade expressa pelos trabalhadores de substituição do Governo Mota Pinto, e dando voz nesta Assembleia ao amplíssimo movimento de opinião democrática que se opõe à sua política destruidora, antidemocrática e antinacional, o Grupo Parlamentar do PCP apresentará a curto prazo uma moção de censura ao Governo Mota Pinto.

Esta iniciativa parlamentar do PCP permitirá, estamos certos, uma melhor clarificação da situação política e das posições dos partidos e dos representantes nesta Assembleia. Nenhum democrata que queira apreciar a situação política com espírito de objectividade e sem preconceitos, pode deixar de reconhecer que o prosseguimento do Governo Mota Pinto significa a imposição de sacrifícios e sofrimentos ainda mais duras e gravosos ao povo português, de novas prepotências e ilegalidades, de novas manobras lançadas contra o regime democrático a partir do próprio poder, de novas acções de repressão sobre os trabalhadores, de novas discriminações, actos de intolerância, de mais sólidas posições para a reacção no aparelho de Estado, de maiores golpes contra as nacionalizações, a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores e das suas representativas, do acentuar da mordaza reacção sobre a liberdade de expressão

e a comunicação social do Estado, do acumular de perigos e ameaças sobre a democracia portuguesa.

O povo português que sofre na sua carne e na sua vida quotidiana os efeitos da política desastrosa do Governo Mota Pinto não poderá compreender que mesquinhas razões de egoísmo partidário, cálculos eleitoralistas nada legítimos no actual momento político ou combinações e arranjos para novos casamentos governamentais se contrantrarem, se possam vir a sobrepor à evidente necessidade e interesse nacional de proteger a democracia portuguesa dos seus

inimigos instalados no Governo Mota Pinto. (...) As comemorações do 1.º de Maio trouxeram para o primeiro plano da vida nacional duas realidades profundas e complementares de há muito confirmadas na trajectória da revolução portuguesa e que, contra a avalanche de esquemas, análises e planos da direita, todos os dias se avivam: não é possível resolver os graves problemas nacionais, assegurar a recuperação económica, o progresso e o desenvolvimento de Portugal sem o apoio, o entusiasmo e o empenho de uma participação criadora dos trabalhadores, não é possível em

regime democrático governar contra a opinião, os sentimentos e a vontade dos trabalhadores e do povo.

Uma solução democrática pode ser encontrada na base da fidelidade aos ideais democráticos patentes nas grandes manifestações patrióticas do 25 de Abril e do 1.º de Maio (Octávio Pato, em 3/5/78).

Não pode ser encontrada, seguramente, em novos arranjos e combinações com a direita reacçãoária.

O mandato nacional maioritário que as forças democráticas receberam do povo português exige que estas intervenham sem demora para

garantir uma solução democrática que se inspire na confiança, no força, na determinação, na fidelidade aos ideais democráticos patentes nas grandes manifestações patrióticas do 25 de Abril e do 1.º de Maio (Octávio Pato, em 3/5/78).

tem dois processos — em todos os casos relativos a problemas da Reforma Agrária —, como se diz num ofício que adiante lerei: Isto — que é uma manifesta ilegalidade — será também um crime se se provar que tais processos não coincidem com o outro e que é intencional — ou seja, que visa enganar a justiça e prejudicar o interesse legítimo dos particulares. (Lino Lima, em 3/5/79).

É o caso de duplicação de processos organizados naquele Ministério e nos seus serviços — em todos os casos relativos a problemas da Reforma Agrária.

(...) Como o Ministério da Agricultura e Pescas não se sente bem no reino da legalidade, pelo menos em tudo quanto se refere à Reforma Agrária, chegou-se agora ao conhecimento de que — tal como nas empresas que têm duas escritas — o MAP também

em português CIÊNCIAS SOCIAIS A VENDA 50\$00 edições Avante!

# Propostas essenciais para a RN aprovadas pelos trabalhadores em Encontro Nacional

- Pelo cumprimento rigoroso do ASEF
- Pela melhoria da organização

Com funções deliberativas e 594 delegados inscritos, o Encontro Nacional dos Trabalhadores da Rodoviária Nacional/EP discutiu e aprovou no último fim-de-semana, na Voz do Operário em Lisboa, uma série de propostas essenciais para a vida dessa grande empresa nacionalizada que emprega 14 417 trabalhadores.

Em quatro sessões no sábado e no domingo, com grande participação sempre interessada e muito rica de informação e entusiasmo, o Encontro discutiu a situação financeira da empresa, que considerou «difícil», e exigiu o «rigoroso cumprimento» do Acordo de Saneamento Económico e Financeiro (ASEF) celebrado entre a RN e o Estado em 1978.

Subordinado à «reestruturação da empresa», à «melhoria das condições de vida e de trabalho» e ao «reforço da organização», o Encontro, cujas teses foram discutidas previamente em 65 plenários, aprovou conclusões sobre a «situação da empresa», as «condições de vida e de trabalho» e «organização dos trabalhadores». Neste último ponto da ordem de trabalhos, foi eleita uma Comissão Dinamizadora para se ocupar de importantes deliberações do Encontro no campo das estruturas sindicais da empresa.

Reconhecida pelo Estado a «viabilidade empresarial da RN como unidade económica», o Encontro, em que usaram da palavra 81 delegados, refere numa das moções aprovadas

- Por melhores condições de vida e de trabalho
- Contra as desnacionalizações

que a política do Governo Mota Pinto está a provocar «o rápido agravamento da situação financeira e de tesouraria da RN». Se essa política e esse Governo não desaparecerem rapidamente, «a consolidação desta empresa nacionalizada» será impedida e, a curto prazo, podem correr perigo os próprios salários dos trabalhadores.

Noutra das moções aprovadas como quase todos os documentos por unanimidade e aclamação, exige-se que «o Ministério dos Transportes despache rápida e favoravelmente a integração dos transportes urbanos de Braga na Rodoviária Nacional».

Iniciativa assinalável na defesa das nacionalizações, o Encontro foi a prova clara de que a unidade existe e se reforça entre os trabalhadores da RN. Como salienta a proclamação final e vários outros documentos o comprovam, designadamente, as moções de apoio à Reforma Agrária, de saudação ao 1.º de Maio e de comemoração da data da nacionalização da RN, o Encontro «demonstrou a vitalidade e a capacidade dos trabalhadores para, mesmo na actual situação de agravamento das suas condições de vida e de trabalho, de luta pela defesa dos seus direitos e das conquistas de Abril, realizar um amplo trabalho e um profundo debate das questões que se colocam à Rodoviária Nacional», à vida, ao trabalho e à organização dos seus trabalhadores.



## Para avançar acabando com as dívidas do fascismo

A Rodoviária Nacional herdou do fascismo e dos seus grupos financeiros um montante de dívidas que rondava os 3 500 000 contos. À data da nacionalização, a situação líquida passiva subia a 1 500 000 contos. A maior parte das dívidas era a curto prazo e já estavam vencidas. O fundo de manuseio não as comportava. Era negativo em cerca de 2 500 000

contos. Não havia meios para investimentos inadiáveis. Avolumavam-se grandes carências de equipamento. Era preciso a curto prazo muito dinheiro. A gestão das empresas que vieram a fundir-se na RN dependia dos grandes grupos financeiros e da política desastrosa do regime fascista. Não se investia. Os

recursos era desviados para operações especulativas. Estavam em causa interesses obscuros ao serviço do grande capital. Em poder dos grupos monopolistas, o sistema bancário apoiou a compra de uma série de pequenas empresas a preços especulativos. A pressão era tanta, salienta o documento de fundo (Proposta-Síntese) aprovado no

Encontro, que «as empresas que em 25 de Abril ainda se mantinham fora da influência dos grandes grupos estavam prestes a ceder e, algumas delas, isso já teria acontecido como é o caso da Arboricultura». Ainda em Maio de 1976 se faziam sentir os resultados mais directos e perigosos dessa política fascista. A situação nessa data,

cerca de um mês antes de a RN iniciar a sua actividade como empresa nacionalizada, era tão grave que a CCIRN (Comissão Coordenadora e Instaladora da Rodoviária Nacional) previa numa informação para o Governo o «colapso financeiro», se a curto prazo não se tomassem medidas que evitassem, nomeadamente, a necessidade de as Comissões Administrativas de então andarem «de Banco em Banco a mendigar um empréstimo» para pagar os salários no fim do mês.

As nacionalizações não eram uma varinha de condão. Sem se porem em prática outras medidas não podiam ser resolvidos os graves problemas de ordem financeira herdados do fascismo e da sua economia ao serviço dos grandes monopólios da indústria e da banca. Eram necessárias medidas globais. A urgência aumentava de dia para dia. Mas só nos últimos dias de 1976 seria atribuída à empresa uma dotação de 300 mil contos para capital estatutário.

O endividamento agrava-se, entretanto. Em 1977 não houve ainda medidas de carácter global, embora a título de subsídio à exploração a empresa recebesse uma dotação orçamental de 760 mil contos e uma nova verba para capital estatutário no valor de 415 000 contos.

A falta de medidas globais e eficazes reflecte-se gravemente no aumento dos juros. Em 1977, a RN pagou de juros 311 565 contos. No ano seguinte já teve de pagar 532 350 contos. Este ano esse montante deve subir para 786 286 contos.

Perante a difícil situação financeira da empresa, que exigem os trabalhadores?

Comprovada a «viabilidade empresarial da RN como unidade económica» — facto reconhecido pelo Estado — deve ser cumprido rigorosamente o Acordo de Saneamento Económico e Financeiro, celebrado entre a RN e o Estado no ano findo, nomeadamente no que respeita à fixação do capital estatutário em 2 milhões de contos e à transformação de passivos de curto prazo em longo prazo, através de um empréstimo por obrigações a juros bonificados, para que a RN possa cumprir, por seu lado, os compromissos assumidos naquele Acordo e que visam, entre outros objectivos, a melhoria do serviço público, a melhoria do nível de emprego e a melhoria das condições de trabalho.

## Um forte impulso no campo da organização

A RN é uma empresa com 14 417 trabalhadores. 12 218 estão sindicalizados. Divididos por 57 Sindicatos, contam com 254 delegados e 78 dirigentes sindicais.

Segundo o documento aprovado no Encontro, a organização das Comissões de Trabalhadores vai ser reestruturada. A nível de Centro (CEP) haverá Comissões de Trabalhadores de Base (CTB) eleitas pelos trabalhadores de um ou mais locais de trabalho. As actuais CCC (Coordenadoras de Centro) serão substituídas por

CTCs eleitas em plenários das CTBs do Centro, «de modo a conferir-lhes maior coesão e a melhorar o seu funcionamento». O actual SCTERN (Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Rodoviária Nacional) será transformado num «órgão colegial, coeso e operante». Integram-no membros eleitos no plenário das CTBs. O Plenário das CTBs a nível de Centro e o Plenário da CTCs a nível da empresa serão «órgãos deliberativos e fiscalizadores».

O Encontro decidiu que «o actual executivo do SCTERN

apresente uma proposta que regulamente e defina as atribuições, funcionamento e normas organizativas, promovendo para isso os necessários levantamentos, estudos e discussões com vista à alteração dos actuais estatutos, de modo a colocá-los de acordo com as realidades. A passagem do actual estado para o tipo de organização que agora se aprova deverá fazer-se de forma harmoniosa não prejudicando acções de defesa dos interesses dos trabalhadores, nem

provocando a inoperância dos órgãos existentes».

No plano sindical, o Encontro aprovou a criação da Comissão Intersindical Nacional da RN, com uma estrutura descentralizada, um Plenário e um Secretariado nacionais, e decidiu «promover a eleição de delegados sindicais onde não os houver, de modo a existir uma vasta rede que cubra todos os locais de trabalho».

Para se encarregar de conduzir este processo de reorganização sindical foi escolhida no Encontro uma Comissão Dinamizadora.

## Como actua o Governo

O Encontro Nacional dos Trabalhadores da RN, ao «protestar com firmeza contra a política do Governo Mota Pinto, e em particular contra a actuação do actual ministro dos Transportes, que está a pôr em perigo a RN, os postos de trabalho e os salários dos seus trabalhadores», acusa nomeadamente este Governo de:

- Não ter entregue 373 000 contos de subsídio de exploração de 1978 e de, apesar dos compromissos assumidos, ameaçar que os não entregará.
- Não ter entregue 250 000 contos, que a RN deveria receber em Março para aumento do capital, segundo estipula o Acordo de Saneamento.

● Só ter entregue 120 mil dos 500 000 contos de subsídio de exploração referentes a 1979 que, segundo o mesmo Acordo, deveriam ser recebidos na totalidade pela RN até Maio em curso.

● Não ter aprovado ainda o Plano de Investimentos da RN para 1979, o que causa «graves prejuízos à empresa, pois está a impedir, nomeadamente, a assinatura de contratos visando a renovação e modernização da frota».

● Obrigar a RN a «pagar cerca de 400 mil contos de indemnizações a antigos proprietários pela venda a preços especulativos de empresas aos ex-patrões».

## Desnacionalizações ilegais

Já depois do Encontro, despachos recentes (um é datado de antontem) tentam a desnacionalização ilegal de sectores importantes da RN. Contra o que dizem os despachos do Governo de tração nacional, todas as empresas que integram a RN foram nacionalizadas directamente. Não há pois qualquer razão legal para devoluções ao antigo patronato. Nem a «lei

de entrega» as autoriza, nem a Constituição o permite. A TUCO, a STAL, o Hotel EVA, a Turijorge, a Solamigo, nacionalizadas a 100 por cento, e outras a vários graus, não podem ser devolvidas. O património da RN resulta todo ele da extinção de empresas todas elas directamente nacionalizadas. Qualquer medida em contrário é fraude e ilegalidade contra o património nacional.

## COOPIS e EAGS: uma realidade, um futuro num Encontro mobilizador

Por iniciativa dos trabalhadores interessados, através de uma Comissão Organizadora, decorrerá, em Lisboa, na Voz do Operário, no próximo dia 19, o 1.º Encontro Nacional das Cooperativas Operárias de Produção Industrial e Serviços e das Empresas em Autogestão (COOPIS e EAGS).

De forma conjunta, em unidade, esta iniciativa corresponde à necessidade de encontrar «os caminhos seguros para atingir os objectivos sociais, económicos e culturais» que constitucionalmente são atribuídos àquelas formações económicas. Segundo a Comissão Organizadora, o 1.º Encontro deve «responder aos muitos problemas, boicotes e entraves» com que diariamente deparam as cooperativas e empresas em autogestão — realidade que os trabalhadores portugueses sobram erger no decurso do processo iniciado com o 25 de Abril, como forma de salvaguardar o emprego e a produção nacional, criando relações de produção mais justas e formas de gestão participadas democraticamente».

organização das suas unidades, a definição dos objectivos das COOPIS e EAGS à luz da Constituição da República, a elaboração de um caderno reivindicativo a apresentar aos órgãos do poder e a definição de um plano de acção para as COOPIS e EAGS.

Mobilizar e unir pode ser considerado o lema principal do Encontro, numa situação de ataque generalizado às novas formações económicas saídas do 25 de Abril por parte de um Governo e de uma política que actua contra a Constituição e o interesse nacional.

Na fase de preparação do Encontro, a Comissão Organizadora tem estabelecido contactos com unidades e organismos coordenadores do ramo cooperativo e das empresas em autogestão com bons resultados, num amplo sector com cerca de 1 milhão de unidades produtivas, empregando perto de 30 mil trabalhadores.

Para discussão, eram distribuídos entretanto, alguns textos-base tratando de assuntos como empresas em autogestão e a Constituição da República, caderno reivindicativo e acções

a desenvolver, e ainda sobre o desenvolvimento das cooperativas operárias de produção industrial e serviços e das empresas em autogestão face à evolução da situação política e económica.

Neste último texto, a Comissão depois de uma breve resenha histórica das experiências de cooperação lembra, a dado passo, que, após o 25 de Abril, «muitas cooperativas nasceram de grupos de desempregados, de emigrantes que entretanto haviam regressado, de retornados das ex-colónias e também da associação dos trabalhadores com a antiga entidade patronal».

Formadas por iniciativas dos trabalhadores, as cooperativas e empresas em autogestão, embora parte delas estejam consolidadas e em franco desenvolvimento, necessitam de trazar o seu destino, em aliança com os outros trabalhadores e as suas organizações de classe». Como a sinala a Comissão Organizadora, isso deve fazer-se «numa perspectiva de defesa dos seus direitos», congregando forças e apoios no sentido da «consolidação do movimento como forma de propriedade social, apontando para o fim da exploração do homem pelo homem».

É nessa perspectiva que decorrerá o 1.º Encontro Nacional das COOPIS e EAGS, no dia 19 em Lisboa.

## Escândalo na MDF

Aqueles a quem só interessa «governar» — lema várias vezes reivindicado com arrogância pelo chefe deste Governo de desastre — «governar» destruindo empresas, postos de trabalho, a economia do país. Responsáveis por desintervenções ilegais, sem ouvir os trabalhadores e sem cuidar do futuro das empresas devolvidas a patrões que, fraudulentamente, só cuidam do seu bolso, este Governo e o anterior, com alguns percursores abalizados, impuseram a MDF como exemplo escandaloso das suas manobras antinacionais.

Desta vez, há uma ordem directa do Governo Nobre da Costa, confirmada pelo Governo Mota Pinto, para que a Metalúrgica Duarte Ferreira (2700 trabalhadores) não aceite encomendas a médio prazo. E o presidente da Comissão Administrativa da empresa intervenida responde, «conformado», que essa ordem levará a que «se entre na inactividade».

É inacreditável, dirão. Mas é verdade. «Esta forma incrível — afirmam as CTs da empresa — tenta-se criar a ilusão de que a MDF não tem solução nem viabilidade, cortando-lhe às escondidas as possibilidades de sobrevivência».

## Reforço claro da unidade nos Bancários e Professores

As eleições para os Sindicatos, CTs e delegados sindicais continuam a revelar um reforço da unidade. Nos Bancários do Sul e Ilhas e nos Professores da Grande Lisboa foi patente esse reforço que se estende a todo o País. A luta de «tendências», que os fomentadores do divisionismo se esforçam por activar, continua a recuar em toda a linha.

No Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, a lista da unidade venceu por uma margem superior a mil votos a sua concorrente mais votada. Com 53 por cento dos votos expressos (3001 em 5669 votantes) a nova direcção dos Professores contará com o apoio necessário à luta por uma série de reivindicações que interessam a toda a classe.

No Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas os fomentadores do divisionismo mantiveram os seus lugares nos corpos gerentes. Mas a unidade avançou relativamente às eleições anteriores. Não pode

passar sem relevo o facto de os defensores da unidade terem vencido com vantagem significativa nos bancos principais, nas eleições simultâneas para os órgãos de base do Sindicato (secretariados das secções regionais e de empresa). Com cerca de 8500 votos (PS: 7600 e PPD/PSD cerca de 6000) a linha da unidade e do reforço coerente do Movimento Sindical triunfou nesses órgãos de base nos Bancos seguintes: Espírito Santo, Fonseca e Burnay, Pinto e Sotto Mayor, Português do Atlântico, Totta & Aço, Crédito Predial, Caixa Geral de Depósitos e Montepio Geral.

De salientar é também o facto de as vitórias surgirem em sectores onde os fomentadores do divisionismo pretendem instalar-se com armas e bagagens, desenvolvendo, sobretudo nos Bancários e com base no próprio Sindicato, um dos focos principais

Os que insistem em «governar» contra os trabalhadores e contra o interesse nacional não terão assim dificuldade em «justificar» a falência da MDF, como pretendem fazer a breves prazo acabando com 2700 postos de trabalho, roubando a subsistência a milhares de famílias, destruindo a fonte principal das actividades económicas de uma localidade inteira, o Tramagal.

O protesto e a disposição para a luta dos trabalhadores da MDF têm mais uma razão de grande peso para o fortalecimento da unidade contra a actuação inqualificável deste Governo de desastre nacional.

contra o Movimento Sindical Unitário.

As eleições nos Bancários revelaram ainda outro aspecto elucidativo no campo do reforço da unidade. A tendência PPD foi a única que recuou relativamente às eleições anteriores. Ainda segundo dados provisórios (como todos os que citámos) mas já reveladores, enquanto a corrente da unidade e a tendência PS aumentavam as suas votações nos secretariados das secções regionais e de empresa, a «tendência social-democrata» baixava a sua votação relativa, passando de 25,5 por cento em 1978 para 24,5 por cento em 1979. Mesmo no sector dos Serviços, onde os fomentadores do divisionismo pretendem ter posições seguras, a corrente da unidade ganha força e toma claro, perante os trabalhadores de todas as tendências e opções que o sindicalismo contra a unidade está condenado à derrota.

## Os salários de Abril

O 25 de Abril trouxe aos trabalhadores da RN um substancial aumento de salários e uma notória melhoria de regalias sociais. Segue uma imagem clara para algumas profissões:

PROFISSÃO	1974		CCT VERTICAL		
	Antes 25 Abril	Depois 25 Abril	1976	1977	1978
Motorista	2400\$ 4000\$	5750\$	7500\$	8850\$	10340\$
Cob.-Bilheteiro	2640\$ 2760\$	5000\$	7100\$	8450\$	9940\$
1.º Of. Serralhel.	3600\$ 4000\$ 4350\$	6100\$	8250\$	9500\$	11000\$
1.º Escrivário	6300\$ 6500\$	—	9000\$	10100\$	11500\$

Num período de 18 meses, entre o derrubamento do fascismo e Junho de 1975 (mês durante o qual entrou em vigor na empresa a segunda actualização verificada depois do 25 de Abril), os salários dos trabalhadores da RN aumentaram em média 128 por cento. Nesses mesmos 18 meses os preços subiram apenas 37 por cento. Assim, o nível da vida dos trabalhadores desta empresa nacionalizada subiu substancialmente nesse período, em relação ao qual se deve ainda ter em conta a introdução do mês de férias, do subsídio de férias por inteiro e do 13.º mês, que só uma parte muito reduzida do pessoal da RN recebia antes da Revolução de Abril. Depois de Junho de 1975 até ao momento presente, os salários subiram em média 36 por cento e os preços aumentaram 110 por cento. A diminuição do nível de vida é flagrante. E se tudo não piorou ainda mais para isso contam fundamentalmente três factores: aumento elevado dos salários reais durante o primeiro período da Revolução; realização de horas suplementares; e a circunstância de a RN ser uma empresa nacionalizada, isenta dos atropelos à contratação colectiva, e à entrada em vigor de novos contratos.



## Uma jornada inesquecível

«Condenação frontal e irrecusável deste Governo e da sua política», o 1.º de Maio de 1979 foi uma «jornada inesquecível de unidade e luta dos trabalhadores portugueses, de total adesão ao espírito do 25 de Abril» — afirmou o Secretariado Nacional da CGTP-IN numa conferência de Imprensa durante a qual fez o balanço do Dia Mundial do Trabalhador no nosso país e anunciou que já foi entregue à Comissão Administrativa do INATEL o pedido de requisição do Estádio 1.º de Maio para as comemorações desse dia no próximo ano.

Os dirigentes da CGTP-IN salientaram como extremamente significativo o «grau de adesão e participação dos trabalhadores e do povo em geral» e realçaram lustrosamente «o espírito de civismo, a consciência, o entusiasmo e a determinação» de que as massas trabalhadoras deram provas por todo o País.

No seguimento das grandes manifestações de Março, as comemorações do 1.º de Maio subordinaram-se à necessidade iniludível de os trabalhadores «darem combate frontal às ofensivas das forças da direita, da reacção e do grande patronato, ao Governo Mota Pinto e à sua política», frisou o Secretariado da CGTP-IN acrescentando que o 1.º de Maio, ao condenar este Governo e a sua política, reflecte «o imperativo histórico da sua substituição urgente por um novo governo que respeite a democracia e a Constituição, que proteja os interesses da maioria do Povo português, que se identifique com os ideais libertadores de Abril».

## Uma jornada inesquecível

«Condenação frontal e irrecusável deste Governo e da sua política», o 1.º de Maio de 1979 foi uma «jornada inesquecível de unidade e luta dos trabalhadores portugueses, de total adesão ao espírito do 25 de Abril» — afirmou o Secretariado Nacional da CGTP-IN numa conferência de Imprensa durante a qual fez o balanço do Dia Mundial do Trabalhador no nosso país e anunciou que já foi entregue à Comissão Administrativa do INATEL o pedido de requisição do Estádio 1.º de Maio para as comemorações desse dia no próximo ano.

Os dirigentes da CGTP-IN salientaram como extremamente significativo o «grau de adesão e participação dos trabalhadores e do povo em geral» e realçaram lustrosamente «o espírito de civismo, a consciência, o entusiasmo e a determinação» de que as massas trabalhadoras deram provas por todo o País.

No seguimento das grandes manifestações de Março, as comemorações do 1.º de Maio subordinaram-se à necessidade iniludível de os trabalhadores «darem combate frontal às ofensivas das forças da direita, da reacção e do grande patronato, ao Governo Mota Pinto e à sua política», frisou o Secretariado da CGTP-IN acrescentando que o 1.º de Maio, ao condenar este Governo e a sua política, reflecte «o imperativo histórico da sua substituição urgente por um novo governo que respeite a democracia e a Constituição, que proteja os interesses da maioria do Povo português, que se identifique com os ideais libertadores de Abril».

## Uma jornada inesquecível

«Condenação frontal e irrecusável deste Governo e da sua política», o 1.º de Maio de 1979 foi uma «jornada inesquecível de unidade e luta dos trabalhadores portugueses, de total adesão ao espírito do 25 de Abril» — afirmou o Secretariado Nacional da CGTP-IN numa conferência de Imprensa durante a qual fez o balanço do Dia Mundial do Trabalhador no nosso país e anunciou que já foi entregue à Comissão Administrativa do INATEL o pedido de requisição do Estádio 1.º de Maio para as comemorações desse dia no próximo ano.

Os dirigentes da CGTP-IN salientaram como extremamente significativo o «grau de adesão e participação dos trabalhadores e do povo em geral» e realçaram lustrosamente «o espírito de civismo, a consciência, o entusiasmo e a determinação» de que as massas trabalhadoras deram provas por todo o País.

No seguimento das grandes manifestações de Março, as comemorações do 1.º de Maio subordinaram-se à necessidade iniludível de os trabalhadores «darem combate frontal às ofensivas das forças da direita, da reacção e do grande patronato, ao Governo Mota Pinto e à sua política», frisou o Secretariado da CGTP-IN acrescentando que o 1.º de Maio, ao condenar este Governo e a sua política, reflecte «o imperativo histórico da sua substituição urgente por um novo governo que respeite a democracia e a Constituição, que proteja os interesses da maioria do Povo português, que se identifique com os ideais libertadores de Abril».

## Uma jornada inesquecível

«Condenação frontal e irrecusável deste Governo e da sua política», o 1.º de Maio de 1979 foi uma «jornada inesquecível de unidade e luta dos trabalhadores portugueses, de total adesão ao espírito do 25 de Abril» — afirmou o Secretariado Nacional da CGTP-IN numa conferência de Imprensa durante a qual fez o balanço do Dia Mundial do Trabalhador no nosso país e anunciou que já foi entregue à Comissão Administrativa do INATEL o pedido de requisição do Estádio 1.º de Maio para as comemorações desse dia no próximo ano.

Os dirigentes da CGTP-IN salientaram como extremamente significativo o «grau de adesão e participação dos trabalhadores e do povo em geral» e realçaram lustrosamente «o espírito de civismo, a consciência, o entusiasmo e a determinação» de que as massas trabalhadoras deram provas por todo o País.

No seguimento das grandes manifestações de Março, as comemorações do 1.º de Maio subordinaram-se à necessidade iniludível de os trabalhadores «darem combate frontal às ofensivas das forças da direita, da reacção e do grande patronato, ao Governo Mota Pinto e à sua política», frisou o Secretariado da CGTP-IN acrescentando que o 1.º de Maio, ao condenar este Governo e a sua política, reflecte «o imperativo histórico da sua substituição urgente por um novo governo que respeite a democracia e a Constituição, que proteja os interesses da maioria do Povo português, que se identifique com os ideais libertadores de Abril».

## Uma jornada inesquecível

«Condenação frontal e irrecusável deste Governo e da sua política», o 1.º de Maio de 1979 foi uma «jornada inesquecível de unidade e luta dos trabalhadores portugueses, de total adesão ao espírito do 25 de Abril» — afirmou o Secretariado Nacional da CGTP-IN numa conferência de Imprensa durante a qual fez o balanço do Dia Mundial do Trabalhador no nosso país e anunciou que já foi entregue à Comissão Administrativa do INATEL o pedido de requisição do Estádio 1.º de Maio para as comemorações desse dia no próximo ano.

Os dirigentes da CGTP-IN salientaram como extremamente significativo o «grau de adesão e participação dos trabalhadores e do povo em geral» e realçaram lustrosamente «o espírito de civismo, a consciência, o entusiasmo e a determinação» de que as massas trabalhadoras deram provas por todo o País.

No seguimento das grandes manifestações de Março, as comemorações do 1.º de Maio subordinaram-se à necessidade iniludível de os trabalhadores «darem combate frontal às ofensivas das forças da direita, da reacção e do grande patronato, ao Governo Mota Pinto e à sua política», frisou o Secretariado da CGTP-IN acrescentando que o 1.º de Maio, ao condenar este Governo e a sua política, reflecte «o imperativo histórico da sua substituição urgente por um novo governo que respeite a democracia e a Constituição, que proteja os interesses da maioria do Povo português, que se identifique com os ideais libertadores de Abril».

## Uma jornada inesquecível

«Condenação frontal e irrecusável deste Governo e da sua política», o 1.º de Maio de 1979 foi uma «jornada inesquecível de unidade e luta dos trabalhadores portugueses, de total adesão ao espírito do 25 de Abril» — afirmou o Secretariado Nacional da CGTP-IN numa conferência de Imprensa durante a qual fez o balanço do Dia Mundial do Trabalhador no nosso país e anunciou que já foi entregue à Comissão Administrativa do INATEL o pedido de requisição do Estádio 1.º de Maio para as comemorações desse dia no próximo ano.

Os dirigentes da CGTP-IN salientaram como extremamente significativo o «grau de adesão e participação dos trabalhadores e do povo em geral» e realçaram lustrosamente «o espírito de civismo, a consciência, o entusiasmo e a determinação» de que as massas trabalhadoras deram provas por todo o País.

No seguimento das grandes manifestações de Março, as comemorações do 1.º de Maio subordinaram-se à necessidade iniludível de os trabalhadores «darem combate frontal às ofensivas das forças da direita, da reacção e do grande patronato, ao Governo Mota Pinto e à sua política», frisou o Secretariado da CGTP-IN acrescentando que o 1.º de Maio, ao condenar este Governo e a sua política, reflecte «o imperativo histórico da sua substituição urgente por um novo governo que respeite a democracia e a Constituição, que proteja os interesses da maioria do Povo português, que se identifique com os ideais libertadores de Abril».

## Uma jornada inesquecível

«Condenação frontal e irrecusável deste Governo e da sua política», o 1.º de Maio de 1979 foi uma «jornada inesquecível de unidade e luta dos trabalhadores portugueses, de total adesão ao espírito do 25 de Abril» — afirmou o Secretariado Nacional da CGTP-IN numa conferência de Imprensa durante a qual fez o balanço do Dia Mundial do Trabalhador no nosso país e anunciou que já foi entregue à Comissão Administrativa do INATEL o pedido de requisição do Estádio 1.º de Maio para as comemorações desse dia no próximo ano.

Os dirigentes da CGTP-IN salientaram como extremamente significativo o «grau de adesão e participação dos trabalhadores e do povo em geral» e realçaram lustrosamente «o espírito de civismo, a consciência, o entusiasmo e a determinação» de que as massas trabalhadoras deram provas por todo o País.

No seguimento das grandes manifestações de Março, as comemorações do 1.º de Maio subordinaram-se à necessidade iniludível de os trabalhadores «darem combate frontal às ofensivas das forças da direita, da reacção e do grande patronato, ao Governo Mota Pinto e à sua política», frisou o Secretariado da CGTP-IN acrescentando que o 1.º de Maio, ao condenar este Governo e a sua política, reflecte «o imperativo histórico da sua substituição urgente por um novo governo que respeite a democracia e a Constituição, que proteja os interesses da maioria do Povo português, que se identifique com os ideais libertadores de Abril».



Pioneiros: uma presença alegre e activa na Festa da Amizade

## Na Unidade a Amizade foi uma Festa!

A Festa da Amizade, tal como outras iniciativas do mesmo género que se vão tornando correntes por todo o país por iniciativa do nosso Partido, constitui, para além do carácter recreativo e cultural, uma forma de politização das massas populares de cunho verdadeiramente progressista - afirmou em Almada, inaugurando a Festa, o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central, que visitou, acompanhado do camarada José Cavaco, da DORS, e dos membros da Comissão Concelhia de Almada, os vários pavilhões onde a animação foi o traço comum durante os três dias do passado fim de semana.

E Jaime Serra saudando em nome do Comité Central os organizadores e os participantes, diria ainda que a Festa se realizava num momento particularmente difícil da vida política nacional em que os ataques às conquistas do 25 de Abril e ao próprio regime democrático pela mão do Governo reaccionário de Mota Pinto, se tornaram uma constante do nosso dia a dia, mas realizava-se também na sequência das jornadas de luta do 25 de Abril e do 1.º de Maio. A realização desta festa, disse ainda, traduz a grande confiança dos comunistas no futuro de Portugal de Abril. A terminar a sua saudação, Jaime Serra referiu-se também à Festa como uma grande festa popular que, sendo dos comunistas é, por isso mesmo, uma festa de todos os trabalhadores e do povo de Almada.

Festa popular foi o que aconteceu no recinto, pequeno demais para os muitos milhares de visitantes, comunistas ou não, festa que esteve presente em todos os pavilhões, junto ao palco ou no auditório. As principais actividades do concelho estiveram representadas e puderam mostrar a actividade dos trabalhadores e o seu contributo para o enriquecimento nacional.

Para além dos aspectos políticos e económicos mostrados nos diversos pavilhões, realizaram-se permanentemente colóquios - sobre as Autarquias, a Reforma Agrária, a Criança, a Economia e Custo de Vida - no auditório sempre cheio, especialmente quando se falou sobre as Teses ao IX Congresso, no colóquio em que participou o camarada Aurélio Santos, do CC, com João Raimundo e Fernando Bernardes, da Comissão Concelhia de Almada.

Foram ainda exibidos filmes, representados excertos de peças de teatro, houve teatro de fantoches, palhaços, actuaram muitos artistas, grupos musicais, corais e bandas de música. Todo o vasto programa dos três dias foi cumprido. Momentos altos da Festa da Amizade, foram aqueles em que participaram os Pioneiros: o içar da bandeira, na manhã

de sábado, pelos vários núcleos de Pioneiros do concelho e, às 11 horas de domingo, a entrega dos lenços. Os Pioneiros tiveram, de resto, grande participação. Lá estava um pequeno recinto onde os mais pequenos podiam brincar, havia um bar servido por pioneiros, com sumos para os mais novos e, por todo o lado, muitas crianças assistiam a espectáculos, faziam desenhos, pinturas ou participavam eles próprios nos espectáculos.

Almada, a cidade e o concelho, esteve na festa. Jovens e menos jovens, famílias que aproveitavam os momentos de lazer do fim de semana, comprando a «PA» ou uma entrada simples, visitavam o recinto cheio de música, davam uma volta aos pavilhões onde apreciavam as exposições dos vários sectores de actividade do Partido, compravam aqui uma rifa, ali uma peça de artesanato, faziam bicha para os comeres e bebidas. A toda a volta do recinto, nos prédios, via-se muita gente às janelas, aproveitando o lugar bem situado para assistir - e aplaudir - alguns dos espectáculos, vendo-se algumas bandeiras vermelhas nas janelas.

Mas foi sobretudo durante o início de encerramento, a que assistiram cerca de quinze mil pessoas, não contando as muitas que, cá fora, o seguiam pela instalação sonora, que todas as janelas se encheram de gente.

Além do camarada Alvaro Cunhal, cujo discurso publicamos noutro lugar, do camarada Jaime Serra, e do camarada Cavaco, subiram ao palco representantes da UJC e da UEC e os membros do Executivo da Comissão Concelhia e da Comissão Coordenadora da Festa da Amizade.

Falou em nome da Comissão Concelhia de Almada o camarada Revez, que abordou na sua intervenção alguns dos problemas mais sentidos pelos trabalhadores e pela população do concelho. E, depois de se referir à importância da Unidade - palavra destacada no lema da Festa - para a defesa das conquistas de Abril, afirmou o camarada Revez:

**A Organização do Concelho de Almada do PCP termina esta Festa e vai participar noutras frentes de trabalho e de luta que se aproximam: são as lutas pela defesa das empresas, da economia nacional, dos postos de trabalho e será também a realização do IX Congresso do PCP, a Festa do «Avante!» e, depois, as eleições para as autarquias.**

Nelas iremos participar com a certeza de que, embora a situação presente seja muito difícil, o futuro pertence-nos, a Festa da Amizade voltará a realizar-se para o ano, num clima de maior unidade se possível, e sempre com a perspectiva de que ela seja a Festa do Povo do concelho de Almada.

Esta magnífica Festa da Amizade é uma nova e eloquente afirmação de que os trabalhadores do concelho de Almada, o povo do concelho de Almada, se mantêm fiéis ao ideal libertador do 25 de Abril, mantêm a determinação de assegurar as liberdades e as outras conquistas da Revolução, e mantêm nas horas sombrias provocadas pela reacção e pela política de um governo ao serviço do grande capital e dos latifundiários, esta natural e profunda alegria que traduz, sem sombra de dúvida, a plena confiança no futuro e a certeza da vitória final da causa dos trabalhadores, da democracia, do socialismo. Pelo êxito da Festa da Amizade, transmito à organização

concelhia de Almada do PCP, a todos os militantes, aos trabalhadores e ao povo do concelho, a todos os presentes, as saudações calorosas e fraternais do Comité Central do Partido.

Creio, camaradas, que todos nos sentimos profundamente satisfeitos com o êxito da Festa da Amizade. Todos sentimos que a extraordinária afluência e entusiasmo é uma indicação de que o movimento operário e popular está cada vez mais forte.

É, creio, também, camaradas, que, ao falarmos do ascenso contínuo do movimento operário e popular, ao falarmos da

determinação de defender o Portugal de Abril, todos temos ainda bem viva na memória essa exaltante expressão da força e da vontade da classe operária e das massas populares que (no seguimento das magníficas comemorações do 25 de Abril) foi a inesquecível jornada do 1.º de Maio.

Todos sentimos uma vez mais no 1.º de Maio que continua a haver razões e boas razões para confiar em que, apesar da política de direita que se abate sobre o nosso povo e apesar das ameaças que pesam sobre a democracia, «a vitória é difícil, mas será nossa».

### «Mota Pinto para a rua»

Constitui grave atentado contra o regime democrático a existência de um governo que, nem pela fórmula, nem pelo programa, nem pela prática governativa, corresponde às exigências constitucionais.

Não corresponde pela fórmula, pois não tem base partidária, nem apoio parlamentar maioritário, nem qualquer correspondência com o resultado de quaisquer eleições.

Não corresponde pelo programa, pois o seu programa não respeita princípios essenciais e realidades básicas (as nacionalizações, a reforma agrária, o controlo de gestão, os direitos dos trabalhadores) consagrados na Constituição e parte integrante do regime democrático.

Não corresponde pela prática governativa, porque o governo, com as suas decisões e actuações viola dia-a-dia a Constituição, fere direitos e liberdades essenciais do povo trabalhador, recorre cada vez mais à legalidade, à violência e à repressão.

O balanço da actividade do Governo Mota Pinto é um estendal de desgraças para os trabalhadores, para o Povo português em geral, para a economia do País, para a democracia.

As forças reaccionárias gostariam que o Povo português aceitasse passivamente tudo quanto o governo faz.

Mas pergunta-se: Poderia o povo português aceitar passivamente o congelamento dos salários e o aumento repetido e venial dos preços, de tal forma que os trabalhadores (com particular agudeza para as profissões mais mal pagas, assim como para os reformados, os pensionistas e os deficientes), atravessam privações crescentes e têm que apertar o cinto, enquanto o governo entrega fábricas, empresas, terras, milhões aos grandes capitalistas e latifundiários?

Não, não poderia aceitar. E por isso luta e lutará pelas suas justas reivindicações e designadamente contra a subida do custo de vida, pela contratação colectiva, pelo aumento dos salários, das reformas e pensões.

Poderia o povo português aceitar passivamente que o governo, pretendendo fixar em 18% o máximo do aumento dos salários no espaço de 1 ano, decretasse no espaço de dois dias aumentos de mais de 20% de géneros de 1.ª necessidade?

Não, não poderia aceitar. E por isso luta e lutará contra tal política e pela actualização dos salários acompanhando o aumento do custo de vida.

Poderia o Povo português aceitar passivamente a ofensiva contra a Reforma Agrária conduzida pelo Governo Mota Pinto, ofensiva que constitui um volumoso processo de decisões arbitrárias e ilegais, de violências e brutalidades, determinadas por um único objectivo: arrancar terras, gados, máquinas, cereais, às UCPs e Cooperativas, entregar tudo aos latifundiários ou a afilhados, destruir a Reforma Agrária, restaurar os latifúndios e a situação de atraso e miséria, com terras abandonadas e milhares de trabalhadores desempregados?

Não, não poderia aceitar. E por isso luta e lutará em defesa da Reforma Agrária, para que as terras, os gados, as máquinas, os produtos legalmente arrancados às UCPs e Cooperativas lhes sejam restituídos, lutará até que os latifúndios, conforme mandam a Constituição e as leis, sejam liquidados de uma vez para sempre, até que a Reforma Agrária seja completamente realizada.

Poderia o Povo português aceitar passivamente que as empresas intervenionadas (muitas delas salvas pelos

trabalhadores da ruína, da falência e do encerramento) sejam entregues sem qualquer base legal nem justificação plausível ao antigo patronato saboteador?

Não, não poderia aceitar. E por isso luta e lutará para que sejam reabertos e revistos os processos de desintervenção, e sejam encontradas, com os trabalhadores, as soluções adequadas à situação de cada empresa.

Poderia o Povo português aceitar passivamente os maiores atropelos às liberdades e direitos dos trabalhadores, a proibição inconstitucional e ilegal da actividade de Comissões de Trabalhadores, as perseguições e despedimentos de delegados sindicais e membros de Comissões?

Poderia aceitar que, para cobrir todos estes arbitrios e ilegalidades, o governo assalte os meios de comunicação social do Estado e entregue o seu controlo à reacção?

Não, camaradas, o Povo português não podia aceitar, não aceita, luta e lutará para que seja posto fim a tal política.

Os factos comprovam inteiramente as previsões e prevenções do PCP acerca das consequências desastrosas da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Os trabalhadores e o povo do concelho de Almada conhecem bem, directamente, o que significa essa política.

É ou não verdade que o Conselho de Ministros declarou a Companhia Portuguesa da Pesca «empresa em situação económica difícil» e que os salários estão 5 meses em atraso?

É ou não verdade que na Sociedade de Reparação de Navios e na Parry o atraso no pagamento dos salários é de um mês?

É ou não verdade que a indústria das cortiças, outrora florescente no concelho de Almada, está em vias de completa ruína e encerramento?

É ou não verdade que se agrava a crise na têxtil-confecções na qual foram encerradas recentemente mais 5 empresas aqui no concelho e que na construção civil foram encerradas 3 empresas?

É ou não verdade que na Rodoviária, nacionalizada, a péssima gestão parece querer provocar o caos para justificar a exigência de reprivatização?

É ou não verdade que a crise e as dificuldades tocam não só os trabalhadores, como as classes médias, como é o caso dos comerciantes que atravessam grandes dificuldades, agravadas pela diminuição do poder de compra dos trabalhadores e pelas medidas fiscais do governo quanto ao Pão de Açúcar?

É ou não verdade que, por toda a parte, as «soluções», que o governo e o patronato reaccionário consideram, significam despedimentos em massa, agravamento da exploração, encerramento de mais empresas?

É ou não verdade que, em vez de ouvir e atender os estudos, as opiniões e as sugestões dos trabalhadores para a reconversão e viabilização das empresas, o governo e gestores reaccionários parecem apastados em afundá-las?

E em relação às autarquias? É ou não verdade que a diminuição das compatipacificações do governo, provoca grandes danos às populações, com ruas cheias de buracos, obras de saneamento básico paralisadas, o problema da habitação por resolver, construções escolares projectadas e ainda não iniciadas?

É tempo de pôr fim a uma política que causa tão grandes privações e sofrimentos ao Povo português e a Portugal. Os trabalhadores têm plena razão em gritar: «A luta continua, Mota Pinto para a rua!». E acabará por ir, nem St.ª Bárbara o salva.

### A moção de censura

Como se explica que o Governo Mota Pinto continue ainda, quando quase todos os partidos dizem opor-se à sua existência?

Explica-se fundamentalmente pelo facto de que a reacção está ainda interessada em que se prolongue esta situação e este governo.

O PPD apoiou a formação e o programa do governo que é, nas linhas fundamentais, o seu próprio programa. Tem lá gente sua. Foi absolutamente justo chamar a este governo o Governo Mota Pinto/PPD.

Se o PPD/Sá Carneiro passou, em palavras, a opor-se ao Governo Mota Pinto foi por duas razões principais: para evitar pagar os custos políticos da actuação de um governo que provocou a indignação e a ira do povo e para, como partido, não vir a ser arrastado na queda do povo.

Os portugueses podem estar absolutamente certos de que um governo do PPD/Sá Carneiro não seria muito diferente nem seria melhor do que o Governo Mota Pinto/PPD.

Além disso a oposição do PPD/Sá Carneiro ao Governo Mota Pinto não é tão real como quer parecer, pois, ao mesmo tempo que lhe faz guerra, vai deixando-o passar na Assembleia da República.

Ainda 4.ª feira última, Sá Carneiro fez um violento discurso contra o Governo Mota Pinto. Mas como concluiu? Concluiu dizendo:

«A posição do Partido Social-Democrata é a de não colaborar em qualquer substituição deste governo por outro» - aguardando entendimentos com o PS e o CDS «que permitam a formação no futuro de um governo maioritário pós-eleitoral».

Quer dizer: gritam contra o governo, mas em vez de procurarem deitá-lo abaixo, preparam-se mais uma vez para o deixar passar até às eleições.

É semelhante a atitude do PS.

O secretário-geral do PS ataca o Governo Mota Pinto, repete a afirmação do PCP de que «este governo não presta», mas acrescenta: «Não podemos fazer uma política de bola-abaixo, sem ter em consideração aquilo que possa vir depois».

Quer dizer: gritam contra o governo, mas em vez de procurarem deitá-lo abaixo, preparam-se também para mais uma vez o deixar passar.

A posição do nosso Partido é absolutamente clara. O Governo Mota Pinto não serve, há que substituí-lo por outro melhor.

Por isso a Comissão Política do Comité Central publicou no dia 2 uma nota em que, propondo a formação de um governo de gestão e a realização de eleições intercalares, anuncia que, correspondendo à vontade expressa pelos trabalhadores nas grandes jornadas de 17 de Março, 25 de Abril e 1.º de Maio, o PCP apresentará a curto prazo na Assembleia da República, uma moção de censura ao Governo Mota Pinto.

O camarada Octávio Pato já teve ocasião de confirmar, em nome do grupo parlamentar do PCP, que essa moção será apresentada dentro de poucos breves dias.

Logo se verá quem está contra em palavras e quem está contra nos actos.

Se o PS (e também o PPD) pensam que o governo é mau, que não serve, têm uma coisa simples a fazer: votarem à moção de censura que o Grupo Parlamentar do PCP brevemente apresentará.

Se não votarem a moção de censura e deixarem uma vez mais passar o Governo Mota Pinto, então que não ludam demagogicamente o Povo português atacando o governo em palavras e apoiando-o de facto em actos, pois ficarão de certa forma irresponsabilizados na política antipovo e antidemocrática que o Governo Mota Pinto certamente prosseguirá.

### A alternativa de governo

Naturalmente não basta atirar abaixo o governo. É necessário substituí-lo. É necessária uma alternativa e não qualquer alternativa, mas uma alternativa democrática, ou seja, um governo democrático com uma política democrática.

É uma evidência que não é com os partidos reaccionários, não é com o PPD e o CDS, que fazem guerra ao 25 de Abril, ao regime consagrado na Constituição, que se pode formar um governo democrático com uma política democrática.

Para que tal solução se possa concretizar, é indispensável um acordo do PS com o PCP, que, como se sabe, dispõem, em conjunto, da maioria de deputados na Assembleia.

É por isso que temos proposto insistentemente ao PS um exame conjunto da situação e dos problemas da mudança do governo, de forma a chegarmos a um acordo a partir do qual se tornasse possível a alternativa.

Ainda no passado dia 3, a Direcção do nosso Partido escreveu uma carta à Direcção do PS propondo um encontro ainda esta semana, sexta ou sábado à noite, o mais tardar segunda de manhã.

A direcção do PS resolveu aceitar sem indicar data o convite para o encontro com o nosso Partido, assim como um convite recebido do PPD.

Tudo faremos para que esse encontro de delegações do PCP e do PS tenha resultados positivos. Mas lembramos que na quarta-feira próxima o Presidente da República receberá os partidos. Seria boa ocasião para adiantar propostas ou sugestões para uma alternativa para o governo actual. Se antes disso não se realizar o encontro com o PS ficará mais comprometida essa possibilidade.

Não devemos além disso criar grandes ilusões.

Certos dirigentes do PS — depois de tantos ataques ao PPD/Sá Carneiro, depois de o classificarem de reaccionário, depois de realizarem um Congresso que pretendeu tomar uma tónica de «esquerda», depois de tudo isto — declaram que um entendimento com o PCP não é possível, nem desejável, enquanto que (no desenvolvimento da vergonhosa aliança na actividade sindical com o patronato reaccionário e com os partidos reaccionários), muitos factos indicam que estão procurando um novo casamento governamental contra natura: agora com o PPD.

Que significaria um governo PS/PPD? Significaria, no essencial, o prosseguimento da política do Governo Mota Pinto contra os trabalhadores e contra as conquistas democráticas de Abril. Significaria a continuação da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que não resolve nenhum dos grandes problemas nacionais e que está reduzindo o Povo português à miséria e conduzindo Portugal ao desastre.

Quem não queira fechar os olhos ante os factos, deve ter plena noção de que não é uma frase de propaganda dizer que os problemas nacionais só podem ser resolvidos com os trabalhadores e não contra os trabalhadores, com o PCP e não contra o PCP.

Entretanto é evidente que não estão criadas as condições para, no imediato (como seria necessário) constituir um

governo a partir de um acordo do PCP com o PS e contando com o correspondente apoio maioritário da Assembleia.

E se não estão criadas as condições para um tal governo, qual é então a alternativa, pelo menos no imediato?

A alternativa que o PCP coloca para a formação de um governo (haja ou não haja eleições antecipadas) é o de um governo de gestão, ou seja, de um governo que assegure com eficiência a administração dos negócios correntes do Estado.

Deverá ser um governo que apazigue em vez de (como faz o governo actual) atirar os conflitos. Um governo que saiba dialogar com as forças políticas e sociais e não um governo (como o actual) que arrogantemente despreza as opiniões que não sejam as suas próprias. Um governo que pare no imediato com a ofensiva contra os trabalhadores, contra a Reforma Agrária, contra as nacionalizações, contra os direitos e liberdades dos cidadãos. Um governo que governe resolvendo problemas e não um governo que governe criando e agravando problemas.

Além disso as eleições para a Assembleia da República que deverão ter lugar em 1980, ou eleições intercalares, só serão realmente democráticas, se o governo em funções tiver uma conduta isenta e imparcial na preparação e realização do acto eleitoral.

Que governo estaria em condições de fazê-lo? Temos atrás o PCP defendeu a formação de um governo de gestão com representantes dos 4 partidos do grupo parlamentar.

O PS, em certa altura, manifestou-se publicamente favorável a uma tal solução. Mas depois deixou de falar nisso e os partidos da direita nunca a quiseram aceitar.

Entretanto a nossa proposta tinha sérios fundamentos.

Uma vez que as eleições de 1980 dão à Assembleia da República poderes constituintes, uma vez que há partidos que pretendem uma revisão profunda e até inconstitucional da Constituição, mais se justifica que o governo ao qual caberá conduzir a preparação das eleições tenha uma composição que assegure o melhor possível o respeito pelo pluralismo e a imparcialidade do aparelho do Estado.

Continuamos ainda abertos a considerar uma tal hipótese. Mas estamos dispostos também a encarar quaisquer outras desde que democráticas.

Por isso a Comissão Política do CC, na citada Nota, afirma que o PCP está pronto a examinar imediatamente a possibilidade da formação de um governo de gestão tanto com o Presidente da República como com o PS ou quaisquer outros partidos, forças ou sectores políticos que queiram considerar numa tal solução. Sem excepção. Desde que aceitem uma solução em acordo com o PCP, o PCP está pronto a examinar tal possibilidade.

Ninguém pôe em causa esta nossa abertura. Os trabalhadores e os democratas portugueses sabem por uma longa experiência que o PCP não muda de programa nem de política ao sabor das modas e dos locais onde fala e que o PCP, falando seja com quem for, incluindo com o próprio diabo, defende os interesses dos trabalhadores, defende as conquistas da Revolução, defende o Portugal democrático criado pela Revolução de Abril.

### Eleições intercalares, eleições

É bem conhecido que o nosso Partido, em 31.7.77, pôs os caminhos constitucionais para a saída da crise: ou um governo de gestão ou eleições intercalares (antecipadas e chamadas). Era a boa altura para se realizarem. Não se realizaram, porém, assim.

O resultado foi não a saída da crise mas a agravamento desta, a agravamento da democracia, os interesses do povo e do País pesaram em ambições, as tricas, os conluios, as alianças sem princípios, jogos de bastidores, os casa-descasa, as guerras à Assembleia, as guerras ao governo, as guerras ao Presidente, a desestabilizadora dos grupos reaccionários facilitada pelas vacilações do PS.

Assim chegamos aos dias de hoje com os problemas da democracia a agravarem-se progressivamente em virtude da contumácia a uma política de direita e com uma crise que se aprofunda e se agravando.

Como não se concretizou, nem se vê que possa concretizar-se a curto prazo, uma alternativa democrática do governo, o partido defende a realização de eleições intercalares no espaço de tempo possível e propõe-se examinar o que, e com quaisquer outros partidos, forças ou sectores políticos interessados numa tal solução, uma diligência coincidente junto do Presidente da República.

Os partidos de direita (designadamente o PPD) fazem alarido reclamando também eleições intercalares.

Mas o que pretendem, de facto, quando falam de eleições intercalares?

Eles pretendem (e isso nunca deve esquecer-se) a realização de eleições verdadeiramente democráticas, em uma consulta ao eleitorado em condições que permitam a expressão da vontade do povo.

Certos dirigentes reaccionários falam em eleições antecipadas mas logo acrescentam que para tal será necessário criar condições (é por exemplo o que diz o CDS) para que seja eleita novamente uma maioria de socialistas e que garantam a realização de eleições verdadeiramente democráticas em condições que permitam a expressão da vontade do povo.

Certos dirigentes reaccionários falam em eleições antecipadas mas logo acrescentam que para tal será necessário criar condições (é por exemplo o que diz o CDS) para que seja eleita novamente uma maioria de socialistas e que garantam a realização de eleições verdadeiramente democráticas em condições que permitam a expressão da vontade do povo.

Isto é, o que eles querem é alcançar a maioria dos deputados, mesmo que tenham contra eles a maioria dos eleitores.

É por isso que pretendem outra lei eleitoral que consiga obrigar os caciques a votar nos partidos que eles próprios não querem votar neles.

É por isso que querem pôr em causa o princípio constitucional da proporcionalidade, (segundo o qual o número de deputados de cada partido é proporcional ao número de votos de cada partido) e substituí-lo por sistemas que permitam a eleição de deputados da reacção possam ser eleitos por um número reduzido de votos do que os necessários para eleger a maioria da esquerda.

É por isso que também pretendem substituir as eleições democráticas pela realização de referendos, que, como já sabemos, a Constituição não admite.

Como todos tocam em coro esta música, é oportuno algumas palavras sobre a matéria.

Mota Pinto afirma que «o referendo é uma forma de exercício do poder democrático». E nós perguntamos: qual é o propósito? Porque o sr. Mota Pinto o eleva?

Freitas do Amaral afirma que «o referendo é um mecanismo perfeito». Mas sabemos que o referendo não é admitido pela Constituição, mas vale para o obreiro.

### Em defesa da estabilidade

Para fazer um juízo exacto da situação e apreciar correctamente os acontecimentos é necessário estar plenamente informado sobre o regime democrático português não é regime de eleições para o grande capital e substituí-lo por sistemas que permitam a eleição de deputados da reacção possam ser eleitos por um número reduzido de votos do que os necessários para eleger a maioria da esquerda.

No quadro das instituições e do regime democrático, observando a legalidade e a ordem democrática, e apesar dos seus sucessivos ataques, apesar da desobediência ao regime não consegue liquidar as grandes e necessárias transformações democráticas alcançadas pelas eleições de 25 de Abril.

Não consegue destruir a Reforma Agrária, que continua a ser bem viva, de pé e bem de pé, defendida pelo trabalhador e pela combatividade, a coragem, o heroísmo, a confiança de todos os heróicos trabalhadores das UCPs e Cooperativas.

Não consegue destruir as nacionalizações. Não consegue destruir a liberdade. Não consegue sufocar a voz portentosa da classe operária e das massas populares. Não consegue vergar a cabeça do povo português na defesa do 25 de Abril.

No quadro das instituições e do regime democrático, a reacção está irrevogavelmente condenada à derrota.

Por isso a reacção recusa participar na busca de soluções democráticas e procura desestabilizar a situação política, social, económica e militar.



# Discurso de Álvaro Cunhal em Almada

## Democráticas e referendo

77, incluído no referendo constitucional para enganar as pessoas e levá-las a acreditar que se trata de um processo constitucional e legal)... como se o referendo constitucional (diz ele) é um instrumento legítimo de democracia directa. Legítimo porque? perguntamos nós. Porque o sr. Freitas do Amaral o legitimou?

Sá Carneiro, por seu lado, afirma também que «o referendo é legítimo e possível com a actual Constituição». Legítimo porque? perguntamos nós. Porque o sr. Sá Carneiro o legitimou?

O que torna legítimos os processos de consulta ao eleitorado, não é o apoio do sr. Mota Pinto, do sr. Freitas do Amaral ou do sr. Sá Carneiro, mas a Lei Fundamental da República Portuguesa — a Constituição, que estes senhores, como quaisquer cidadãos têm a obrigação de respeitar.

Sobre o referendo, são de fazer três observações.

A primeira observação é que a Constituição não admite o referendo. Afirmar que ele pode ser considerado legal porque a Constituição o não proíbe é pura chicaneria, pura falsificação jurídica.

A segunda observação é que, com o referendo, o que a reacção pretende não é a consulta democrática aos portugueses, mas a revisão inconstitucional da Constituição. Neste particular, Medeiros Ferreira — o reformador que a TV e a Rádio lançam para o ar, mas que a própria suficiência e mediocridade lançam por terra —, não está com papas na língua e declara que o referendo deve ter em vista «alterar a forma de revisão constitucional». Contra a Assembleia da República, contra a Constituição, contra o regime —, subversão das instituições através do referendo.

A terceira observação é que, maneado por forças sem escrúpulos democráticos, o referendo torna-se um ludíbrio de vontade popular.

A CIP, por exemplo, já está a dizer que o referendo deve colocar a pergunta: «livre iniciativa privada ou via colectivista?».

Como se vê é uma maneira de fazer uma pergunta não para consulta eleitoral, mas para manipulação eleitoral. Se a maioria não votasse pela «via colectivista» (que nem a CIP nem ninguém sabe o que seja) então logo se concluiria que se poderiam legalmente liquidar as nacionalizações e a Reforma Agrária. Seria boa malha, para a reacção, não é verdade?

O PCP repudia o referendo que, a ser utilizado, corresponderia a um autêntico golpe de Estado, embora a coberto de afirmações de democracia directa.

O PCP repudia todo este esquema que visa inserir processos anticonstitucionais e viciados de consulta ao eleitorado e luta para que as eleições decorram em obediência estrita aos princípios constitucionais.

A Constituição da República, Lei Fundamental do País, é um sério obstáculo aos desígnios da reacção. Por isso a reacção conduz uma intensa campanha tendo em vista a revisão inconstitucional da Constituição ou seja a destruição efectiva da Constituição, e a liquidação do regime democrático.

É um projecto de subversão, um projecto de golpe contra as liberdades e as instituições.

A reacção procura inculcar a ideia de que os problemas nacionais não se resolvem porque a Constituição coloca limites à política dos governos. A verdade é que, se os problemas não se resolvem, não é porque os limites constitucionais o não permitam, mas porque os governos não respeitam a Constituição.

O PCP e com ele a classe operária e todos os restantes democratas tomam nas suas mãos a bandeira da defesa da Constituição da República, contra todos os seus inimigos. A defesa da Constituição identifica-se com a defesa das liberdades e do regime democrático.

Qualquer saída para a crise deve ser encontrada rigorosamente no quadro da Constituição e das instituições.



## Ordem democrática

Tentando não um processo que leve a uma saída constitucional da ordem democrática, mas um confronto entre os órgãos de soberania (designadamente lançando a Assembleia da República contra o Presidente da República e contra o Conselho da Revolução) a reacção procura dar tempo para lá do Governo Mota Pinto para continuar a sua obra destruidora e conduzir as instituições a um novo impasse.

O que o PPD/Sá Carneiro procura manifestamente é criar condições para iniciativas inconstitucionais, para um verdadeiro golpe de Estado.

É característico da situação actualmente existente em Portugal que são as forças reacçãoárias que procuram no futuro constantemente a desestabilização, que infringem a legalidade e a ordem e o movimento operário, são as forças democráticas, é o PCP, que defendem a estabilidade da ordem democrática, a legalidade democrática, a ordem democrática, a tranquilidade e a segurança dos cidadãos.

Não camaradas. O nosso Partido, e conosco o movimento operário, popular e democrático, actua rigorosamente dentro da legalidade constitucional, mas exigimos que todas as outras forças políticas façam também.

Há razões, camaradas, para ter confiança. Ao mesmo tempo que a base de apoio da reacção se reduz

dia-a-dia, a base social de apoio do movimento democrático vai-se alargando progressivamente.

Os partidos reacçãoários não se estão a reforçar, mas a enfraquecer. Estão roídos por contradições, por conflitos, por divisões. As rebolarias de certos «chefes» da reacção não são sinal de força e confiança, mas de dúvidas, hesitações, dificuldades e fraquezas.

Se o dr. Sá Carneiro não sabe convencer 37 dos deputados do seu partido, se não sabe manter a unidade no seu próprio partido, se não sabe governar o seu próprio partido, como pode pretender governar o País?

No quadro constitucional legal, democrático, as forças reacçãoárias não conseguirão levar por diante os seus sinistros planos de liquidarem as grandes conquistas da Revolução, de reinstaurarem em Portugal o capitalismo monopolista e um Estado fascista.

Não, camaradas. A classe operária, o povo trabalhador, a juventude, as mulheres, todas as classes e camadas antimonopolistas estão em condições de cortar o passo à subversão reacçãoária e de defender, garantir e continuar Portugal de Abril.

## A jornada do 1.º de Maio de 1979

No princípio desta intervenção foi feita uma referência ao 1.º de Maio. Permite que diga ainda mais algumas palavras sobre essa extraordinária jornada.

O 1.º de Maio tem sido cada ano uma grandiosa jornada de massas. Cada ano pensamos que não pode ser maior. E afinal, camaradas, vê-se que é sempre maior.

Ninguém contesta que as manifestações do 1.º de Maio deste ano foram, sem qualquer contestação, as maiores de sempre, de Norte a Sul do país, incluindo nas Regiões Autónomas.

Uns dizem que foram extraordinárias. Outros dizem que foram grandiosas. Outros dizem que foram gigantescas. Outros dizem que foram imensas. Outros dizem que foram monumentais. Mas nenhuma destas palavras chega para traduzir o que foi o 1.º de Maio de 1979.

O significado, a experiência e a lição do 1.º de Maio de 1979 encerram múltiplos e positivos aspectos. Permite que sublinhe três de particular relevo.

Em 1.º lugar, a jornada do 1.º de Maio mostrou que o movimento operário e popular constitui uma força imensa (sem paralelo na sociedade portuguesa) força que a reacção é impotente para conter, pondo-lhe à frente obstáculos e dificuldades.

Todos sabemos que não há obstáculo que as forças reacçãoárias não procurem levantar para impedir o desenvolvimento do movimento operário e as suas expressões públicas.

Como todos temos presente, a administração reacçãoária do INATEL recusou a utilização do Estádio 1.º de Maio em Lisboa. Foi uma decisão vergonhosa, com a marca do odio, da intolerância e da impotência reacçãoárias. Foi uma decisão que é indispensável rectificar para que, no próximo ano, o 1.º de Maio possa comemorar-se no Estádio.

Quiseram apunhalar as comemorações. Quiseram diminuir a grandiosidade da manifestação e da concentração em Lisboa. Os trabalhadores deram a resposta: Na Alameda, a concentração foi ainda maior e mais impressionante do que teria sido no próprio Estádio.

Semelhantemente, no Porto, em Coimbra, em Évora, em Aveiro, em Guimarães e em muitas e muitas outras cidades, vilas e aldeias.

Também é sabido, através duma nota da CGTP-IN do dia 30 de Abril, que nos dias anteriores ao 1.º de Maio alguém começou a fazer correr o boato de que os promotores das manifestações estavam organizando a participação de militares nos desfiles. Este boato não tem qualquer fundamento. Mas houve quem, a partir daí, insensatamente, imaginasse uma intervenção militar contra a manifestação, que, a ter lugar, constituiria uma provocação de consequências imprevisíveis.

O certo é que os trabalhadores deram a resposta adequada a boatos, campanhas e insensatos preparativos com a força imensa e serena, a calma e a ordem impecáveis, o entusiasmo, a alegria e a confiança bem expressa, uma vez mais no grito: «o povo unido jamais será vencido».

Em segundo lugar a jornada do 1.º de Maio mostrou que o movimento operário e popular constitui uma força necessária e indispensável para a solução dos grandes problemas nacionais para a consolidação e prosseguimento do regime democrático.

A jornada do 1.º de Maio mostrou que o Povo português, que sofre na carne a política do Governo Mota Pinto, que observa com inquietação as ofensivas e campanhas reacçãoárias e o seu ataque global contra o regime, tem consciência dos perigos que ameaçam a liberdade, a segurança, a vida, a tranquilidade e a independência do Povo português.

Acordando em massa às manifestações e concentrações do 1.º de Maio, no seguimento das comemorações do 25 de Abril, o Povo português, tendo a classe operária na sua vanguarda, disse não a quaisquer tentativas de regresso ao passado e expressou a sua firme e inabalável determinação de defender e continuar o Portugal de Abril.

Em terceiro lugar, a jornada do 1.º de Maio mostrou que a classe operária e o povo trabalhador estão firmemente decididos a defender a sua unidade.

Todos conhecemos as violentas ofensivas divisionistas contra

o movimento sindical em que lamentavelmente o PS, um partido que tem o nome de «socialista», se alia ao patronato, à CIP, à CAP, à CCP, aos partidos reacçãoários, aos partidos do grande capital e dos latifundiários, e designadamente ao PPD/Sá Carneiro para dividir o movimento sindical e tentar criar uma central amarela (a chamada UGT).

Mas que vemos nós? Enquanto a festa folclórica no Alvim tinha umas tantas pessoas e as outras iniciativas que os amarelos realizaram noutros pontos do País estavam literalmente às moscas, as manifestações e concentrações promovidas pela CGTP-Intersindical Nacional e os sindicatos do movimento sindical unitário eram autênticos mares de gente.

Quanto ao esquerdismo foi visível a sua completa derrocada. Alguns esquerdistas quiseram ainda integrar-se nas grandes manifestações e evidenciar a sua presença, mas perdidos na imensidade ninguém os viu.

Isto para não falar de um cómico desfile de uma centena de pãdegos do defunto MRPumPum (outora ferozes esquerdistas, depois grupo de choque da extrema direita) que partiu do Rossio, a que a televisão deu a honra de seguir pelas ruas, mas que a mesma televisão perdeu de vista, talvez porque a manifestação tenha entrado num pequeno bar para beber um copo. Isto já nem é provocação. É anedota.

Os trabalhadores portugueses mostraram no 1.º de Maio que as manobras, operações e provocações divisionistas, designadamente o empreendimento cisionista da chamada UGT, a mando da aliança PS/PPD, apesar de oleado por milhões enviados da América e da RFA, fracassaram, tal como fracassaram os empreendimentos divisionistas anteriores.

O 1.º de Maio comprovou que a classe operária, o povo trabalhador está unido e bem unido, contando com a poderosa força organizada do seu movimento sindical unitário da gloriosa Intersindical.

O 1.º de Maio evidenciou que engrossam as fileiras já imensas daqueles que lutam pela consolidação e vitória final da democracia, da independência nacional e do socialismo.

A reacção procura criar a ideia de que a recuperação capitalista, latifundista e imperialista e a restauração do capitalismo monopolista são inevitáveis.

O Povo português tem provado que assim não é. E a jornada do 1.º de Maio confirmou que há força popular bastante para conduzir a uma alternativa democrática para o governo actual e para a política actual, para assegurar a defesa das liberdades, das conquistas da Revolução, do regime democrático consagrado na Constituição da República.

Precisamos para isso de reforçar mais e mais as organizações unitárias, designadamente os sindicatos em torno da CGTP-IN.

Precisamos de prosseguir com confiança uma política de unidade de todos os trabalhadores, de aliança da classe operária com o campesinato e com as classes e camadas intermédias, de aproximação, entendimento e acção comum de todos os democratas e patriotas, designadamente de comunistas e socialistas.

Precisamos de reforçar mais e mais o nosso Partido, porque o nosso Partido é o único grande partido que defende consequentemente os interesses dos trabalhadores e das camadas laboriosas, o único que luta firmemente em defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, das liberdades e direitos dos cidadãos, o único com condições de desenvolver uma actividade que conduza finalmente a uma viragem democrática na vida política portuguesa.

Militar no PCP, apoiar o PCP, unir-se ao PCP é a forma mais concreta e eficaz de assegurar o futuro democrático de Portugal.

O caminho é duro, mas a vitória é certa.

Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas!

Viva Portugal de Abril!

Viva o Partido Comunista Português!



# Jornadas sobre o Ensino Unificado reuniram mais de 600 participantes

«Não se tratou de fazer um levantamento exaustivo de situações, mas podemos afirmar que estamos aptos a apontar e a denunciar com alguma precisão e rigor o modo como o Ensino Secundário Unificado funciona na maioria das escolas de Norte a Sul do país». Palavras da camarada Olga Nunes, do Secretariado da Comissão Central da UEC, proferidas durante a intervenção de encerramento das «Jornadas sobre o Unificado», iniciativa de âmbito nacional promovida pelos estudantes comunistas no passado domingo na Faculdade de Letras de Lisboa.

Tal como se depreende da afirmação da dirigente da UEC, as «Jornadas» focaram situações precisas em que o Unificado é posto em causa pelas dificuldades existentes a diversos níveis, a sabotagem do Governo Mota Pinto e as experiências vividas nas escolas. Também analisados pelo encontro foram problemas como a ausência de perspectivas quanto ao futuro profissional, o desajustamento entre o Unificado e as novas realidades económicas e sociais e as questões de ordem financeira.

Reunindo as principais conclusões a que chegaram os trabalhos, saiu das «Jornadas» um importante «Manifesto» dirigido a todos os estudantes, professores, técnicos de ensino e à opinião pública em geral, documento esse a que nos referimos à parte.

Participaram no encontro mais de 600 pessoas, dirigentes, militantes e simpatizantes da UEC, dezenas de estudantes de outras tendências políticas (com e sem filiação partidária), elementos da Juventude Socialista, representantes de Associações e outras estruturas do movimento estudantil, professores e técnicos de ensino.

Na sessão plenária foram utilizados meios audiovisuais que possibilitaram a «ilustração» de muitos dos temas em debate. À tarde teve lugar uma mesa-redonda em que foram discutidos assuntos de carácter mais geral e técnico.



Os estudantes comunistas em busca da resolução dos problemas de ensino

## Nove conclusões

Defender o Ensino Unificado no imediato é:

1. Exigir a revogação dos exames no 9.º e disciplinas terminais do 10.º ano.
2. Combater as actividades fascistas, impedindo-se a sua propagação e respeitando-se a Constituição.
3. Intensificar a luta em cada escola, por melhoramentos específicos das condições de trabalho e estudo.
4. Lutar pela adopção da escala de 1 a 5 na avaliação para o 10.º ano.
5. Exigir condições para o funcionamento das opções no 10.º ano.
6. Lutar contra os cortes orçamentais, exigindo-se um aumento das verbas para a educação e particularmente no apoio social escolar.
7. Lutar pela reintrodução de uma área de educação cívica e política.
8. Lutar pela definição de uma política global de ensino de acordo com as necessidades de uma reestruturação democrática dos Cursos Complementares, e exigir o esclarecimento do que será o 11.º e 12.º anos.
9. Lutar pela definição de uma política de ocupação dos tempos livres, orientando-se melhor as verbas e responsabilizando-se os órgãos de gestão em cada escola.

(Do Documento Final das Jornadas sobre o Unificado)

## «O Unificado que queremos implica uma formação democrática»

«O Ensino Unificado que queremos tem que inserir a escola na realidade social em que vivemos», afirma o Documento Final das Jornadas promovidas pela UEC no capítulo dedicado às conclusões e propostas do encontro. Desta parte do documento passamos a transcrever algumas das suas passagens mais significativas:

O MEIC deverá apoiar a promoção de visitas de estudo e actividades práticas dentro do ano curricular extra-escolares. Deverá ser estimulada a participação da escola e dos estudantes na vida da comunidade.

O Ensino Unificado que queremos deve preparar os estudantes para que possam corresponder às necessidades do desenvolvimento económico e social do país.

Os programas devem ser cumpridos e adequados às necessidades regionais onde estão situadas as escolas.

São necessárias medidas para o melhor funcionamento das áreas de estudo e sua maior distribuição regional permitindo o acesso do máximo de estudantes nos cursos que querem seguir.

Deve a escola dar uma preparação profissional mínima e ajudar-nos à escolha de uma profissão. É necessária a reciclagem dos professores.

O Ensino Unificado que queremos exige escolas apetrechadas e os meios necessários para se desenvolver.

É necessário melhorar as instalações; criar e enriquecer bibliotecas e laboratórios que assim se possam chamar.

Exige-se uma verdadeira política de apoio social escolar. O Ensino Unificado que queremos implica uma formação democrática para a juventude de acordo com os Ideais de Abril.

Adequando as disciplinas e programas à realidade democrática em que vivemos.

Dando a conhecer o País de ontem e de hoje; o que era o fascismo e o que é a democracia.

Para tal exige-se uma formação progressista dos professores, pois são os educadores dentro da turma.

Torna-se necessário o desenvolvimento de uma política global de ensino que eduque no espírito de Abril, nos ideais da democracia, justiça e progresso social.

O Ensino Unificado que queremos impõe a avaliação

contínua dos conhecimentos e a aplicação de novos métodos de trabalho que suscitem a criação da descoberta por parte do aluno.

Impõe-se uma avaliação baseada no ano de trabalho do aluno, fazendo os trabalhos em grupo, individuais, assiduidade e participação.

Deve-se estimular o espírito colectivo do trabalho e ajuda mútua entre alunos e com professores.

Um grande passo a dar!

Aos ataques e tentativas de destruição do fez de positivo e inovador se fez no campo do ensino, a resposta dos

professores e estudantes sempre se fez sentir. No ano lectivo anterior e com o Cardina na Educação, milhares de estudantes por todo o País manifestaram-se contra os exames e pela dispensa nos Cursos Complementares.

Hoje o Governo é diferente, mas a política é a mesma. Contra os exames, contra a degradação gradual da qualidade do ensino ou pela resolução de problemas específicos na escola, a luta tem-se mantido e reforçada.

O Ensino Unificado que queremos, o ensino que desejamos alunos e professores, o ensino que o Portugal democrático exige, só é possível com uma nova política e um novo governo.

Não é um governo contrário às conquistas democráticas, mas sim um governo empenhado que

umente verbas e apelos dando à escola o lugar que ela realmente deve ter e respeitando a vontade estudantil.

Destas Jornadas saímos com mais certeza de que há que prosseguir e intensificar esta linha de acção do Movimento Estudantil.

Para que professores e alunos sintam o Ensino Unificado como seu e lutem pela sua defesa e desenvolvimento é necessário um esclarecimento e sensibilização nas escolas, sobre os objectivos da sua criação.

Destas Jornadas dizemos à AEE, órgãos de gestão, delegados de turma e professores que a luta em defesa do Ensino Secundário Unificado é condição necessária para o Ensino Unificado que queremos.

# Professores Primários debatem problemas

Realizou-se no passado domingo, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, uma reunião nacional de quadros ligados ao Ensino Primário, a que estiveram presentes professores do Norte, Centro, Sul e Madeira assim como das Escolas da Magistratura Primária, inspectores, técnicos de Educação e dirigentes sindicais ligados ao sector.

mil locais de trabalho), o seu isolamento em relação aos colegas (10 mil escolas com uma única sala de aulas), a grande percentagem de mulheres (cerca de 90%).

Os participantes na reunião debateram animadamente as inúmeras questões que interessam à classe, ao ensino e às crianças em geral, tendo a realização do encontro sido considerada muito positiva e um bom ponto de partida para o trabalho a desenvolver.

### Visita à Reforma Agrária

A célula dos Professores do Ensino Primário da ORL do PCP organizou uma visita de solidariedade e informação à UCP 1.º de Maio, em Avis, aberta a colegas e amigos.

A iniciativa revelou-se do maior interesse, tendo os visitantes percorrido todas as instalações da UCP e contactado demoradamente com os trabalhadores. Momento alto foi a visita à creche.

No final, todos regressaram ainda mais confiantes do que nunca na força dos trabalhadores alentejanos e na defesa da Reforma Agrária.



Professores primários: uma classe numerosa e de grande importância social

## Joaquim Gomes em Samora Correia

No próximo sábado, às 21 horas, o camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do nosso Partido, participará numa sessão de esclarecimento na Casa do Povo de Samora Correia.

## Sessão na Damaia

No próximo sábado, realiza-se no Centro de Trabalho da Damaia uma sessão de esclarecimento sobre política internacional.

é 30 e contará com a presença do jornalista Villaverde Cabral, que abordará os últimos acontecimentos no Irão e as perspectivas que se abrem na evolução futura da situação política naquele país.

## Camaradas falecidos

VÍTOR MANUEL PEREIRA TAVARES — Operário da Frisado, em Setúbal, com 36 anos de idade, faleceu, por acidente de viação, o camarada Vítor Manuel Pereira Tavares, que foi membro do Secretariado de Célula da Movauto do PCP, e era membro da direcção da Colectividade de São Domingos, em Setúbal.

e camarada Alexandre Cabral. O funeral seguiu para o cemitério do Lumiar.

AMÉRICO SANTOS SERA — No passado dia 11 de Abril realizou-se o funeral do camarada Américo Santos Serra, que contava 59 anos de idade. O camarada fazia parte do Secretariado da Célula do PCP, de Almada.

JOÃO ANTÓNIO GORDO — Natural de Vale de Vargo, Serpa, faleceu no passado dia 1 de Maio o camarada João António Gordo, que contava 74 anos de idade e cuja militância antifascista o fizera passar algum tempo na prisão de Caxias, nos anos 50.

EMÍDIO BARROS — Membro da Célula da Novobra, em Loures, faleceu no passado dia 19 de Abril o camarada Emídio Barros, vítima de doença, com 56 anos de idade.

## Em Évora Plenário de Quadros para reforçar o Partido

Com a participação de cerca de 400 camaradas, decorreu, no passado Domingo, em Évora, no palácio de D. Manuel, um Plenário distrital de Quadros do PCP, sob o lema «Reforçar o Partido para vencer a crise», durante o qual foram debatidas questões ligadas à organização do Partido, funcionamento das células de empresa, papel a desempenhar pelos membros do Partido, recrutamento de novos militantes, angariação de fundos.

Representantes de células de UCP's e Cooperativas, das fábricas, dos escritórios, dos serviços, de Comissões de Freguesia, de pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais trouxeram ao plenário, através de dezenas de intervenções, as dificuldades concretas que se põem à organização e funcionamento das células, e fizeram um balanço das actividades que vêm desenvolvendo.

A falta de instalações para o funcionamento das células e organizações do Partido foi um dos problemas mais apontados pelos participantes. O camarada Diniz Miranda, suplente da Comissão Política

criando estruturas que acompanhem esse crescimento.

Diniz Miranda referiu-se ainda à importância da discussão das Teses para o IX Congresso do Partido.

Finalmente interveio o camarada Blanqui Teixeira que, depois de abordar aspectos do funcionamento das estruturas do Partido, falou sobre a situação política actual, encerrando os trabalhos do Plenário durante o qual se registou uma muito importante permuta de experiências.



Dezenas de camaradas de diversos sectores participaram na reunião de Évora

# Actividades do Partido

• **Homenagem a António Adângio** — No passado dia 28 de Abril, em Aljustrel, realizou-se uma homenagem a António Adângio, que teve início a partir da concentração junto ao Sindicato Mineiro. Mais de um milhar de pessoas participaram, destacando-se a presença de mulheres que, à frente do desfile, levaram muitos ramos de flores que foram depositadas nas campas de António Adângio e de Francisco Madeira. A meio do percurso, falou o camarada José Manuel Carreira Marques, deputado comunista à Assembleia da República que afirmou, dirigindo-se aos mineiros integrados no cortejo: «Tendes o privilégio de serdes os herdeiros de tão heróico passado de luta e tendes a honra de ter tido como camaradas de trabalho o António Adângio e o Francisco Madeira, tendes a grande responsabilidade de saber ser fortes e unidos e organizados para saberes merecer tão grande sacrifício. Certamente que o merecereis». E acrescentou: «Andou bem a Comissão Concelhia de Aljustrel do PCP em promover esta homenagem. As lutas dos mineiros e do povo de Aljustrel estão historicamente ligadas à luta mais vasta do Partido Comunista Português. E os perigos que a democracia portuguesa hoje atravessa devem mobilizar-nos a todos para a sabermos defender».

urgindo com provocações que bem demonstram o espírito tacanho, o seu despeito, e, acima de tudo, o seu medo de que os trabalhadores se unam, convivam e se esclareçam».

• **Pequenos e Médios Empregados** — No passado dia 30 de Abril teve lugar no Centro de Trabalho Vitória, organizada pela Célula dos Cabeleiros PME's do Comité Local de Lisboa, com a colaboração do Sector da Saúde da DORL e com a participação, como convidados, de especialistas em dermatologia e pneumotisiologia, uma sessão de esclarecimento sobre doenças profissionais — vias respiratórias e pele. Entretanto, no passado dia 25, o organismo dos PME's do CLL passou a funcionar nas instalações do Centro de Trabalho da Avenida Duque Loulé, 111, 1.º, em Lisboa.

• **Encontro de Quadros em Sintra** — No passado sábado, em Sintra, teve lugar um Encontro de Quadros, que se iniciou às 10 horas da manhã e veio a encerrar os seus trabalhos depois das 21 horas, com a finalidade de fazer o levantamento do trabalho do Partido no concelho. No plenário inicial, em que participaram mais de uma centena de quadros, foram explicados os objectivos do Encontro, tendo posteriormente sido formados dois grupos que estudaram o trabalho do Partido nas empresas, por um lado, e, por outro, as organizações unitárias, autarquias e comissões de moradores. Durante o Encontro registaram-se mais de cem intervenções, tendo ainda os presentes abordado aspectos da actividade do Partido como a participação no próximo Congresso e, ainda, o recrutamento orientado. Orientaram os trabalhos os membros do Executivo da Comissão Concelhia e o camarada Hipólito Santos, do Comité Central.

• **Ferreira do Zêzere** — A Comissão Concelhia de Ferreira do Zêzere do PCP publicou há dias um comunicado onde se condenam as provocações que os reaccionários levam a cabo no concelho. «Numa baixa provocação e numa demonstração do mais primário anticomunismo — afirma o documento — alguém foi colocar um papel no pinhal do senhor Garcês, no qual se dizia que no dia 25 de Abril, aquele pinhal e as casas seriam incendiadas e assinaram Partido Comunista Português». E o comunicado prossegue: «A direita reaccionária, os caciques, aqueles que sempre exploraram a seu gosto o povo deste concelho, consideram Ferreira do Zêzere um feudo que lhes pertence, nem que outras gentes ou outras forças políticas que não sejam as deles tenham direito de existir. Bastou que o PCP tivesse organizado uma festa de convívio no passado mês de Janeiro no Salão dos Bombeiros, onde estiveram não apenas comunistas mas democratas de outras tendências, para que a direita ficasse alarmada e manobrasse, por um lado no sentido de impedir mais festas, recusando-se a ceder o salão dos bombeiros; por outro,

• **Convívio** — Promovido pela Célula da Robbiate, realizou-se no passado dia 28 de Abril, um almoço-convívio em Vale Figueira, São João da Talha, mais precisamente na Sociedade Recreativa de Vale Figueira. No almoço participou o camarada Carlos Gil.

• **Festa em Leiria** — Com um pavilhão próprio, a organização de Leiria do Partido Comunista Português, está presente na Feira de Maio, festa tradicional que se realiza naquela cidade. O Pavilhão dos comunistas terá uma exposição política e venda de artigos de artesanato e regionais.

• **Festa em Leiria** — Com um pavilhão próprio, a organização de Leiria do Partido Comunista Português, está presente na Feira de Maio, festa tradicional que se realiza naquela cidade. O Pavilhão dos comunistas terá uma exposição política e venda de artigos de artesanato e regionais.

**Rádio Moscovo transmite para Portugal**

3 vezes por dia

Das 19.30 às 20.30; das 20.30 às 21.30 e das 22 às 23 horas, em 25, 31, 41 e 49 metros

**vamos apoiar a uec**

**A meta está à vista!**

Mais de 500 contos recolhidos até 3 de Maio — eis o balanço animador da campanha de fundos dos estudantes comunistas.

Força no pedal, que a meta está à vista! Esta parece ser a actual palavra de ordem na Campanha de Fundos promovida pela UEC — a Campanha dos 100\$00, que hoje volta às páginas do «Avante!». E desta vez com seis informações de primeira ordem:

- 560 contos, ou, mais rigorosamente, 561 600\$00, é sem dúvida uma bela quantia. Que vai ajudando a resolver muitos problemas financeiros. Que vai ajudar a tornar a UEC mais forte, mais interventiva, mais activa.
- Pois bem: é este o total de dinheiro conseguido no quadro da Campanha dos 100\$00 no dia 3 de Maio (2.º controlo).
- Segundo o apuramento feito não excedia 948 o número de militantes que até agora, no plano nacional, contribuíram pelo menos com 100\$00 para a Campanha. É portanto de cerca de 10% a percentagem de militantes da UEC até agora envolvidos na Campanha.
- Se 948 camaradas recolheram até agora mais de 560 contos, quanto dinheiro não se recolherá quando participarem na Campanha os 8000 camaradas que militam nas fileiras da UEC!
- Como é sabido, decorrendo em torno fundamentalmente de contribuições de 100\$00, a Campanha não despreza nem as contribuições menores nem as maiores.
- Para as maiores — as abordagens superiores a mil escudos — foi instituído um prémio da montanha. Nesta 2.ª etapa,

a melhor trepadora foi a Clara Viana (Propedéutico/Superior de Lisboa) que, através deste tipo de abordagem, recolheu 5 contos.

• O esforço é sempre recompensado, mesmo que nas intervenções da sorte. É o mínimo que se pode dizer dos resultados do 2.º sorteio em que dois dos três primeiros classificados saíram na rifa.

Para o Jorge Girão, do Barreiro, o 1.º prémio: uma cama de campismo. Para o Quim, do Lioeu P. António Vieira (Lisboa) o 2.º prémio: um fato-treino. Para o José Marques, do ISEL, o 3.º prémio: uma colecção de 10 livros.

• O José Marques continua de amarelo. Tendo cortado 56 metros durante a 2.ª etapa, este camarada do ISEL soma agora 79 me-

tas. As restantes camisolas mudaram de «dono». A vede é do Paulo Canto e Castro (67 metros) e a azul pertence «ex-Barreiro» e a Herculana Carvalho (Entfermagem Porto), ambos com 65 metros.

• Uma revelação: em Junho vão realizar-se festas para assinalar o encerramento da Campanha. Desde já uma surpresa: virá a Portugal um conhecido grupo francês, «intérprete de uma música que busca os seus caminhos na riquíssima tradição popular bretã», como nos revelou o camarada João Leal, do Secretariado da CC da UEC e da Comissão Coordenadora Central da Campanha. Advinhem lá de que conjunto se trata! Na próxima semana, o «Avante!» divulgará!

Semana

1 Terça-feira - Dia Mundial do Trabalhador.

O Dia Mundial do Trabalhador é festejado por muitos milhões de pessoas em todo o mundo; na Turquia, Argentina e Chile a repressão governamental sobre manifestantes e sindicalistas...

2 Quarta-feira 1945 - As tropas soviéticas tomam Berlim, último reduto dos nazis alemães.

Em Paris regista-se uma série de sete explosões de bombas colocadas junto a esquadras de polícia e repartições públicas. Os dirigentes chineses, aproveitando a visita que o secretário-geral da ONU fez a Pequim, voltam a ameaçar a República Socialista do Vietnã...

3 Quinta-feira 1936 - A Frente Popular ganha as eleições em França.

Efectuam-se eleições na Grã-Bretanha para escolher os 635 deputados da Câmara dos Comuns e um novo governo. O comunicado divulgado em Paris, o Comité Director Socialista no Exílio anuncia que o ex-secretário-geral do Partido Socialista Chileno (PSC), Carlos Altamirano, foi expulso desta organização...

4 Sexta-feira 1970 - No complexo universitário de Kent, nos EUA, a polícia mata quatro pessoas e ferir 15 num comício de protesto contra a intervenção militar imperialista no Camboja.

Nas eleições efectuadas ontem na Grã-Bretanha, o Partido Conservador alcança a maioria no Parlamento, tornando-se virtualmente o novo "Partido governamental", substituindo os trabalhistas. Três guerrilheiros atacam, a tiro, uma esquadra de polícia no "Soweto", "ghetto" negro de Joanesburgo (África do Sul), matando um agente e ferindo mais cinco...

5 Sábado 1912 - Sai o 1.º número do "Pravda", com uma tiragem de 80 000 exemplares; Dia da Imprensa Soviética.

As últimas estatísticas da OCDE revelam que o consumo de petróleo nos países ocidentais aumentou 4,2% nos primeiros dois meses de 1979, sendo esta tendência mais acentuada na Europa; este aumento deve-se, ainda segundo a OCDE, à progressão das compras de gasolina (+5%) e de óleo pesado (+3,9%)...

6 Domingo 1942 - Fim da resistência americana nas Filipinas, durante a II Guerra Mundial.

Três aviões de guerra sionistas bombardeiam um acampamento palestino no norte do Líbano matando três pessoas e ferindo trinta, enquanto é anunciado que tropas sírias, em Beirute, bombardearam redutos das milícias fascistas no sul da capital, para silenciar o seu tiroteio. Realizam-se eleições legislativas na Áustria, tendo o Partido Socialista austríaco, chefiado pelo chanceler Bruno Kreisky, obtido um total de 96 lugares no novo Parlamento, mais quatro do que o necessário para governar sozinho...

1833 - Nasce Johannes Brahms, compositor alemão autor de uma notável obra musical, com especial destaque para os seus "lieder", música de câmara e obras para piano.

7 Segunda-feira Na Turquia é assassinado Halit Veloglu, presidente do Tribunal Criminal de Mersin, na costa mediterrânica turca, por três pessoas armadas que conseguiram pôr-se em fuga. O governo racista sul-africano apresenta formalmente propostas de "abolição" das práticas de discriminação racial em vários sectores de actividade do país. Começa em Manila, nas Filipinas, a 5.ª sessão da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED). Reune-se pela primeira vez o novo "Parlamento" rodesiano, tendo-se verificado desentendimentos entre as duas facções de colaboracionistas negros, tendo o grupo de Shitole procurado boicotar a sessão.

8 Terça-feira 1921 - É fundado o Partido Comunista da Roménia.

Aldo Duci, socialista italiano e presidente da Câmara municipal de Arezzo, afirma ao "DL" que existem ligações entre os terroristas fascistas e as "Brigadas Vermelhas", bem como entre estas e outras organizações internacionais. São executadas 21 pessoas em Teerão, entre os quais o comandante Amine, da guarnição de blindados de Hamadan. O Líbano rejeita a oferta do primeiro-ministro sionista Menahem Begin de "negociar" com Israel com vista à conclusão de um "tratado de paz" entre os dois países. Começa em Londres o julgamento do antigo chefe do Partido Liberal, Jeremy Thorpe.

Aproximam-se dias mais difíceis para os trabalhadores ingleses

Os conservadores já formaram o seu governo, ou melhor dizendo, os trabalhistas acabam, uma vez mais, de perder as eleições na Grã-Bretanha. Os anos que se aproximam não serão melhores, nem para o povo inglês nem no domínio da política externa inglesa. Margaret Thatcher conduziu a sua campanha entre promessas e ameaças. No que respeita a promessas, como é de tradição nas eleições burguesas, o fundamental não é para cumprir. Mas as ameaças ficam. Visarão os direitos sindicais dos trabalhadores ingleses, o seu nível de vida, nomeadamente através de mais limitações nos gastos sociais e o privilégio do sector não público da economia. É de prever o agravamento da situação no Ulster. As repercussões em África não serão certamente positivas. Porque é que os trabalhistas perderam as eleições? Factos recentes, já em pleno período eleitoral, atestam do tipo de política seguida pelos trabalhistas. No fim do mês de Abril, o partido britânico nazi, "Frente Nacional", organizou um comício provocatório na zona ocidental de Londres, onde moram muitos emigrantes. O tema dominante da sua campanha era a expulsão de emigrantes africanos e asiáticos. Os milhares de emigrantes e militantes da Frente Antinazi que tentaram impedir a realização do comício foram vítimas de uma brutal ofensiva policial que provocou um morto e 40 feridos. Outro exemplo: na véspera das eleições, a polícia, apoiada por unidades do Exército britânico, realizou dezenas de prisões em todo o Ulster. Mas o facto mais significativo da política alheia às promessas de "socialismo" que os trabalhistas periodicamente agitam foi a decisão do governo trabalhista de mudar o feriado do 1.º de Maio, dia dos trabalhadores, para a primeira segunda-feira do mês. Isto na sequência de uma campanha dos conservadores contra este direito dos trabalhadores, a pretexto de que o 1.º de Maio é feriado nos países socialistas...

Estes são factos actuais dispersos que ilustram a realidade política e socioeconómica cada vez mais difícil, que nenhuma promessa pode solucionar. Assim, no ano passado, o défice da balança comercial foi de 1.1 bilhão de libras esterlinas. Actualmente o número de desempregados ascende a cerca de um milhão e meio. A redução das despesas com as necessidades sociais atinge duramente os trabalhadores. Enquanto se reduzem as verbas para a construção civil, 700 mil famílias moram em casas que não correspondem às mais elementares normas sanitárias, e mais de 200 mil pessoas não têm casa. Os últimos três meses foram de luta dos trabalhadores ingleses contra a política económica do governo trabalhista, que a viu rejeitada não só pelo Congresso Britânico dos Sindicatos como pela própria conferência nacional do Partido Trabalhista. O movimento grevista abrangeu os mais diversos sectores, desde os ferroviários aos funcionários públicos. Os conservadores utilizaram habilmente a política antipopular dos trabalhistas, as contradições no seio do Partido Trabalhista, o peso da sua ala direita no governo, as hesitações e cedências à direita. Caluniaram as lutas dos trabalhadores. Face à difícil situação do país, recorrem à velha receita de prometer um "governo forte". Uma vez mais o povo da Grã-Bretanha terá que reaprender, à sua custa, que o governo dos conservadores agravará mais ainda a já difícil situação socioeconómica do país.

9 de Maio: dia nacional da Checoslováquia

Para o povo checoslovaco, o primeiro e último a sofrer as vicissitudes da violência fascista, o dia 9 de Maio tornou-se o seu Dia Nacional. As Nações Checa e Eslovaca puderam assim, após seis anos de resistência popular e com a acção heróica do Exército Soviético, iniciar os primeiros passos no caminho de um futuro novo, na construção da sociedade socialista.

Na noite de 8 para 9 de Maio de 1945 foi assinada em Berlim a Acta da capitulação incondicional da Alemanha. No entanto, no Estado Maior do marechal nazi Schoerner esta notícia foi acolhida com incredulidade. Schoerner dirigiu às suas tropas o seguinte manifesto: "Segundo as emissoras inimigas, o Governo Imperial capitulou incondicionalmente perante a União Soviética. Estas informações não correspondem de nenhum modo à verdade. Trata-se de propaganda inimiga para quebrar o espírito de resistência das nossas tropas. O Governo Imperial cessou a luta, apenas, contra as potências ocidentais". Os Estados Unidos e a Inglaterra decidiram então fazer avançar as suas tropas até à Checoslováquia para serem eles a receber a capitulação dos exércitos de Schoerner e ocupar Praga. Desta forma, nos primeiros dias de Maio entrou na Checoslováquia o 3.º Exército Norte-Americano do General Patton. A medida que se entravam em território checoslovaco, os americanos iam dissolvendo os Comités Nacionais e ajudando os checoslovacos que tinham colaborado com os nazis. Antes da sua entrada "triumfal" em Pilsen, bombardearam a cidade destruindo dois terços das habitações. O General norte-americano Patton depois de conversações mantidas com o Marechal Schoerner decide que as tropas nazis deveriam ainda subtrair o movimento revolucionário da Checoslováquia, prosseguindo as operações contra o Exército Soviético e, posteriormente, entregar-se ao Comando norte-americano. Desejosos de libertar a sua capital e barrar o caminho às tropas alemãs que retiravam para o Oeste, os patriotas checoslovacos, dirigidos pela vanguarda da resistência, o Partido Comunista, iniciaram em Praga, a 5 de Maio, a insurreição armada contra os ocupantes hitlerianos. Schoerner, cumprindo o prometido aos americanos, avança sobre Praga. Os patriotas checoslovacos, sem forças militares que pudessem opôr resistência ao exército inimigo, pediram pela rádio ajuda urgente e o Estado Maior Soviético decidiu iniciar a ofensiva contra os cerca de 900 000 homens em armas que compunham o último reduto dos nazis, com as 1.ª, 2.ª e 4.ª Frentes ucranianas e ainda o Corpo do Exército Checoslovaco, anteriormente constituído na URSS. Os tanques da 1.ª Frente ucraniana atravessaram as montanhas de Rudni, e, num avanço imparável, chegaram a Praga às 4 da madrugada de 9 de Maio de 1945. A rápida e arrojada ofensiva do Exército Soviético frustrou os planos tanto dos americanos como dos fascistas alemães. A impetuosa ofensiva do Exército Soviético salvou Praga da destruição e da morte. Culminava assim a libertação da Checoslováquia e punha-se termo às ambições dos imperialistas americanos.

Trava-se na África Austral uma luta decisiva

Entrevista com Silas Cerqueira

De 10 a 13 de Abril realizou-se em Lusaka, capital da Zâmbia, a Conferência Internacional de Apoio aos Movimentos de Libertação na África Austral e de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente. No decurso dos trabalhos da Conferência a Zâmbia foi quase diariamente bombardeada. No mesmo momento ultimavam-se na Rodésia os preparativos da farsa eleitoral condenada pela Assembleia da ONU e pelo Conselho de Segurança, enquanto a Comissão de Defesa da OUA avançava pela primeira vez um plano de criação de uma força armada regional destinada a auxiliar os movimentos de libertação nacional da África Austral e a defender os países sujeitos a agressões dos regimes fascistas e racistas, ligados ao imperialismo.

A simultaneidade destes factos, o claro centrar das atenções internacionais sobre a África Austral, atesta de imediato da importância dos acontecimentos que estão a ocorrer na zona. Importância que viria a ser frisada, em conferência de imprensa, por Silas Cerqueira, que participou nos trabalhos da Conferência de Lusaka como Secretário Executivo do Comité Internacional contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral e membro da Presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação. A simultaneidade destes factos, o claro centrar das atenções internacionais sobre a África Austral, atesta de imediato da importância dos acontecimentos que estão a ocorrer na zona. Importância que viria a ser frisada, em conferência de imprensa, por Silas Cerqueira, que participou nos trabalhos da Conferência de Lusaka como Secretário Executivo do Comité Internacional contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral e membro da Presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

África Austral uma fase decisiva

Na sua intervenção na Conferência, Silas Cerqueira destacou um elemento que aclara o conteúdo, e a importância que lhe é inerente, do que se passa hoje na África Austral: "Socialmente, esta é uma zona - nomeadamente a África do Sul - onde a classe trabalhadora, o proletariado, as massas trabalhadoras podem ter um peso específico e um papel maior na luta de libertação nacional do que em qualquer outra parte de África. Há uma oposição radical de interesses, em toda a região, entre as massas, os povos, e os regimes minoritários racistas e fascistas, que nada mais são que um instrumento dos mais poderosos interesses económicos e estratégicos das multinacionais, das grandes potências ocidentais, do imperialismo! Os povos da África Austral lutam não simplesmente por uma mudança da fachada ou da cor dos exploradores e opressores, mas por uma vida nova, realmente diferente, livre e pela primeira vez feliz". Estes traços característicos da situação na África Austral determinam uma redobrada resistência por parte do imperialismo ao ascenso do movimento de libertação, o desdobrar das suas táticas, uma luta renhida. O grande esforço do imperialismo para impor uma das suas "soluções" políticas, "eleições" farsa, "governos multi-raciais", falsas "soluções pacíficas" - que, a concretizarem-se, poderão influenciar sectores da opinião pública, mesmo em África, abrir caminho a uma intervenção mais directa dos países capitalistas, nomeadamente militar, e agudizar os confrontos e as incursões no território dos Estados da Linha da Frente - aponta para a urgência de uma real solução, que só pode ser fruto da vinculada intensificação da luta de libertação nacional em que estão empenhadas as massas populares, e normalmente a luta armada. O facto de o regime de Smith, pelos insuportáveis problemas económicos e pelo grande isolamento sociopolítico, surgir neste momento como o "elo fraco" na África Austral, dá a medida da importância da batalha que se trava no Zimbábue. Como Silas Cerqueira salientou na conferência de imprensa realizada sobre a sua missão à África Austral hoje a Frente Patriótica tem uma notável implantação nas zonas rurais, onde as propriedades dos colonos se mantêm como verdadeiras fortificações e as estradas são dominadas pelos patriotas. Intensificam-se igualmente as acções armadas e de massas nas cidades, nomeadamente na capital. A intensificação da luta armada, com meios poderosos, e a multifacetada solidariedade internacional dificultando o apoio económico e militar das grandes potências ocidentais aos regimes racistas, deverá impor a vitória neste momento crucial. A alternativa é uma luta armada prolongada, com os inerentes sofrimentos para as massas trabalhadoras, e os claros perigos de extensão e internacionalização da guerra. As "soluções pacíficas" - que depois de 12 anos de luta armada nem são encardadas pelo movimento de libertação, pois só visam atrasar e impedir a independência nacional genuína - são a outra face da mesma política que, através dos bombardeamentos e incursões armadas (com as armas fornecidas pelo imperialismo) fazem diariamente centenas a milhares de mortos nos aldeamentos de refugiados em Moçambique, na Zâmbia, em Angola, numa imagem reduzida do que seria a imposição de facto de tais "soluções". É neste contexto que assumem particular importância as resoluções da Conferência de Lusaka responsabilizando as potências capitalistas, denunciando o papel das multinacionais e da colaboração militar com os regimes de apartheid, e proclamando o reconhecimento formal da legitimidade das diversas formas de luta do movimento de libertação contra tais regimes.

Angola e Moçambique - relações de amizade com o povo português

Silas Cerqueira esteve também na Tanzânia, e em Angola e Moçambique. Nestes dois países, nomeadamente, foi recebido pelos presidentes Samora Machel e Agostinho Neto. Dada a situação de ruptura de negociações, a nível

governamental, entre Portugal e Moçambique, pedimos a Silas Cerqueira que nos fizesse uma declaração sobre a sua entrevista com o presidente da República Popular de Moçambique e presidente do Partido FRELIMO. "Na audiência que o presidente Samora Machel me concedeu, trocámos impressões sobre a situação na África Austral e a actuação do Comité Internacional contra o Apartheid de seu Secretário Executivo e de que o presidente Samora Machel é - como chefe de Estado - um dos patronos. Perante a perigosa e crescente escalada de agressões dos regimes fascistas e racistas contra os países da Linha da Frente, apresentei o programa de acção do Comité para os próximos meses, tendente a alertar a opinião pública mundial de modo a que comunidade internacional contribua decisivamente para pôr fim às ameaças racistas que põem em causa a paz e a segurança em África e no mundo. "Relevei também nesta ocasião a solidariedade das forças da paz portuguesas com a República Popular de Moçambique, um dos alvos principais das agressões racistas, incluindo o bombardeamento, incursões armadas, assassínios, sabotagens, causando centenas de vítimas inocentes e prejudicando a obra pacífica de reconstrução nacional. "O presidente Samora Machel, por seu lado, como aliás todos os dirigentes de Moçambique com quem estive, realçou a amizade do povo de Moçambique com o povo português - evidenciada também na forma fraternal como fui recebido - a sua confiança na vitalidade da democracia em Portugal, no futuro das relações não só entre os dois povos mas também, nessa base, no futuro de uma cooperação estável entre os dois Estados, assente nos princípios da coexistência pacífica. "Considero que a ruptura de negociações - e não a simples suspensão - registada a nível governamental, não invalida essa

Um abraço que simboliza a amizade impercível entre os povos de Portugal e de Moçambique.

confiança. Não há ruptura nem entre os dois povos nem entre os dois países. Depois de uma pausa inevitável, as negociações poderão vir a recomear - em minha opinião pessoal a partir do zero, isto é, sem quaisquer pretensões a pôr condições prévias ou reivindicatórias de tipo neocolonialista - e numa base clara conduzir rapidamente a uma cooperação estável entre os dois Estados. Para isso é importante que o órgão de soberania português que venha a tomar parte em futuras conversações se revista da necessária estabilidade democrática e representatividade democrática e nacional. A cooperação entre os dois Estados deve vir a estabelecer-se independentemente das diferenças dos regimes políticos e sociais. Penso que o êxito das futuras negociações dependerá muito do estado de espírito com que forem abordadas e também da acção das forças da paz e das forças progressistas portuguesas pela aproximação entre os dois povos e contra as conspirações e pressões da reacção nacional e internacional e dos nostálgicos do colonialismo. "Da amizade que une de facto os povos de Angola e Moçambique com o povo português, atestam as grandiosas comemorações do 25 de Abril realizadas em Angola pelos cooperantes portugueses que ali se encontram, e que não teriam sido possíveis sem o apoio determinante do MPLA. Significativamente, o acto central das comemorações foi transmitido em directo pela televisão angolana. Em Moçambique também o 25 de Abril foi comemorado pelos cooperantes portugueses com o apoio da Frelimo. É impossível apagar os profundos laços de amizade que uniram e unem, de formas diferentes, os nossos povos numa luta comum.

modo e no tempo em que o foram, se não se tivessem dado os heróicos e magníficos feitos e as vitórias do Exército Russo, que defendeu a sua terra natal, vítima de um vil ataque não provocado, com uma devoção, uma arte e uma energia sem precedentes, a um preço terrível: o preço do sangue russo. "As vitórias militares alcançadas pela União Soviética na segunda metade de 1943 reforçaram consideravelmente as suas posições internacionais. O papel decisivo que a URSS teve na luta contra o bloco das potências fascistas valeu-lhe o reconhecimento dos povos do mundo inteiro e a participação destacada na coligação antifascista, tanto na solução dos problemas da 2.ª Guerra Mundial como na organização do mundo no pós-guerra.

A destruição da «Muralha de Leste» na vitória sobre o nazismo

Há 36 anos - no Outono de 1943 - travou-se na frente soviético-alemã uma das maiores batalhas da Segunda Guerra Mundial. Essa batalha, a batalha pelo rio Dniepr e o oeste da Ucrânia, durou de Setembro de 1943 à Primavera de 1944 e terminou com a libertação da Ucrânia e a chegada do Exército soviético dos contrafortes de Cárpato, às fronteiras com a Roménia e a Checoslováquia. Depois da grande derrota do exército fascista alemão na batalha de Kursk (Julho-Agosto de 1943), Hitler, na tentativa de parar o avanço do Exército Vermelho, mandou erguer uma poderosa linha defensiva na frente germano-soviética, que foi baptizada pela propaganda nazi com o nome de "Muralha do Leste". A parte central dessa barreira fortificada seguia o curso do Dniepr, o grande rio que atravessa a Ucrânia de norte a sul e que constitui um excelente obstáculo natural, sobretudo na sua margem direita, mais elevada do que a esquerda. Foi ali, precisamente, nesse sector da "Muralha do Leste", que o comando fascista alemão concentrou o seu dispositivo defensivo mais forte. Só entre os dias de Agosto e fins de Setembro foram transferidas para o Dniepr 12 divisões doutros sectores da frente germano-soviética e 13 divisões do Oeste, que estavam também destinadas à frente Leste. A essa ofensiva, que permitiu que a frente soviética avançasse 300 a 600 quilómetros para Oeste, seguir-se-ia a libertação total da Ucrânia e o restabelecimento, a sudoeste, das fronteiras da URSS. No decurso da ofensiva de Verão e Outono de 1943, o Exército Vermelho derrotou 118 divisões da "Wehrmacht", ou seja, metade de todas as forças de que o exército nazi dispunha na frente germano-soviética, no início do

Verão. Durante essa ofensiva geral, a "Wehrmacht" perdeu 1 413 000 homens, 3200 tanques e cerca de 26 000 peças de artilharia, e a "Luftwaffe" (a Força Aérea nazi) perdeu de 10 000 aviões. A respeito da grande ofensiva soviética de Verão e Outono de 1943, deve-se dizer que o comando hitleriano se aproveitou do facto de os Aliados não terem ainda aberto uma frente na Europa Ocidental para transferir 40 divisões da Oeste para Leste, entre Abril e Dezembro de 1943. A evolução dos acontecimentos na frente soviético-alemã privou assim o comando da "Wehrmacht" da possibilidade de reforçar as suas tropas na Itália, para se opôr às forças anglo-americanas, quando estas desembarcaram na Sicília e iniciaram a ofensiva dos Apéninos, e a fronteira dos Estados

Unidos da América e a Grã-Bretanha outros teatros de guerra. Nisto residiu o efeito determinante que a evolução da frente soviético-alemã teve sobre o curso geral da Segunda Guerra Mundial e que, hoje, certos "historiadores" ocidentais procuram ocultar. Não se pode esquecer, porém, que, durante a guerra, os principais chefes de Estado do Ocidente reconheciam abertamente essa verdade. Winston Churchill, por exemplo, que estava muito longe de simpatizar com o país dos soviéticos, pronunciou a seguinte declaração aos microfones da Rádio Quebec, em Agosto de 1945: "Eu reconheço voluntariamente que a maior parte delas (as operações militares anglo-americanas em 1943) teriam sido impossíveis de realizar, do

# IX Congresso do PCP/com Portugal pela Democracia

## APU aumenta votação e a direita perde terreno nas eleições suplementares



O balanço dos resultados das eleições suplementares para as Assembleias de Freguesia realizadas até à data confirma, de forma inequívoca, o que muitas vezes se tem afirmado: a confiança crescente do eleitorado na APU (de que o PCP é o principal componente), mesmo nas zonas ainda hoje de difícil penetração para as forças democráticas.

No presente estudo analisam-se os resultados de todas as eleições de freguesia realizadas no decorrer de 1978 e 1979 (com excepção de Valezim, onde só concorreu o PS), seguindo uma metodologia já anteriormente aplicada num estudo parial.

Assim, para além do quadro com a votação de cada uma das forças políticas que se apresentaram às eleições, faz-se a comparação entre os resultados obtidos por cada uma dessas forças no primeiro acto eleitoral (1976) e no último. Como é evidente, só é possível fazer tal comparação quando se concorreu ambas as vezes. É a partir dos totais comparáveis que no quadro se determina o aumento ou diminuição — em votos e em percentagem — de cada formação política.

O mesmo critério é aplicado para comparar os resultados das eleições suplementares com os obtidos em cada freguesia em questão aquando da votação para a Assembleia Municipal.

As comparações deste estudo são todas referentes aos totais comparáveis e não a resultados tomados isoladamente.

### As «sondagens» ao eleitorado e as tendências

Uma das técnicas utilizadas pela reacção para tentar influir na opinião pública e dar dela uma imagem que corresponda não à realidade mas sim aos desejos da própria reacção, é a divulgação de «sondagens» cujos resultados demonstram sempre, invariavelmente, a «grande subida» da direita e a «imparável descida» da esquerda, nomeadamente do PCP...

Significativamente, os políticos e jornais reaccionários, sempre tão expeditos em tirar conclusões de tais «sondagens», mostram-se no entanto muito prudentes, ou mesmo omissos, quando se trata de analisar essas outras verdadeiras sondagens ao eleitorado que nos últimos meses se têm vindo a realizar: as eleições suplementares em diversas autarquias.

O «Avante!» não promove pseudo-sondagens. Baseando-se no voto expresso dos cidadãos, aponta, com dados seguros, as verdadeiras e reais tendências do eleitorado.

Como o quadro documenta, a APU foi a única força política que concorreu, com a sua própria sigla, a todas as eleições suplementares de freguesia, das quais oito pela primeira vez. A importância política deste facto não pode deixar de ser salientada, pois a apresentação de candidatos em oito freguesias onde em Dezembro de 1976 não foi possível concorrer por manifesta falta de implantação, significa antes do

que não se registou subida de votos foi em Freixiel onde, como se sabe, a lista APU foi afectada por várias desistências. O resultado obtido foi no entanto igual ao anterior conseguido na freguesia.

Um observador desatento (ou mal intencionado) poderá pôr em causa a importância dos resultados alcançados em freguesias como Arcos e Fail, onde não obstante as elevadas subidas percentuais o número

de votos foi pequeno. Seria no entanto um erro grave não entender o real valor desses «pequenos» resultados, fruto de uma campanha de esclarecimento que abriu naquelas localidades amplas perspectivas de trabalho futuro.

Um trabalho que apenas começou mas que já permitiu às populações conhecer os democratas que integram a APU, saber o que defendem e como estão dispostos a trabalhar pelo progresso das suas terras.

Um trabalho que dará frutos. Como a direita muito bem sabe e teme.

### A direita perde terreno

Nestas eleições suplementares o PS sentiu já (e não pouco) os resultados da sua política contra os interesses populares. Das onze eleições só concorreu a sete, deixando de se apresentar em quatro freguesias onde havia concorrido em 1976, em nenhuma se apresentando pela primeira vez. Nestes actos eleitorais o PS baixou a sua votação em três casos e aumentou em quatro.

O PPD, por seu turno, concorreu com sigla própria em nove freguesias e a uma, tal como em 1976, em coligação com o CDS. Deixou de concorrer numa freguesia, tendo perdido votos em quatro casos e aumentado em seis.

Se se considerar que as eleições suplementares a que nos vimos referindo se realizaram em zonas tidas como «feudas» dos caciques do «chefe» compreende-se melhor a importância e significado da perda de terreno dos partidos da reacção.

O CDS, então, apenas conseguiu apresentar listas em quatro eleições, com sigla própria, e em mais uma em coligação, deixando de concorrer

em duas. Baixa mesmo assim a sua votação em dois casos, aumentando noutros dois.

Mas as perdas de influência do CDS são na realidade muito maiores, dado que não concorreu em cinco freguesias e deixou de concorrer em três.

Estas eleições suplementares para freguesias foram já um indicativo da evolução do eleitorado para a esquerda. E tanto mais importante quanto se processaram em zonas dominadas pela direita, onde cresce o descontentamento popular pela gestão autárquica conduzida pela reacção.

As subidas consideráveis das forças democráticas, designadamente a APU, mostram de forma clara como é fundamental concentrar esforços na frente das autarquias, órgãos de poder mais próximos da população, de molde a contribuir de forma decisiva para a tomada de consciência das populações sobre quem defende os seus interesses e quem se pretende servir do poder local para perpetuar o domínio dos caciques e tirar dividendos políticos à escala nacional.

Como se afirma nas teses para o IX Congresso do PCP, agora em discussão, a origem do êxito que vem sendo alcançado pelos comunistas e seus aliados nas autarquias está na política de unidade em torno da resolução de problemas concretos e na ligação da actividade das autarquias à intervenção directa e voluntária das populações.

Ímpora pois mobilizar cada vez mais esforços para tão importante frente de trabalho, com a certeza de que aumentar o número de votos e eleitos da APU é condição fundamental para a solução dos problemas das populações, para a garantia da gestão democrática dos órgãos de poder local.



## A acção dos comunistas nas autarquias locais



No projecto de teses para o IX Congresso do PCP, submetido à discussão de toda a organização, dedica-se grande atenção à actividade dos comunistas nas autarquias. Após salientar o lugar de relevo que o poder local ocupa na organização democrática do Estado português e o seu papel de importância primordial na solução dos problemas das populações, o ponto das teses dedicado a esta matéria refere os resultados das sucessivas eleições que têm vindo a confirmar o reforço do prestígio e influência do PCP e seus aliados nas autarquias locais.

Com efeito, como os quadros e o texto que junto publicamos sobre os resultados das eleições suplementares municipais e de freguesia demonstram, a APU (constituída pelo PCP, MDP/CDE e democratas independentes) ganha cada vez mais a confiança do eleitorado.

e dinamização da APU, politicamente aberta a todos os democratas, todos os patriotas, todos os trabalhadores que sinceramente desejam solucionar os problemas das populações é, como se afirma nas teses, essencial com vista às próximas eleições, que devem realizar em Dezembro do corrente ano.

Como se faz notar no documento em debate, a não se realizarem eleições antecipadas para a Assembleia da República as eleições para as autarquias

assumirão um significado político que as transcende, pois os seus resultados serão tidos como indicativo dos resultados prováveis para a Assembleia da República.

Compreende-se pois porque teme a direita a realização de eleições e porque de há muito começou a ventilar a ideia de adiar, inconstitucionalmente, as eleições para as autarquias.

A subida firme e constante da votação da Aliança Povo Unido mostra que os comunistas e outros democratas que a integram estão no caminho certo.



Ao dar à APU a maioria absoluta dos votos (53%) o povo de Évora respondeu da melhor forma aos que se querem servir das autarquias para atacar as conquistas do 25 de Abril e a própria democracia

### EVOLUÇÃO DOS VOTOS NA APU (em percentagem)

FREGUESIA	AM76	AF76	AF78
S. PEDRO FINS	9,2	10,7	27,9
PENHASCOSO	1,6	—	23,6
FANHÕES	32,1	31,4	46,7
RIO MEÃO	3,5	—	11,0
ARCOS	1,2	—	2,8
FREIXIEL (*)	12,5	—	9,9
FAIL	1,7	—	6,7
FERREIRA	16,1	—	33,0
MAC. VOUGA	3,4	—	14,0
PARADA TODEIA (?)	8,9	5,9	7,6

(\*) A percentagem baixou devido à diminuição da abstenção, mas não houve perda de votos.  
(?) Idem para este caso, onde até se verificou subida de votos.

### RESULTADOS DAS ELEIÇÕES SUPLEMENTARES DE FREGUESIA JÁ REALIZADAS (\*)

	PCP/APU				PS				PPD				CDS				% ABST			
	AM	AF76	AF78	VAR	AM	AF76	AF78	VAR	AM	AF76	AF78	VAR	AM	AF76	AF78	VAR	AM	AF76	AF78	VAR
S. PEDRO FINS	64	74	106	+32 +43,2%	224	239	204	-35 -14,6%	293	364	—	—	87	—	—	—	28,0	28,0	60,5	+313 +116%
PENHASCOSO	12	—	118	+106 +883%	504	524	—	—	198	213	381	+168 +78,9%	—	—	—	—	35,4	35,3	56,0	+239 +56%
FANHÕES	340	332	549	+217 +65,4%	348	329	471	+142 +43,2%	209	229	131	-98 -42,8%	21	—	—	—	38,8	38,8	33,1	-116 -17,3%
RIO MEÃO	61	—	195	+134 +216%	704	733	592	-141 -19,1%	472	426	428	-2 +0,5%	444	529	541	+12 +2,3%	24,2	24,2	21,7	-69 -12%
ARCOS	5	—	12	+7 +140%	39	39	—	—	191	193	239	+46 +23,8%	171	177	163	-14 -7,9%	16,0	16,0	16,4	+2 +2,5%
FREIXIEL (*)	46	—	46	0	148	196	149	-47 -24%	141	149	251	+102 +68,5%	—	—	—	—	54,4	54,4	43,0	-87 -20%
FAIL	5	—	19	+14 +280%	90	89	109	+20 +22,5%	32	—	142	+110 +343,8%	141	178	—	—	40,7	40,7	43,0	+13 +6,4%
FERREIRA	26	—	67	+41 +158%	74	137	—	—	37	—	117	+80 +216%	17	—	—	—	64,4	64,4	55,1	-42 -14,4%
MAC. VOUGA	44	—	169	+125 +284%	364	373	—	—	314	314	238	-76 -24,2%	511	539	608	+69 +12,8%	42,9	43,0	46,1	+71 +7,4%
PARADA TODEIA *	50	33	46	+13 +39,4%	294	248	287	+39 +15,7%	69	—	—	—	71	—	—	—	24,7	24,7	18,1	-49 -26,7%
VILA COVA	40	—	78	+38 +95%	60	—	212	+152 +253,3%	453	513	498	-15 -3%	256	312	—	—	23,2	23,2	26,3	+36 +13,6%
AF78 - AF76																				
TOTAL COMPARÁVEL		439	701	+262 +59,7%		1834	1812	-22 -1,2%		2037	2166	+129 +6,3%		1245	1312	+67 +5,3%				
AF78 - AM76																				
TOTAL COMPARÁVEL	693		1405	+712 +102,7%		1868	2024	+156 +8,3%		1978	2425	+447 +22,6%		1126	1312	+186 +16,5%				
N.º DE FREGUESIAS CONCORRENTES		3	11	+8		10	7	-3		8*	9*	+1		5*	3*	-2				
N.º FREG. CONC. 1.ª VEZ			8				1				2				0					
N.º FREG. - DESISTÊNCIAS			0				4				1				2					
N.º PERDAS - AF78 - AM76			0				3				3				0					
N.º GANHOS AF78 - AM76			10				4				6				2					
AF78 - AF76																				
GANHOS				+262				+201				+318								+81
PERDAS				0				-223				-189								-14
												-14*								-14*

\* Em 1976 e 1979 concorreu num G. C. E. — PPD/CDS • 254 votos - 240 votos = -14 votos ou seja -5,5%.  
(\*) O estudo não inclui Valezim, onde só concorreu o PS.  
(\*) A perda de votos da direita é muito mais elevada, uma vez que o CDS não concorreu • -211 votos ou seja -29,8%.

### Evolução da votação da APU nas Câmaras Municipais onde realizaram eleições suplementares

Câmaras Municipais	PCP - APU			Ganhos/Perdas
	A.R.	C.M. 76	C.M. 78/9	
MIRANDELA	530	787	1.064	+277
	3,7%	7,6%	14,2%	+35,2%
ÉVORA	12.863	11.258	12.658	+1.400
	39,5%	41,5%	53%	+12,4%
BELMONTE	281	424	654	+230
	6,9%	16,1%	18,9%	+54,2%
VALENÇA	220	279	559	+280
	2,9%	5,0%	8,4%	+100,4%



Em Valença, não obstante a estrondosa subida da APU (+100,4%), continua a faltar na Câmara Municipal a voz dos defensores dos interesses populares

# IX Congresso do PCP/com Portugal pela Democracia

## Centenas e centenas de reuniões para a discussão do Projecto de Teses



O Projecto de Teses para o IX Congresso, documento publicado no penúltimo número do «Avante!» e também editado em folheto pela SIP, encontra-se à discussão em todo o Partido, praticamente desde o dia em que foi divulgado. As reuniões realizam-se já em centenas e centenas por todo o país. Os militantes, individualmente e sobretudo, colectivamente, estudam atentamente o texto e preparam emendas e alterações com vistas a melhorá-lo. Ao mesmo tempo, começam nas organizações a ser eleitos os delegados. O Partido, para além das múltiplas tarefas em que se empenha, está todo voltado para a preparação do IX Congresso. Tentamos nesta página, com base em informações recolhidas nas diversas organizações e sectores, dar uma imagem do que está a ser este imenso debate democrático no seio do Partido, com a noção clara, porém, de que só mais tarde será possível efectuar um balanço completo.

### Norte

Na Organização Regional do Norte há uma grande mobilização das camaradas para a discussão das Teses, estando já marcadas todas as Assembleias onde serão eleitos os delegados e escolhidos os convidados, em função dos respectivos efectivos. Embora já se tenham realizado algumas sessões plenárias, será nos próximos fins-de-semana que se efectuará a maior parte das Assembleias.

Antes mesmo de o órgão central do PCP ter divulgado o projecto de Teses, foi planificado o trabalho a desenvolver na preparação do IX Congresso. Foram marcadas centenas de reuniões, dezenas de sessões de esclarecimento, convocados comícios para a sua apresentação pública. Só na área da Comissão Distrital do Porto, que não integra o Comité Local do Porto, os comités dos Grandes Serviços e do Sector Intelectual, foram convocadas 120 reuniões.

Logo no dia seguinte ao da publicação das Teses iniciou-se a discussão com a realização de reuniões de quadros no Sector Intelectual, com 125 presenças, da Comissão Distrital do Porto, com cerca de 200. Realizaram-se ainda reuniões de quadros do Comité Local do Porto, do Comité Têxtil e de outros organismos. É de salientar ainda o facto de estarem a decorrer em numerosos organismos e células sessões de leitura e discussão colectivas.

Começaram já a ser eleitos delegados, nomeadamente no distrito de Bragança — em Mirandela, Vimioso, Miranda do Douro e Sabrosa; no distrito de Vila Real — em Vila Real, Murça-Mondim, Santa Marta de Penaguião, Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena, Valpaços; no distrito de Braga — Célula da Grundig, Comité dos Metalúrgicos, Pevidem e Riba d'Áve; no distrito do Porto — Melfre, Meda, TLP, CTT, EDP, SMAS, SMGE, CP, STCP, RN, TAP, Efanor, AZVEDO, Campanhã, Função Pública, Gráficos, Seguros, Via Rápida, Lousada e Santo Tirso; no distrito de Viana do Castelo — Ponte de Lima e Ponte da Barca.

Para divulgar a posição do PCP face aos problemas nacionais e internacionais, assim

como as suas soluções e propostas para a defesa do regime democrático e da Constituição, vão realizar-se sessões públicas e comícios. Ainda na passada sexta-feira, 150 pessoas participaram numa sessão que decorreu nas instalações da «Flor da Infância», em São Mamede.

Entretanto começaram a ser recebidas as primeiras emendas ao projecto das Teses. Como se vê, a preparação do IX Congresso está no centro da vida política



As reuniões já começaram em Sobral de Monte Agraço

do Partido nas suas organizações dos cinco distritos a Norte do rio Douro, o que irá ter influência positiva no documento a ser discutido pelos delegados, assim como irá contribuir para uma mais ampla e aprofundada compreensão da orientação do Partido e para o reforço da sua coesão política e ideológica.

### Beiras

Também nas Beiras já muitas reuniões se realizaram. No distrito de Aveiro, cerca de três centenas e meia de camaradas participaram em oito plenários, tendo-se realizado 48 reuniões de organismos e células que tiveram aproximadamente o mesmo número de presenças.

Em Coimbra, em 21 reuniões que houve no distrito, mais de duzentos camaradas discutiram o projecto de Teses a apresentar ao IX Congresso. Reuniões que decorreram com grande entusiasmo e nas quais foram apresentadas propostas de emendas e alterações.

Dezenas de camaradas participam, entretanto, nas doze reuniões que se realizaram no distrito da Guarda, enquanto que no de Castelo Branco mais de duas centenas e meia de membros

de reuniões, discutindo as Teses, para melhorá-las, propondo alterações e emendas em 21 reuniões já efectuadas. Em Viseu houve um Plenário com os camaradas do Carregal do Sal.

### Santarém

Em Santarém (DORSA), a organização, ocupada também com a preparação do Congresso, programou 237 reuniões, algumas das quais neste momento já se realizaram, enquanto que já se entrou na propagação da reunião do órgão máximo do Partido Comunista Português, colando cartazes e colocando faixas, ao mesmo tempo que se registam, nas reuniões havidas, as propostas de emendas ao projecto das Teses.

### Leiria

Na região da DORLEI, com informações ainda parciais, podemos adiantar que tiveram lugar mais de trinta reuniões com o objectivo de discutir as Teses, registrando-se mais de quatrocentas e vinte presenças.



As reuniões já começaram em Sobral de Monte Agraço

### Lisboa

No distrito de Lisboa, como anunciámos, havia mais de setecentas reuniões programadas. Quantas haverá neste momento? É impossível dizê-lo, até que as contas estejam totalmente feitas. E talvez só durante o próprio Congresso se possa vir a ter uma ideia mais concreta dos números — tanto no que diz respeito a sessões de trabalho como no que toca aos militantes que nelas participaram. A tônica fundamental, porém, pode desde já ser anunciada. É o grande interesse manifestado pelos membros do Partido, em todos os sectores, em todas as regiões, pela discussão de um documento que define a política dos comunistas, alargando as perspectivas de trabalho na luta pelo futuro.

Desde o final de Abril que, nos vários sectores e concelhos, muitas e muitas dezenas de reuniões se realizaram na região da DORL. Militantes operários ou empregados, camponeses ou pequenos empresários, mulheres, jovens e reformados, tomaram a palavra para, colectivamente, apreciarem o projecto

de delegados; dia 20, no Carregal do Sal, Nelas e Mangualde.

### Distrito de Lisboa

**Dia 10 — Comité Local de Lisboa** — Reuniões na Tabaqueira, Sociedade Nacional de Sabões, Lourilleux, Sanitas, Células do Sector da Baixa, Célula do Sector Ocidental, Sector 2 da 2.ª Zona, F.I.L. Carlar, Sidul, Regina e São Francisco Xavier. **Sector dos Transportes** — Autocooop, Motoristas, Sopotata, Metro, CP (S.ª Apolónia, Campolide). **Sector Público** — Núcleo das CTS EDP, células da SNTC/SINTEL, do IARN e SEAP. **Oeiras** — Linda-a-Pastora, Outelera e Creches, Zona Industrial de Queluz de Baixo. **Vila Franca** — Células dos Moínhos, da OGMA, da Atral-Cipan, do Lugar do Quintanilha. **Sintra** — Empresas de Queluz. **Amadora** — Célula da Pereira e Brito.

**Dia 11 — Comité Local de Lisboa** — Assembleias das Células de Campo Grande, da Profabril, plenário da Pão de Açúcar, Rank Xerox, plenário do Sector Electrónico, Mercado do Povo, Hotel Tivoli e Hotel Sheraton, Santiago (1.ª Zona) e Anjos; **Lisnave-Rocha**. **Sector Intelectual** — Plenários do Ensino Primário e do Ensino Superior. **Sector de Transportes** — Autocooop (motoristas). **Sector Público** — Célula do Sindicato dos Telefonistas; plenário da Marconi, núcleo Lisboa 3 e Transportes mecânicos dos CTT, núcleo da linha Estoril CTT e núcleo Lisboa 1. **EPA, RAP e Lisboa 4** dos CTT. **Loures** — Copam, Dyrup e Processa. **Arruda dos Vinhos** — Plenário Concelho. **Oeiras** — Fidelis, Sallês Caldeira, Almeida e Silva, Galinhas e Vaz, Almeida

que o Comité Central apresentou: muitas propostas de emendas e alterações saíram da discussão fraternal.

No vasto programa do Comité Local de Lisboa, muitas reuniões já foram cumpridas. Os organismos de direcção de cada zona ou sector foram, em princípio, os primeiros a debater as teses, ao mesmo tempo que definiam as orientações da mesma discussão a propor nos organismos cuja responsabilidade lhes pertence. No final de Abril já se encontravam formadas comissões a nível do CLL e de algumas das suas organizações (3.ª Zona, 7.ª Zona, Bancários, Comércio e Hotelaria), encontrando-se em formação as restantes, para orientar e dinamizar o trabalho preparatório do IX Congresso.

Por exemplo, na 1.ª Zona do CLL, a Comissão de Freguesia e a respectiva Célula da Freguesia da Graça já reuniram. O Organismo de Direcção da Zona também, no dia 4 de Maio, assim como vários outros Sectores. Na 2.ª Zona o respectivo organismo de direcção, depois de discutir as Teses, preparou o trabalho das reuniões posteriores que, desde o primeiro dia de Maio tiveram lugar: as Freguesias de Belém e São Francisco, que viriam a continuar a discussão em outras sessões, reuniram, respectivamente, com 33 e 25 participantes; no dia 4, mais de meia centena de camaradas de Secretariados de Células de empresa e Comissões de Freguesia discutiram também o documento fundamental do Congresso e prepararam as reuniões que se seguirão. Cerca de 120 militantes participaram na Assembleia de Alcântara e Prazeres. Dois núcleos de Alcântara, a Célula da Progresso Mecânica e a Célula de Belém e S. Francisco Xavier, reuniram no dia 8. No dia seguinte, houve reuniões de Mulheres, Lisnave-Rocha, mais dois núcleos de Alcântara e novamente a Célula da Progresso Mecânica.

No Sector dos Transportes, o vasto programa a cumprir conta já com várias reuniões realizadas na Autocooop; na Marinha Mercante, no Metro, na Rodoviária Nacional, na TAP, nos Táxis, na CP.

O Executivo do Organismo de Direcção do Sector Público, por seu lado, iniciou os trabalhos preparatórios com uma reunião no passado dia 30 de Abril, seguindo-se, no dia 2 de Maio, as reuniões do Organismo de Direcção do Município de Lisboa, do Organismo de Apoio Controlador Financeiro, dos Secretariados das Células do Sector de Comunicações — CTT, TLP, Marconi; no dia 3, comissão de apoio ao Aparalho de Estado S. Público e Secretariado da Célula da EPAL; dia 4, organismo de direcção da Função Pública, Secretariado de Célula da EDP e núcleos Norte TLP e Afonso Costa TLP; dia 5 foi a vez do organismo de direcção do Sector Público, no seu conjunto, levar a efeito uma reunião; no dia 7 reuniram o Secretariado de Célula da EPUL, o núcleo de Sacavém EDP, os Secretariados

intermédios do Município de Lisboa e a Célula da AR; no dia 8 reuniram os núcleos Barbadinhos, EPAL, dispersos e sede EPAL, Olivais EPAL, Praça D. Luís e Direcções CTT, Póvoa, Sacavém e Alverca dos TLP, a Célula da EPUL, os núcleos do Carregado EDP e Saldanha e Infante Santo EDP e, ainda, o organismo de formação ideológica e as Células IARN e SEAP.

O Sector Intelectual do DORL começou os seus trabalhos com uma reunião, no dia 28 de Abril, do seu Organismo de Direcção. Seguiram-se, sempre com grande participação, reuniões de organismo de direcção dos diversos sectores e, depois, das respectivas células: Artes e Letras, Advogados, Ensino, Saúde. Particular interesse despertaram nas reuniões os 1.º e 7.º pontos do projecto das Teses que abordam respectivamente a Situação Internacional e o Partido.

Em Loures, entretanto, a discussão começou no dia 3 do corrente com uma reunião da Comissão Concelhia alargada. No dia seguinte reuniu a Célula da Joaquim Francisco dos Santos; no dia 8 a Célula da Fábrica de Loíça; no dia 9, a da Tréfilaria.

Arruda dos Vinhos reuniu já a Comissão Concelhia alargada para discutir as Teses. Concelho de Oeiras: no dia 3, na Freguesia de Carnaxide, reuniram Algés, Habitat e Fasso; dia 4, as Células Fermentos Holandeses e Lusaltel, além de Carnaxide, Cirel, Socinca, Schinde e Sherder; dia 5, a Comissão de Freguesia; dia 9, ainda na Freguesia de Carnaxide, reuniram as Células da Tofa, Philips e Triunfo, além de Linda-a-Velha e Coporel. Na Freguesia de Oeiras, houve reunião de delegados, no Centro de Trabalho, para eleição de delegados; realizaram-se também plenários para discussão das Teses no dia 2, com a Comissão de Freguesia, dia 4 com as células da Figueirinha, da Medrosa e de Porto Salvo; no dia anterior reuniram as células da CMO e da Função de Oeiras. Na Barcarena, no passado dia 9,



Professores de Lisboa debatem as Teses

reunião da Zona Industrial de Queluz de Baixo, na colectividade «Os Fixes». Em Paço d'Arcos, nos dias 2, 4 e 5, reuniram, respectivamente, a Comissão de Freguesia, a Zona Industrial e, ainda, Paço d'Arcos e Caxias.

**Concelho de Mafra:** a discussão das Teses começou no dia 4 de Maio, com a reunião da Euromecânica e da Malveira, seguindo-se no dia 6, Santo Isidoro, no dia 7, Livramento e, no dia 8, a Comissão Concelhia.

Vila Franca de Xira: dia 28 de Abril, começaram os trabalhos com a reunião da Comissão de Freguesia da Póvoa; dia 2 de Maio, Células da Otis, Henkel, Somapre e Coopmar, Comissão de Freguesia de Vialonga e Célula da Soda Póvoa; dia 3, Comité Local de A-dos-Bispos, Célula da Presmalte, Célula da Quimigal e Comité Local das Areias; dia 4, Organismo de Mulheres, Células da Cerâmica, Sincoral, Somoque, Somoque, Intento, Construções Técnicas e Asea e Comité Local BFFH; dia 5, Células da Presidente e da Central-Cer, Organismos de Mulheres, das Comissões de Moradores, Comité Local do Brejo e Dispersos e Comité Local de Arcena; dia 7, lugar da Granja e Célula da Central-Cer; dia 8, Células da ICESA, da Arqibay, Organismo de Mulheres de Vialonga e Lugar de Mogos; dia 9, Células da Van-Leer, da Tudor e da EcriL, Lugar de Alprate e organismos das colectividades e autarquias de Alverca.

Concelho de Sintra: na semana de 30 de Abril a 4 de Maio, as Teses são discutidas nos organismos dirigentes das freguesias e células que marcarão reuniões extraordinárias. Posteriormente realizam-se assembleias de militantes para a discussão e para a eleição dos delegados.

Cascais: entre outras organizações, tiveram já lugar reuniões do Montepio, da Freguesia da Parede, Alcabidexe, Carcavels e Célula da Standard Eléctrica. Finalmente, na Amadora, conhecem-se já algumas das

reuniões que se verificaram: o Plenário alargado do Organismo de Direcção, a primeira discussão do Sorefame, as reuniões dos organismos do Bairro da Mina, do Bairro do Bosque, do Laboratório e da Bertrand.

### Setúbal

Em Almada, na reunião do Sector da Construção Civil que se realizou no passado dia 28 de Abril, registaram-se cerca de vinte intervenções que abordaram no fundamental a crise do sector e apontaram soluções a ser consideradas. Dois dias depois reuniu a Comissão Concelhia, alargada a quadros dos organismos de direcção do concelho, para um primeiro debate sobre as Teses.

No Barreiro já se registaram também reuniões para a preparação do Congresso, no que toca à discussão das Teses, pois que há já algum tempo que os militantes comunistas daquele concelho, onde precisamente vai ter lugar o IX Congresso do Partido, se mobilizam para as muitas tarefas que há a desenvolver. Núcleos da Quimigal, núcleos da CP, Célula da Fisiopre, Secretariados de Células, membros das Células das Autarquias, Células de Bairros e de Freguesias, já reuniram e contribuirão para o IX Congresso com as suas propostas de alteração e a eleição de delegados.

No concelho de Sesimbra realizou-se no passado domingo, um plenário de militantes da organização da Quinta do Conde em que participaram mais de metade dos membros do Partido daquela organização local. Durante o Plenário, que decorreu com grande interesse manifestado pelos camaradas, foi eleito o delegado respectivo e distribuídos os cartões aos 14 convidados. Foram também abordados os diversos aspectos do apoio que a organização deve prestar durante o Congresso para que seja possível garantir uma maior eficiência do mesmo. No

concelho de Sesimbra realizou-se, no passado domingo, um plenário de militantes da organização da Quinta do Conde em que participaram mais de metade dos membros do Partido daquela organização local. Durante o Plenário, que decorreu com grande interesse manifestado pelos camaradas, foi eleito o delegado respectivo e distribuídos os cartões aos 14 convidados. Foram também abordados os diversos aspectos do apoio que a organização deve prestar durante o Congresso para que seja possível garantir uma maior eficiência do mesmo. No

concelho de Sesimbra, entretanto, realizaram-se ainda plenários das Cooperativas de Pesca e Pescadores, de Colectividades, Cooperativas de Consumo, Comerciantes e Indústria Hoteleira, das Autarquias, dos Técnicos e dos Professores.

Na Baixa da Banheira realizaram-se duas reuniões ampliadas de camaradas dos organismos dirigentes das três freguesias do concelho da Moita — Alhos Vedros, Baixa da Banheira e Moita — tendo participado cerca de 30 camaradas que manifestaram grande interesse na discussão, tendo sido propostas algumas sugestões de emendas e tendo sido, no final, aprovado o projecto das Teses, por unanimidade.

Finalmente, do distrito de Setúbal, no passado dia 2, reuniu a Comissão Concelhia, realizando-se, nos dias seguintes, reuniões de Células e de organizações locais: Lourenço, Portucel, São Lourenço, São Simão, Praias-Sado, IMA, São Julião, Anunciada, Frisado, Rodoviária, Ensino, Setenave.

### Alentejo

No Alentejo as Teses começam a ser discutidas. No distrito de Portalegre, mais de mil camaradas, precisamente 1150 militantes do Partido, participaram em 7 reuniões para o efeito. No distrito de Évora realizaram-se já 9 reuniões, da meia centena que se preparou. No distrito de Beja tiveram lugar reuniões nos concelhos de Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Moura, Mértola, Cuba, Alvíto, Vidigueira, Castro Verde, Odemira, Beja e Serpa.

### Algarve

Por fim, no Algarve, realizaram-se reuniões para discussão das Teses em Portimão, Silves, Olhão, Tavira, Faro e Loulé. No concelho de Faro já participaram nas discussões vários Organismos, num total de 16 reuniões.

## Agenda das reuniões para discussão das Teses

Entre as centenas de reuniões que, nos próximos dias, estão marcadas para discussão das Teses, algumas das quais serão também eleitos delegados para o Congresso, conseguimos obter as datas de algumas.

### No Norte

**Dia 11 — Distrito do Porto** — Paços de Ferreira, Póvoa do Varzim e Oliveira do Douro; Quadros Técnicos do Porto; Organizações de Freguesia de Lordelo e Santo Ildefonso; Sector de Serviços de Braga; Zona Sul do Concelho de Viana do Castelo.

**Dia 12 — Porto** — Concelhos e Freguesias de Amarante, Fanzozes, Rio Tinto, Águas Santas, Loça da Palmeira, Perafita e Santa Cruz do Bispo, S.Mamede, Senhora da Hora, Paredes, Santo Tirso, Campo, Ermesinde, Vila do Conde, Mataduro, Santa Marinha e São Félix. **Sectores e Empresas** — EFACEC, SEPSA, MDF/EFI, SONAFI, Alumínia, Oliveira e Ferreirinha, FACAR, Empresas Têxteis de Gaia, Sector Químico, Ensino Secundário, Sector Sindical. **Cidade do Porto** — Bonfim, Campanhã, Cedofeita, Construção Civil, Massarelos, Paranhos, Covelo, Previdência e Escritórios, Ramalado e Miragiba. **Braga** — Freguesias Urbanas, Freguesias Suburbanas, Comité Local, Creixomil, Cabecinhas e Celorico, Amares e Terras de Bouro, Pousada de Saramagos e Famalicão. **Bragança e Vila Real** — Vila Flor e Carrazeda. **Viana do Castelo** — Zona Norte do concelho de Viana do Castelo, células de empresas e serviços do concelho, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Caminha, Monção e Melgaço.

**Dia 13 — Porto** — Concelhos e Freguesias de Baião, Felgueiras, São Pedro da Cova, Santo Tirso

e Grijó. **Sectores e Empresas** — UTIC, Sector Têxtil, Sector Sindical. **Braga** — Moreira, Coelma, Fafe. **Bragança e Vila Real** — Régua e Mesão Frio, Alijó, Chaves, Montalegre e Boitacas, Freixo de Espada à Cinta, Alfândega da Fé, Mogadouro e Torre de Moncorvo, Macedo de Cavaleiros, Bragança e Vinhais. **Viana do Castelo** — Valença.

**Dia 14 — Porto** — Ensino Primário.

**Dia 15 — Porto** — Sector dos Médicos e Órgãos de Informação.

**Dia 17** — Sectores Auxiliares e Administrativos (Saúde), Colectividades e Associações de Amizade.

**Dia 18** — Sector dos Paramédicos e Enfermagem.

### Beiras

**Aveiro** — Encontram-se marcadas mais de 50 reuniões durante a próxima semana, além de sessões abertas em Aveiro, S. João da Madeira e Paramos. **Coimbra** — Mais de uma centena de reuniões marcadas até ao final. **Guarda** — dezenas de reuniões, incluindo assembleias para a eleição de delegados. **Castelo Branco** — Mais 75 reuniões. **Viseu** — No dia 10, em Tondela e Moimenta da Beira; dia 12, Mortágua, Rezende e Viseu; dia 13, no Caramulo e em S. João da Pesqueira; dia 14, Castro Daire; dia 15, Mangualde; dia 18, Lamego; dia 19 em Santa Comba, Mortágua e Tondela, para eleição

Mecânica, Frecar, Ignis, Turbomar, Tecnizar, Sumolis, Nacional Radio, Junex, Atlas, Pujol, Edol, Kodak (em Algés); Cruz Quebrada, ISEF e Estádio Nacional (na Cruz Quebrada); Freguesia de Oeiras; **Tercena**. **Mafra** — Ericeira, Mafrense e pequenas empresas. **Vila Franca** — Lugar da Verdinha, Comissão de Bar e Comité Local da Vila Franca. **Sintra** — Organização local de Queluz, empresas do Cacém, empresas e organização local do Algueirão-Cascais — Freguesia de Cascais e plenário na Sociedade Abóboda de Outeiro de Polima, Trajouce, Abóbada, Mato Cheirinhos e Talaide; assembleia em São Domingos de Rana; reunião da Standart Electric ITT. **Amadora** — Reformados e Bairro Janeiro.

**Dia 12 — Comité Local** — reunião da Snydes, dos supermercados, do Hotel Ritz, funcionários do Sindicato de Hotelaria, plenário de pastelarias, Bonjardim, Mexicana; reuniões em Alcântara, Belém, S. Francisco Xavier e Eugénio Severino. **Sector de Transportes** — reunião dos Táxis e Revisores da CP. **Loures** — Lever, Fima e Iglo. **Oeiras** — reunião de Queijas e da Tomearia de Metais. **Mafra** — Igreja Nova e Cheiros. **Sector Intelectual** — Comité Local do Bom Sucesso e organismo das Cooperativas; célula da Mague; plenário de organização de Castanheira, Calhandriz e Sobralinho; Bairro do Porte da Casa e Célula da Central-Cer. **Sintra** — Cacém, assembleia em M. Sintra-Aguaiva, em São Pedro, Santa Maria e São Martinho de Montelavar; freguesias rurais de Almargem, Terrugem e São João. **Cascais** — reúnem freguesias de Cascais, Estoril e Alcabideche; plenários das empresas e de Tires; S. Domingos,

Rana, Zambujal e Bairro da Mina; Freguesias de Cascais, Estoril e Parede. **Amadora** — reuniões da Cometa e do Bairro da Falagueira, da Cel-Cat e do Bairro Ventoura.

**Dia 13 — Comité Local** — Assembleias para eleição: F.I.L. Carlar, Sidul e Regina. **Sector de Monte Agraço** — plenário em Martim Afonso. **Cascais** — reunião de Carcavels, na Sociedade Musical, e da Célula da CEP. **Amadora** — Trabalhadores das autarquias.

**Dia 14 — Comité Local** — Plenário de Informática; Sector 5 da 1.ª Zona; eleição nos Prazeres, com CTS e delegados sindicais. **Sector dos Transportes** — núcleos de Santo Amaro, CNN, Econova, Sacor Marítima, Pilotos; plenário da TAP. **Sector Público** — plenários do MHP, MAP e Comunicação Social. **MAP** — Venda do Pinheiro. **Vila Franca** — Células da Soda Póvoa, Presmalte, Cerâmica, Sincoral, Somoce e Somoque; organismos das autarquias, Comissões de moradores, creche, colectividades e Reformados; bairro de Vialonga. **Sector Intelectual** — Artes e Letras e Advogados.

**Dia 15 — Comité Local** — reunião da célula Dialpad; 2 núcleos de Alcântara, OGME, Cordoaria, Santana, Repeicando e Bengala (2.ª Zona). **Sector dos Transportes** — núcleos de Cais e administrativos; plenários da CNU, CP/Rosico; Secretariado de Célula da RN. **Sector Público** — Plenário da EPAL e Célula da EPUL. **Mafra** — Gradil. **Vila Franca** — Células da Eurofil, Icesa, Van-Leer e Moínhos; bairros de Bolonhã, Bragadas e Quintais; plenário de Vialonga.

**Dia 16 — Comité Local** — 1.ª Zona, Socorro, 2.ª Zona, núcleos de Alcântara, eleições na Aliança, J.B. Cardoso e Progresso Mecânico, reuniões na Arliquido, A.Pessoa, Domingos e Figueiredo, B.M. Herdeiros. **Sector Intelectual** — plenário do Sector da Saúde; reunião das células dos engenheiros, dos arquitetos e técnicos. **Sector dos Transportes** — Plenário do Organismo das Pequenas Empresas; reunião da linha Cascais, CP. **Sector Público** — plenário da EDP. **Vila Franca** — reunião do organismo das Mulheres e dos PMCI's e plenário da organização de Cachoeiras. **Sintra** — assembleia do Cacém. **Amadora** — Assembleia da Buraca.

**Dia 16 — Comité Local** — 1.ª Zona, Socorro, 2.ª Zona, núcleos de Alcântara, eleições na Aliança, J.B. Cardoso e Progresso Mecânico, reuniões na Arliquido, A.Pessoa, Domingos e Figueiredo, B.M. Herdeiros. **Sector Intelectual** — plenário do Sector da Saúde; reunião das células dos engenheiros, dos arquitetos e técnicos. **Sector dos Transportes** — Plenário do Organismo das Pequenas Empresas; reunião da linha Cascais, CP. **Sector Público** — plenário da EDP. **Vila Franca** — reunião do organismo das Mulheres e dos PMCI's e plenário da organização de Cachoeiras. **Sintra** — assembleia do Cacém. **Amadora** — Assembleia da Buraca.

### Distrito de Setúbal

No concelho de Sesimbra: dia 11, reunião de Mulheres e da Comissão do Centro de Trabalho; dia 12, reunião da Freguesia do Castelo; dia 14, Informação e Propaganda e militantes não organizados. **Concelho de Alcácer do Sal:** dia 11, reuniões no Centro de Trabalho do Torrão e no Centro de Trabalho de Casebres; dia 12, em Vale do Guizo e no Centro de Trabalho de Rio de Moínhos; dia 14, no Barrancão. **Santiago do Cacém:** dia 11, no cinema de Alvalade-Sado; dia 12, no Cercal e em São Francisco da Serra; dia 13, no Salão de convívio do Arealão. **Abelha, Almada:** dia 10, no Centro de Trabalho de Almada, plenário de Parry e Son, da CPP e da SRN; dia 12, Freguesia da Caparica e, na Romeira, assembleia da Célula do

Arsenal do Alfeite; no mesmo dia, reúne em plenário a Freguesia de Almada, no Centro de Trabalho. **Setúbal:** dia 10, Setenave (sectorial), EDP e Construção Civil (sectorial); dia 11, Secil e Serviços; dia 12, São Sebastião, Entreposto, Sapeç, Autarquias, Federação dos Municípios, Trabalhadores da Câmara, Médias Empresas e Freguesia de Santa Maria; dia 15, Pequenas Empresas, Barreiro; dia 11, Quimigal (azotatos, PIP, PQ e Serviços), Rompor, Tinco, Equimetal, Palhais, Freguesia de Santo André, OPME Metalúrgicas; dia 12, Quimigal (D.Traf.), Assembleia da Célula da CP, Assembleia do Sector do OICP's, OPME Alimentar e Têxtil, Cortiças e Cerâmica; dia 15, Quimigal (conservação).

### Alentejo

**Distrito de Portalegre** concelho de Sousel: dia 11, em Cano; dia 12 em Santo Amaro; dia 13 na Casa Branca e em Almodôvar; dia 14 em Sousel.

**Distrito de Évora** — Alandroal — dia 11, Ferreira, dia 12 em Nossa Senhora da Conceição e S. Pedro, Borba — dia 10, Comissão de Fundos, Comissão de Centro, Informação e Propaganda; dia 12, Comissão Concelhia e Ourada; dia 13, Rio de Moínhos e Alcaraviche; dia 14, Reformados, Pedreiras; dia 15, Mulheres; dia 16, pequenos agricultores. Estremoz — dia 10, São Domingos; dia 11, Arcos. Évora — dia 10, S. Sebastião da Gioesteira; dia 11, Torre dos Coelhoiros, Boa Fé e Sector de Serviços; dia 12, Valongo e Bairos; dia 14, Nossa Senhora de Machede; dia 15, São Miguel de Machede, Graça do Divor

e Guadalupe, Mora — dia 12, Mora; dia 16, Brotas, Portel — dia 10, Monte Trigo; dia 11, Ouriola; dia 12, Amieira; dia 15, Portel; dia 16, Alqueva, Redondo — dia 11, Montolito; dia 13, Santa Suzana e Redondo. **Viana do Alentejo** — dia 14, Aguiar, Vila Viçosa — dia 12, Bencatel e Vila Viçosa.

**Distrito de Beja**, Aljustrel — dia 10, Messejana; dia 11, Campo da Mina, Ferreira — dia 11, Moura — dia 10, Mértola — dia 12, São Domingos; dia 13, Mértola, Cuba — dia 10, Cuba; dia 11, V. Alva. Alvíto — dia 14, V.N. Parodia. Vidigueira — dia 11, Salares, Castro Verde — dia 14, São Marcos; dia 15, Santana de Parodia, Odemira — dia 12, S. Teotónio e S. Luís, Serpa — dia 10, Aldeia Nova e Serpa; dia 15, Brinches.

### Algarve

**Concelho de Faro** — Dia 10, reuniões com escritórios e caixeiros, professores, Caixa de Previdência, motoristas e transportes, Mulheres, Bancários, Construção Civil, Flabbe e Sevissul e Bordadeira; dia 12, célula da Torres Pinto, Petrogal; dia 13, freguesia da Conceição; dia 14, Função Pública e Saúde e SIP; dia 16 pequenos e médios agricultores.

No concelho de Lagos estão marcadas 9 reuniões; em Portimão, 9; em Lagoa, uma; em Vila do Bispo uma; em Aljezur, uma; em Monchique, 4; em Vila Real de Santo António, 16; Castro Marim, 2; Alcoutim, 2; Olhão, 15; Tavira, 3; São Brás, uma; Albufeira, uma e Loulé duas. Em Faro, o total de reuniões marcadas eleva-se a mais de meia centena.

# IX Congresso do PCP/com Portugal pela Democracia

## O interesse despertado pelas Teses teve expressão significativa nas vendas do «Avante!» de 26 de Abril



É um facto inegável: a preparação do IX Congresso está na ordem do dia em todas as organizações do nosso Partido. Passo decisivo neste trabalho preparatório é sem dúvida, a leitura, a análise crítica, o estudo e o debate das Teses apresentadas a todos os militantes pelo Comité Central. Entretanto o interesse que de imediato se verificou nas organizações pelas Teses do Congresso teve expressão na tiragem do «Avante!» de 26 de Abril passado (edição que publicou na íntegra aqueles textos), a qual ultrapassou os 120 mil exemplares! Na verdade, o órgão central do PCP conheceu na última semana de Abril uma procura muito maior tanto no país como no estrangeiro, onde aliás se registou um aumento de cerca de 20 por cento na distribuição do «Avante!», em particular nas comunidades de emigrantes portugueses.

A nível distrital foram significativos os aumentos registados em todo o país, podendo-se destacar, nomeadamente, Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Nestes dois últimos distritos, a distribuição do «Avante!» mais do que triplicou. Em Braga, Castelo Branco e Coimbra foi mais de 200 por cento. Na Guarda duplicou. No Porto e em Viana do Castelo quase duplicou.

cento), Paço d'Arcos, Sobral de M. Agraço, Algueirão, Belas, Cacém, Rio de Mouro, Sintra, Torres Vedras, Alhandra, Alverca, Vila Franca, Mague e OGMA.

### O «Avante!» das Teses também chegou às «zonas difíceis»!

Muitos mais organismos e regiões haveria aqui que citar, pois a distribuição das Teses através do «Avante!» teve uma dimensão verdadeiramente nacional. No entanto, um importante aspecto sobressai no conjunto da venda e penetração do nosso jornal do dia 26 de Abril: o entusiasmo e o interesse que se manifestaram nas zonas onde a acção reaccionária se faz sentir como é o caso de regiões dos distritos de Braga, Aveiro, Coimbra e Leiria.

### Braga

As organizações pediram mais exemplares e a Comissão Distrital tomou também a iniciativa de levar as Teses a toda a nossa região. As Teses já chegaram a locais onde é muito difícil a organização do Partido, designadamente Terras de Bouro e Cabeceiras de Basto. De salientar também a venda militante do nosso «Avante!» de 26 de Abril em várias fábricas, particularmente na



Grundig. Muitos camaradas e amigos acorreram ao CT para comprar o jornal.

### Aveiro

Os exemplares do «Avante!» esgotaram muito depressa nos diversos concelhos, tendo-se efectuado antes da chegada dos jornais um estudo sobre as possibilidades de venda em cada Comissão Concelhia. Entretanto, foi nota saliente do trabalho dos militantes do Partido a venda do «Avante!» nas ruas (como aconteceu em Aveiro, Espinho e Ovar, entre outras) e o esforço desenvolvido por diversas células que, para o efeito, organizaram bancas.

### Coimbra

Foram muitos os camaradas e amigos do Partido que por

iniciativa individual se dirigiram aos Centros de Trabalho para comprar o «Avante!», o qual foi também muito procurado nas ruas e à saída das fábricas e mercados, onde se instalaram bancas. A primeira remessa esgotou.

### Leiria

De acordo com as diferentes organizações, encomendamos mais exemplares do «Avante!» do que é habitual. Registou-se venda intensiva nas ruas de algumas cidades e vilas, tendo também sido muito procurado nos locais de trabalho. Em muitas das localidades o «Avante!» esgotou rapidamente. Assinala-se, por exemplo, o enorme entusiasmo que rodeou a venda do órgão central do Partido em Alcobaça.

## Seis ideias para a discussão das Teses



1. Como tem sido sublinhado já no «Avante!», no «O Militante» e através dos canais de organização do Partido, a discussão das Teses para o IX Congresso em todos os sectores e por todos os militantes constitui um elemento essencial para o êxito e resultados da mais importante reunião do PCP.

As Teses são:

- a caracterização da situação política portuguesa e internacional actual à luz dos princípios do marxismo-leninismo e da experiência do nosso Partido, do povo português e do movimento comunista e operário;
- o balanço da actividade do PCP nestes últimos três anos, o estudo do seu desenvolvimento, da resposta dada aos problemas entretanto surgidos e deontados;
- o traçar das perspectivas de acção para o futuro na base do trabalho realizado, da definição das grandes linhas que caracterizam a situação portuguesa e dos interesses dos trabalhadores e do povo português.

É claro que, numa situação complexa e multifacetada como é a portuguesa, só a contribuição de todos os militantes poderá garantir que as Teses correspondam àqueles objectivos, assegurando-se assim a eficácia do Congresso.

Note-se porém que a contribuição de todos os militantes tem de se efectuar em dois grandes sentidos que, passando os dois embora pelo estudo dos textos levados na passada semana a toda a organização, requerem esforço e atenção:

- nesta primeira fase, antes do Congresso há que estudar atentamente as Teses com vista ao seu enriquecimento, à correcção de aspectos que necessitem ser mais aprofundados ou aperfeiçoados, contribuir — em suma — para que elas sejam o mais rigorosas e completas possível, sem perder de vista o carácter sintético e conciso que as torne operativas;
- terminado o Congresso, numa segunda fase — mas que afinal começa desde já — há que prosseguir esse estudo com vista a uma compreensão o mais vasta possível da orientação de forma a assegurar a capacidade de resposta e a unidade de pensamento e acção do Partido da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

2. Nesta primeira fase da discussão em que nos encontramos e face ao texto das Teses proposto pelo Comité Central muitos camaradas têm concluído face a uma primeira leitura: «Está cá tudo dito, não há nada a alterar!».

Se nesta conclusão há coisas correctas, há também coisas que o são menos!

É claro que o texto proposto pelo CC abrange o essencial dos problemas em debate e corresponde ao essencial dos pontos de vista e das conclusões da grande massa de militantes do Partido. Não poderia deixar de ser assim dado que os canais da democracia interna do nosso Partido não funcionam exclusivamente por altura dos Congressos, são uma realidade constante da actividade do PCP. O Comité Central e os outros organismos de direcção do Partido desenvolvem a sua actividade na base de um rico trabalho político constante de todas as organizações e as sínteses que constituem a orientação do Partido assentam na realidade estudada e criada permanentemente por todos os militantes e organizações.

Ao longo destes três anos e para além da actividade regular de células e outros colectivos, o PCP realizou dezenas de encontros específicos dedicados a problemas específicos mas de interesse geral que foram debatidos e estudados por amplas assembleias que produziram não só análises aprofundadas de grande valor como também conclusões e propostas concretas viradas para o trabalho e a acção.

Nestas circunstâncias, é de todo natural que, desde início, os comunistas encontrem as suas opiniões reflectidas no projecto de Teses em discussão e que, por outro lado, ele abranja no essencial a grande diversidade de questões que hoje se nos colocam.

Mas, apesar disto, seria de todo em todo impossível que as Teses surgissem logo todas acabadas, sem nada a pôr ou a tirar, a formular de forma mais correcta ou exacta. Na medida em que se trata exactamente de um documento de síntese de uma realidade vasta e complexa, há que ser o mais rigoroso possível nas formulações e caracterizações, há que dedicar uma atenção muito especial à relação e importância relativa das conclusões formuladas.

Tudo isto só será possível se, após o trabalho de síntese já realizado pelo Comité Central, todo o Partido efectuar uma análise de forma a que o Congresso esteja em condições de realizar a síntese definitiva, nestas circunstâncias com condições para ser o mais completa e rigorosa possível.

3. Como fazer este debate, por onde começar? É evidente que, no curto espaço de que dispomos para o efectuar, se não estruturarmos e organizarmos o nosso trabalho, será manifestamente impossível corresponder às necessidades.

Podé dizer-se que a estruturação do nosso trabalho neste caso se deve fazer essencialmente em dois campos: o da leitura e estudo propriamente ditos e o da organização prática das reuniões, assembleias, encontros, etc.

No que se refere ao estudo (e isto tanto é verdade para o trabalho individual de cada camarada, como para os trabalhos em colectivo), torna-se claro que é necessário começar por fazer aquilo que em termos parlamentares se chamaria uma apreciação na generalidade e depois uma apreciação na especialidade!

Ou seja: as Teses têm evidentemente uma unidade e abrangem o todo que é a política e a orientação do PCP. Essa unidade resulta contudo da fusão, da inter-relação de análises sectoriais, do estudo de situações e problemas específicos que proporcionam então uma visão de conjunto. Um primeiro estudo tem assim de ser feito a todo o texto com vista a compreender as grandes linhas, os aspectos essenciais.

Numa segunda fase, cada sector, cada célula terá de dar uma contribuição de acordo com o conhecimento específico mais aprofundado que tem de determinados problemas, relacionados com a sua área de actividade, os sectores económicos e sociais em que se enquadra e trabalha. Naturalmente que de uma célula de uma empresa nacionalizada deverá resultar uma análise mais aprofundada dos tópicos que se relacionam com os problemas desse campo, que de quadros sindicais deverá provir uma contribuição importante para os pontos das Teses sobre o movimento sindical, que uma maior atenção aos pontos sobre a Reforma Agrária deve ser dada pelas organizações do Partido do Alentejo e Ribatejo e assim por diante.

Sem de forma alguma restringir o debate, a análise e as contribuições, é necessário organizarmos bem o trabalho no sentido de lhe darmos eficácia e rigor.

4. O segundo aspecto importante é o de organizarmos no concreto as reuniões e o debate colectivo. Na página anterior surge já uma imagem do que é o grande esforço que todo o Partido desenvolve neste sentido. É contudo

necessário ter em conta que o debate das Teses não se esgota nas indispensáveis reuniões finais dos organismos partidários e que é necessário encontrar formas práticas e criativas de o alargar e desenvolver.

Vejam alguns exemplos concretos. Numa célula de empresa, é natural que os camaradas residam em locais diversos, mas alguns podem morar próximo entre si: nada impede, bem pelo contrário, que uma tarde de sábado ou de domingo, dois, três, quatro camaradas se encontrem na casa de um deles para trocar impressões sobre as Teses.

Outro caso: há camaradas do Partido que são analfabetos ou que têm dificuldade em fazer uma leitura de um texto extenso. Isto não pode constituir impedimento à sua participação para o aprofundamento da nossa análise e orientação. Para além da solução que ao nível de organismos se encontra, é claro que há toda a vantagem em organizar encontros em que outros camaradas façam uma leitura das Teses e deem o necessário apoio.

Outro caso ainda: desde início que se tem chamado a atenção para a necessidade de levar o conhecimento e o debate das Teses fora do Partido. É necessário que todos os trabalhadores, todos os democratas conheçam as propostas, as análises, os pontos de vista do Partido. Mas é necessário ter em conta que isto não é apenas um esforço de propaganda: se é necessário levar a orientação do Partido às massas, é igualmente indispensável recolher junto delas a realidade, as aspirações, os sentimentos e visões dos problemas. Assim se, por exemplo, um militante do Partido, na sua empresa, no seu bairro levou as Teses até uma, duas, cinco, dez pessoas que não são militantes do PCP, há todo o interesse em procurar ouvir depois a sua opinião, as suas críticas ou sugestões, organizar mesmo encontros que permitam ter uma noção mais clara das reacções e dos pontos de vista. São dados que no nosso debate colectivo interno são importantes e enriquecedores.

5. Um aspecto aparentemente de menor importância tem de ser sublinhado e tido em conta: a forma de fazer chegar à Comissão de Redacção do Congresso as propostas de alterações às Teses.

No VIII Congresso foram propostas por organizações e militantes do Partido 3149 emendas! Tudo leva a crer que, dado especialmente o crescimento do PCP, este número seja superior no IX Congresso. É um volume enorme de material que necessita de ser compilado e estudado pela Comissão de Redacção o que — está bem de ver! — é um trabalho complicado e moroso. Para o tornar possível é indispensável estruturá-lo o melhor possível tendo em conta essencialmente três aspectos:

- Em todas as propostas de emenda é indispensável indicar o capítulo e a alínea a que se refere utilizando a numeração do projecto. Se se tratar da inclusão de um ponto novo é igualmente indispensável indicar onde se sugere a sua introdução (Ex. "A incluir a seguir ao ponto 5.1.3.4...").
- É indispensável identificar o organismo ou o militante que faz as propostas. A Comissão de Redacção elaborou um pequeno impresso destinado às propostas de alteração que há toda a vantagem em utilizar. Naturalmente que o não dispor do referido impresso não é razão impeditiva de enviar as propostas, mas facilmente se compreende que uma certa normalização dos papéis facilita depois o seu manuseamento. E escusado será dizer que é igualmente de toda a conveniência enviar os textos dactilografados para facilitar a sua compreensão.
- Muita atenção aos prazos! Há um prazo limite para a entrega das propostas que tem de ser cumprido. Ao convocar reuniões para debate das Teses e ao fazer o seu balanço há que ter isto em consideração.

6. Finalmente, um aspecto que «O Militante» tem vindo a sublinhar e que deve estar presente em todas as organizações: a discussão das Teses e toda a preparação do Congresso não podem ser reuniões académicas, de pura discussão e debate. É necessário ligá-las ao concreto e, muito especialmente, fazer delas um elemento de reforço da organização e da ligação do Partido às massas.

Ao exigir a análise e o estudo da situação e do trabalho, a preparação do IX Congresso é uma ocasião excelente para fazer o balanço do trabalho de cada organismo, perspectivar desde já a acção futura a ser depois enquadrada à luz das Conclusões, aprofundar o conhecimento do meio e dos problemas junto do qual cada militante trabalha.

O conhecimento concreto da realidade concreta com vista à acção concreta é um princípio basilar do trabalho dos comunistas que tem de estar solidamente presente neste importante período da vida partidária.

Melhorar e fortalecer o Partido em todos os sectores é desde já um objectivo primordial do Congresso, um objectivo primordial para que o Partido Comunista Português alargue e aprofunde a sua acção com Portugal, pela Democracia.

## Transformar um pavilhão desportivo numa grande sala para o Congresso!



Tal como já foi divulgado, o IX Congresso do Partido reunirá no Barreiro, mais concretamente no pavilhão do Grupo Desportivo da Quimigal.

Motivada pelo facto de não se ter encontrado em Lisboa um recinto com as condições mínimas para a realização de uma jornada deste significado e grandeza, a decisão do Partido constitui ao mesmo tempo uma especial homenagem aos comunistas e a todo o povo trabalhador do Barreiro, terra de tão profundas raízes democráticas e de tão destacadas tradições de luta.

Entretanto, a realização do Congresso num recinto com as características do pavilhão da Quimigal suscita um intenso e atencioso trabalho de adaptação, constituído pelas mais variadas tarefas, de que nos falamos as camaradas Fernando Vicente, membro do Comité Central, e José Castanheira, da Comissão Concelhia do Barreiro.

«Está em marcha o trabalho de decoração e estudo do recinto, no sentido de permitir que um pavilhão desportivo possa funcionar a uma grande sala de congresso, sem, naturalmente, em nada afectar e alterar a sua função permanente.

Mas note-se que há que ter em conta que o Congresso reunirá 1750 delegados, muitos convidados, largas dezenas de delegações estrangeiras, representações nacionais, etc.» — salientam os camaradas, que referem mais adiante:

«Tanto a montagem como a desmontagem de todas as estruturas do Congresso terão de efectuar-se no mais curto espaço de tempo, para não prejudicar as actividades desportivas que normalmente decorrem no pavilhão da Quimigal. E já que falamos de estruturas, é de sublinhar o esforço que está a ser desenvolvido no sentido da preparação das instalações de tradução simultânea, circuito interno de televisão, instalações sonoras e luminosas, decoração, restaurantes, sala de

impressão de materiais relativos aos trabalhos do Congresso, serviços de apoio à imprensa, etc. Ainda em relação aos restaurantes, é preciso notar que se destinam a servir por dia mais de duas mil refeições no curto espaço de uma hora!».

### Alojamento para mil

No que se relaciona com o espaço central em que irá decorrer o Congresso, os camaradas Fernando Vicente e José Castanheira salientaram a construção do anfiteatro para os delegados, das bancadas para os convidados e da própria tribuna.

Depois de se referirem ao «edifício de apoio» onde estão

não menos importante e para a qual é também necessária a solidariedade e a ajuda, em particular dos camaradas residentes no Barreiro: o alojamento de cerca de mil pessoas.

«Já há muitos camaradas que ofereceram as suas casas», e, a par desta acção, há ainda o trabalho voluntário para as múltiplas tarefas no pavilhão. «Muito há ainda que fazer», dizem os nossos entrevistados, que, através do «Avante!», lançam aos camaradas e amigos do Barreiro e zonas vizinhas um importante apelo no sentido da sua colaboração.

No decorrer do Congresso uma outra dificuldade terá de ser ultrapassada, «esta devido

**Nos trabalhos de preparação do IX Congresso, grandes responsabilidades cabem aos camaradas do Barreiro, da Baixa da Banheira, do Seixal e de outras regiões vizinhas!**  
**Ao trabalho, camaradas!**

as instalações sanitárias e onde continua a ser necessária a colaboração de todos os camaradas e amigos, designadamente no trabalho de reparação e pinturas, destacaram uma outra questão

ao facto do IX Congresso não se realizar em Lisboa: o problema dos transportes, «problema que com a ajuda dos militantes e amigos do Partido também será resolvido».

